

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Victor Manuel Perpétuo Salgado**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

28.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**PROGRAMA ESCOLA SEGURA:**

**DA NOTORIEDADE E DO IMPACTO**

**DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS NOS JOVENS**

Orientador:

**Professor Doutor Paulo Machado**

Lisboa, 22 de abril de 2016



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**

**Victor Manuel Perpétuo Salgado**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

28.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**PROGRAMA ESCOLA SEGURA:**

**DA NOTORIEDADE E DO IMPACTO**

**DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS NOS JOVENS**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Paulo Machado.



**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Autor:** Victor Manuel Perpétuo Salgado

**Título da obra:** Programa Escola Segura: Da Notoriedade e do Impacto das atividades preventivas nos Jovens

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Machado

**Local de edição:** Lisboa

**Data de edição:** 22 de abril de 2016



## **DEDICATÓRIA**

*“O mais saboroso pão e a mais agradável comodidade  
são os que conquistamos com o nosso suor.”*

**Cesare Cantú**

Dedico à minha Mãe e Pai,  
pela educação e valores transmitidos ao longo da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação resulta no culminar de uma longa e árdua etapa de aprendizagem, ou seja, a conclusão do XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia. É ocasião de sentir uma tímida alegria, refletir sobre o trilho percorrido, sentir nostalgia das vivências, de respirar de alívio e de gerar expectativas sobre a próxima etapa. Eis o momento de reconhecer e agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha família, mãe e pai, pelo incomparável espírito de sacrifício e esforço despendido para me poderem dar as condições possíveis de maneira a conseguir tudo o que me propus atingir. Nunca serei capaz de retribuir o que fizeram por mim. Muito grato.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Paulo Filipe de Sousa Figueiredo Machado, pela disponibilidade e pela confiança transmitida na concretização deste trabalho académico. Muito obrigado por ter aceitado este audaz desafio.

Um agradecimento especial aos Diretores de Agrupamento de Escolas que permitiram a concretização do estudo, e pela recetividade em aceitarem ser entrevistados, pois os seus consentimentos e testemunhos foram imprescindíveis para este trabalho. Pela sua colaboração, o meu inevitável reconhecimento.

Aos jovens que contribuíram para a realização do estudo prático, pois, sem a sua participação este trabalho não teria sido possível. A todos, deixo uma palavra de respeito e agradecimento.

Aos camaradas do 28.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, com quem partilhei, vivi, sorri e sofri. Levo de cada um, recordações inolvidáveis.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, instituição de excelência, pelos conhecimentos e valores transmitidos.

Victor Salgado

## RESUMO

A segurança da comunidade escolar resulta de um esforço concertado entre os mais diversos intervenientes. Porém, é da responsabilidade da Polícia de Segurança Pública, dentro da sua área de competência territorial, promover comportamentos de segurança escolar e garantir as condições de segurança dessa comunidade. É aos elementos policiais adstritos ao Programa Escola Segura - na prossecução das suas funções e no cumprimento dos objetivos operacionais determinados - a quem compete concretizar essa missão estratégica, através da vigilância e policiamento à entrada e na área envolvente das escolas, e da realização de ações de sensibilização e contactos individuais com os alunos para as diversas questões da segurança relacionadas.

Pretendeu-se com a presente investigação determinar a notoriedade do Programa Escola Segura em distintos contextos escolares, assim como, analisar o impacto das atividades preventivas realizadas nesse âmbito nos jovens. Este trabalho encontra-se dividido em duas partes fundamentais, uma parte teórica e outra prática. Na primeira efetua-se um enquadramento temático e conceptual, sobre o fenómeno da violência escolar, do policiamento de proximidade, bem como, sobre o referido Programa e as atividades preventivas desenvolvidas. Na segunda parte é exposto o estudo de caso, realizado em três Escolas Secundárias públicas - em Santarém, Carcavelos e na Damaia - onde foram aplicados questionários a uma amostra de alunos dessas escolas com o objetivo de obter resultados estatisticamente significativos sobre o tema em estudo.

Concluiu-se que a notoriedade do Programa Escola Segura é bastante elevada, variando de acordo com o contexto escolar. Relativamente ao impacto das atividades preventivas foi possível demonstrar, desde logo, que pode ser avaliado. A maioria dos jovens admitiu que essas atividades tiveram impacto sobre eles, ao ponto de prestarem mais atenção e começarem a transmitir alguns conselhos a outras pessoas. Uma menor parte afirmou ter alterado algum dos seus comportamentos depois de interagirem com a polícia.

**Palavras-chave:** Violência escolar, Policiamento de proximidade, Notoriedade, Impacto.

## **ABSTRACT**

The security of the school community is the result of a concerted effort among various actors. However, it is the responsibility of the Polícia de Segurança Pública, within its area of jurisdiction, to promote school security behaviours and to ensure the security conditions of that community. It is the police officers assigned to the Programa Escola Segura - in pursuit of their mission and the fulfilment of certain operational objectives - who are responsible for achieving this strategic task, by monitoring and policing the school's entrance and surrounding area, and performing awareness actions and individual contacts with students, alerting them to various security related issues.

In this investigation, we endeavoured to determine the notoriety of the Programa Escola Segura in different school contexts, as well as to analyse the impact of preventive activities within this framework on young people.

This work is divided into two main parts, one theoretical and another practical. In the first we carry out a thematic and conceptual framework on the phenomenon of school violence, proximity policing, as well as on the said programme and the developed preventive activities. In the second part we present the case study, which was conducted in three public secondary schools - in Santarém, Carcavelos and Damaia - where questionnaires were applied to a sample of students in order to obtain statistically significant results on the subject we studied.

It was concluded that the notoriety of the Programa Escola Segura is high, varying within the school contexts. Regarding the impact of preventive activities, it was possible to demonstrate that they can be evaluated. Most of the youngsters admitted such activities impacted them, to the point where they started to pay more attention and transmitting some security advices which were given in those awareness activities to other people. Another lesser part of the youngsters claimed having altered some of their behaviour after interacting with the police.

**Keywords:** School violence, Proximity policing, Notoriety, Impact.

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE DE QUADROS .....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	ix
ÍNDICE DE TABELAS .....	x
LISTA DE SIGLAS .....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii
LISTA DE SÍMBOLOS .....	xiii

### **PARTE I - TEÓRICA**

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	2
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA .....	3
1.4 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....	4
1.4.1 PERGUNTA DE PARTIDA .....	5
1.5 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO .....	5
1.6 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO.....	6
1.7 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....	7
<b>CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR.....</b>	<b>8</b>
2.1 INTRODUÇÃO.....	8
2.2 VIOLÊNCIA – CONCEITO E TIPOLOGIA ..	9
2.3 VIOLÊNCIA ESCOLAR – CONCEITOS E PERSPETIVAS .....	10
2.4 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	13
2.5 COMUNICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE SEGURANÇA NA ESCOLA.....	15
2.6 SÍNTESE .....	19

<b>CAPÍTULO 3: POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE .....</b>	<b>20</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	20
3.2 PREVENÇÃO: DA SUA APLICABILIDADE.....	21
3.3 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.....	23
3.3.1 PARCERIAS: COADJUVAÇÃO E CO-RESPONSABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA .....	25
3.4 PROGRAMA ESCOLA SEGURA .....	27
3.4.1 HISTORIAL DO PES .....	27
3.4.2 DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS REALIZADAS PELAS EPES.....	31
3.4.3 DAS OCORRÊNCIAS ESCOLARES PARTICIPADAS PELA PSP.....	39
3.5 SÍNTESE.....	41

## **PARTE II - PRÁTICA**

<b>CAPÍTULO 4: ESTUDO EXPLORATÓRIO E RESULTADOS.....</b>	<b>43</b>
4.1 INTRODUÇÃO.....	43
4.2 OBJETIVOS DO CASO PRÁTICO .....	43
4.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....	44
4.3.1 QUESTIONÁRIO .....	45
4.3.1.1 Validação e pré-teste do questionário.....	45
4.3.1.2 Questionário final .....	46
4.3.2 ENTREVISTA.....	47
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO.....	48
4.5 DIMENSÃO DAS AMOSTRAS .....	48
4.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	49
4.6.1 CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRAFICA.....	49
4.6.2 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A NOTORIEDADE DO PES .....	51
4.6.3 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE AS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO .....	53
4.6.4 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE OS CONTACTOS INDIVIDUAIS .....	54
4.6.5 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR .....	56
4.6.6 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE O RELACIONAMENTO DA PSP COM A COMUNIDADE .	57
4.7 SÍNTESE.....	58



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Número de ocorrências de situações de violência em meio escolar, registadas na Plataforma de Registo de Ocorrências de Segurança Escolar.....	17
Quadro 2: Evolução do número de ações de sensibilização realizadas - por temática.....	34
Quadro 3: Evolução do número de ações de sensibilização realizadas - por Comando.....	35
Quadro 4: Evolução do número de visitas a instalações policiais e outras - por Comando	36
Quadro 5: Evolução do número de demonstrações realizadas - por Comando.....	37
Quadro 6: Variação do número de ocorrências criminais em contexto escolar - a nível nacional .....	40
Quadro 7: Variação do número de ocorrências não criminais em contexto escolar - a nível nacional .....	41
Quadro 8: Dimensão das amostras e parâmetros de representatividade.....	49
Quadro 9: Quadro-síntese da análise dos resultados .....	59
Quadro 10: Modelo de Análise.....	104

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquematização do conceito de notoriedade e dos factores associados .....	65
---	----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Género e idade dos inquiridos em Santarém.....	50
Gráfico 2: Género e idade dos inquiridos em Carcavelos .....	50
Gráfico 3: Género e idade dos inquiridos na Damaia.....	50
Gráfico 4: Total de inquiridos retidos – Distribuição por n.º de retenções e por escola .....	51
Gráfico 5: Taxa de conhecimento do PES por escola. ....	52
Gráfico 6: Total de questionários respondidos por escola.....	96
Gráfico 7: Total de questionários respondidos por ano de escolaridade. ....	96

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Caraterização da amostra na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado .....	95
Tabela 2: Caracterização da amostra na Escola Secundária de Carcavelos. ....	95
Tabela 3: Caracterização da amostra na Escola Secundária D. João V.....	95
Tabela 4: Género e Idade dos inquiridos - Distribuição por escola .....	106
Tabela 5: Taxas de retenção dos inquiridos – Distribuição por género e por escola. ....	106
Tabela 6: Taxas de conhecimento do PES.....	108
Tabela 7: Fontes do conhecimento do PES .....	108
Tabela 8: Exclusividade de atividade de polícia direcionada para a comunidade.....	109
Tabela 9: Visibilidade externa dos polícias do PES .....	109
Tabela 10: Visibilidade interna dos polícias do PES.....	110
Tabela 11: Taxa de distinguibilidade dos polícias do PES.....	110
Tabela 12: Modo de identificação dos polícias do PES .....	111
Tabela 13: Participação dos jovens em ações de sensibilização realizadas por polícias...	113
Tabela 14: Prevalência temática das ações de sensibilização assistidas. ....	113
Tabela 15: Temas das ações que mais sensibilizaram.....	114
Tabela 16: Adequabilidade do conteúdo/assunto das ações de sensibilização assistidas .	114
Tabela 17: Impacto das ações de sensibilização nos jovens.....	115
Tabela 18: Influência das ações de sensibilização no comportamento nos jovens .....	115
Tabela 19: Taxa de adesão a mais ações de sensibilização .....	116
Tabela 20: Modo preferido pelos jovens de realização das ações de sensibilização pelos polícias .....	116
Tabela 21: Interação dos polícias do PES com os jovens.....	118
Tabela 22: Necessidade de auxílio policial por parte dos jovens .....	118

Tabela 23: Motivo da necessidade de auxílio policial.....	119
Tabela 24: Apreciação sobre a postura e atitude dos polícias do PES. ....	119
Tabela 25: Impacto da interação policial com os jovens.....	120
Tabela 26: Recurso à ajuda dos polícias do PES em caso de necessidade.....	120
Tabela 27: Motivo da rejeição ou indecisão em recorrer à ajuda dos polícias do PES em caso de necessidade. ....	121
Tabela 28: Forma/local preferido dos jovens para comunicar com os polícias do PES....	121
Tabela 29: Envolvimento dos jovens em alguma situação de indisciplina na escola.....	123
Tabela 30: Vítimas de incidentes de violência escolar.....	123
Tabela 31: Local de ocorrência dos incidentes de violência escolar.....	124
Tabela 32: Intervenção dos polícias do PES nos incidentes de violência escolar.....	124
Tabela 33: Influência da polícia na resolução dos incidentes de violência escolar.....	125
Tabela 34: Envolvimento como ofensor/agressor em situações de violência escolar.....	125
Tabela 35: Valores médios das questões sobre o relacionamento da PSP com a comunidade escolar .....	127
Tabela 36: Intervalo de valores médios da escala de relação (obtidos pelos quartis) .....	128
Tabela 37: Relação da PSP com a comunidade escolar - por Escola.....	128
Tabela 38: Relação da PSP com a comunidade escolar - por Idade.....	129

## **LISTA DE SIGLAS**

CdP – Comando de Polícia  
CDSTR – Comando Distrital de Santarém  
CMICP – Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais  
COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa  
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
DNPSP – Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública  
DPPP – Divisão de Prevenção Pública e Proximidade  
DGEEC – Direcção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência  
DGEstE – Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares  
DSSE – Direcção de Serviços de Segurança Escolar  
EPAV – Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima  
EPES – Equipas do Programa Escola Segura  
FS – Forças de Segurança  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
GSE – Gabinete de Segurança Escolar do Ministério da Educação  
ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna  
LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo  
LTE – Lei Tutelar Educativa  
MAI – Ministério da Administração Interna  
ME – Ministério da Educação  
MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade  
PES – Programa Escola Segura  
PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

*cit. in:* citado em/por

*e.g.* (exempli gratia): por exemplo

*et al.* (et aliae): e outros (para pessoas)

etc. (et cetera): e outros (para coisas)

*ibidem:* no mesmo

*i.e.* (id est): isto é

*idem:* o mesmo

## **LISTA DE SÍMBOLOS**

$\chi^2$ : chi-quadrado (teste para avaliar a independência estatística na distribuição de frequências entre duas ou mais variáveis)

gl: graus de liberdade

p: nível de significância estatística

F: unidade de medida da variância da distribuição

### **NOTAS DO AUTOR**

- (1) Esta dissertação de Mestrado foi redigida segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. No entanto, as citações bibliográficas incluídas no corpo do texto conservam a sua redação original.
- (2) A apresentação das referências bibliográficas está de acordo com as normas da 6.<sup>a</sup> Edição do *Manual of the American Psychological Association* (APA) de 2010.
- (3) A formatação, no que respeita aos aspetos de forma, está de acordo com o preceituado no Regulamento das Condições de Elaboração e Avaliação da Dissertação/Trabalho de Projeto do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais.

## **CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento da atividade policial tão perto quanto possível das populações, a visibilidade das forças de segurança e a sua capacidade efetiva para resolver os problemas concretos dos cidadãos poderá corporizar o que atualmente se designa por Policiamento de Proximidade. Para cumprimento dos preceitos mencionados, a Polícia de Segurança Pública (PSP) “deve dirigir os seus esforços para uma intervenção pró-ativa de modo a prevenir a criminalidade”<sup>1</sup>, realizando uma prevenção que se mostre eficaz e, ao mesmo tempo, aumente o sentimento de segurança e o bem-estar dos cidadãos. Nos dias de hoje, continua a ser este um dos grandes desafios de qualquer Polícia moderna.

É nesta conjuntura que se alicerça o Programa Escola Segura (PES). Trata-se de um programa de prevenção especial da tutela do Ministério da Administração Interna (MAI), concretizado pelas Forças de Segurança (FS), e o qual está vocacionado para a segurança da comunidade escolar. Abrange todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, com exceção dos estabelecimentos do ensino superior. Este programa visa garantir a segurança de pessoas e bens, prevenindo e reduzindo a violência escolar, comportamentos de risco e incivildades, contando para isso com a participação de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolve-la nas questões da segurança no meio escolar.

No caso particular da PSP, esta missão é corporizada pelas Equipas do Programa Escola Segura (EPES) através da “vigilância das escolas e das áreas envolventes; do policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas”<sup>2</sup>; e através da realização de distintas atividades preventivas, designadamente ações de sensibilização junto dos alunos para as questões da segurança. Desde 2014 passaram também a ser efetuados contactos individuais com crianças e jovens em contexto escolar, tendo sempre presente a ideia de identificar um problema, criminal ou não, relacionado com os mesmos.

---

<sup>1</sup> Cf. alínea. c), n.º 2, do art.º 2.º da Lei de Organização e Funcionamento da PSP.

<sup>2</sup> Cf. Ponto 1.a. da Diretiva Operacional nº 13/2007 de 10SET07 da DNPS - Escola Segura – Segurança a Estabelecimentos de Ensino.

## **1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA**

Em 1996, com o objetivo de reforçar e proceder à coordenação e articulação das FS com as autoridades escolares, é formalmente implementado o Programa Escola Segura através do Despacho do MAI n.º 54/96, de 21 de Outubro. Posteriormente, tendo sido detetadas algumas fragilidades na operacionalização do Programa, é aprovado o Regulamento do PES, o qual vem prescrever que para além da garantia da segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino, deveriam promover-se ações de sensibilização e de prevenção junto das escolas em parceria com os conselhos executivos e a comunidade local.

É no decorrer desta conjuntura que surge em 2006, consumado pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio da DNPS, o PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP, visando congregar numa perspetiva integradora muitos dos projetos que vinham sendo implementados de forma algo espartilhada (Elias, 2007). É também através da citada Diretiva que são concebidas as EPES e definidos objetivos estratégicos e operacionais com vista a potenciar as mais-valias do policiamento de proximidade.

Assim, passaram também a ser realizadas pelas EPES determinadas atividades preventivas e de divulgação, sendo estas classificadas como indicadores de desempenho<sup>3</sup> para efeitos de cumprimento de objetivos operacionais estatuídos, designadamente: ações de sensibilização; contactos individuais; e outras ações de prevenção específicas (como demonstrações de meios e visitas a instalações policiais).

Porém, passadas duas décadas desde a implementação do PES, “as questões de violência escolar têm sido objecto de crescente visibilidade social e mediática” (Sebastião *et al.*, 2008, p. 1). Neste sentido, e tendo em conta a versatilidade das comunidades escolares, reveste-se de especial importância tentar efetivamente perceber qual é a notoriedade<sup>4</sup> do PES e o impacto<sup>5</sup> das atividades preventivas realizadas nesse âmbito nos seus destinatários, ou seja, ao nível da produção de efeitos no comportamento dos jovens em contexto escolar.

---

<sup>3</sup> Previstos no Anexo 3 e Anexo 3A da Diretiva Operacional n.º 01/2015 da DNPS.

<sup>4</sup> A notoriedade deve ser aqui entendida como um conceito operativo que poderá depender de diversos indicadores (*e.g.* do conhecimento revelado pelos jovens sobre o PES, da participação em ações de sensibilização, da visibilidade policial, e dos contactos individuais a que os jovens foram sujeitos).

<sup>5</sup> Impacto deve ser aqui entendido como sinónimo de produção de efeitos. Aplicando este conceito ao objeto de estudo, pode questionar-se em que medida os comportamentos dos jovens são alterados por via direta das ações e contactos a que foram sujeitos.

### **1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

A avaliação de um determinado programa é sempre imprescindível, porque nos permite saber se os seus objetivos estão a ser atingidos ou não, possibilitando assim, no último caso, uma necessidade de reajustamento.

De acordo com a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio da DNPSP, as Polícias deveriam apostar no desenvolvimento de modelos de policiamento que privilegiassem a proximidade, o reforço da visibilidade e a interação com as comunidades e com os atores sociais mais relevantes. Conforme a referida Diretiva, um dos objetivos estratégicos do PIPP visava adaptar os recursos humanos e materiais existentes tendo em vista aumentar a capacidade de intervenção, pro-atividade e prevenção criminal dos elementos afetos por excelência aos programas especiais. Porém, seria estrategicamente imperativo melhorar os padrões de eficácia da atuação policial.

Nestes termos, qualquer modelo de policiamento, e implicitamente qualquer programa especial integrado nesse modelo, que assente em princípios que privilegiam a prevenção criminal tem sempre um grande desafio, que é o de demonstrar a sua eficácia<sup>6</sup> e eficiência<sup>7</sup>. Porquê? Porque quando se aposta na prevenção criminal é muito difícil demonstrar quantos ilícitos, contabilizados em n.º de ocorrências criminais, se conseguem evitar que ocorram. Conforme alega Lisboa & Teixeira Dias (2008, p. 3), “se é por um lado mais fácil calcular taxas de criminalidade, é, por outro, difícil aferir variações quanto à percepção da segurança”.

Além disso, a grande dificuldade em termos operacionais reside na dificuldade da PSP se descolar dos indicadores<sup>8</sup> quantitativos que continuam a ser válidos para a elaboração de relatórios anuais (como o n.º de contactos individuais, o n.º de operações, o n.º de detenções, etc.), e procurar medir a eficácia e a eficiência da sua atividade de uma outra forma mais perto do que é a filosofia do policiamento de proximidade. Para Bolle (1998, p. 429) “a avaliação do trabalho feito e da eficácia da polícia de proximidade e dos seus agentes terá de ser completamente diferente da dos outros corpos de polícia.” Para este tipo

---

<sup>6</sup> Eficácia refere-se à relação entre as ações realizadas e os resultados obtidos (verifica se os resultados previstos foram alcançados em termos de quantidade e qualidade).

<sup>7</sup> Eficiência diz respeito à análise do cumprimento das normas e da redução dos custos (verifica se a missão foi cumprida da maneira mais competente e seguindo a melhor relação custo/resultado).

<sup>8</sup> De acordo com Minayo (2009), Indicadores constituem parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados). Como uma espécie de sinalizadores da realidade, a maioria dos indicadores dá ênfase ao sentido de medida e balizamento de processos de construção da realidade ou de elaboração de investigações avaliativas

de avaliação deixam de contar as estatísticas. Ao invés, esta apreciação assentará sobretudo numa base qualitativa e será feita quer pela comunidade, quer pelos parceiros da polícia de proximidade.

O caso particular do PES não é exceção. Embora exista um conjunto de metodologias que permitem comparar dados quantitativos, possivelmente não será o melhor método a utilizar se se pretender avaliar o nível de notoriedade e o impacto das atividades preventivas desenvolvidas no âmbito do PES possam ter sobre os seus destinatários. E porquê? Porque para se conseguir avaliar, efetivamente, o impacto e o nível de notoriedade dessas atividades, devem ser também utilizados indicadores qualitativos que reforcem os indicadores de desempenho quantitativos.

No entanto, os estudos<sup>9</sup> e as avaliações<sup>10</sup> ao PIPP (ou especificamente ao PES), que foram sendo realizadas até à data pela DNPSP (e até por dissertações de mestrado no ISCPSI), quer por outras entidades, basearam-se essencialmente na análise da relação entre a organização policial e o meio envolvente, ou na avaliação da sua implementação e concretização, e nunca na avaliação ao nível dos resultados nos seus destinatários.

## **1.4 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO**

A formulação do problema de investigação, para além de constituir o ponto de partida de toda a investigação, é a etapa determinante de todo o processo de pesquisa (Almeida & Freire, 2003). Na mesma senda, Sarmiento (2013) afirma que para que a investigação seja credível e profícua devemos ter em conta o ciclo de conhecimento, onde é identificado um problema no conhecimento atual, passando para a criação de hipóteses, análise de dados e resultados, finalizando com conclusões que permitem acrescentar algo e dar um contributo ao conhecimento prévio.

A problemática da investigação que nos propomos estudar deriva e tem como fundamento a necessidade evidenciada pela Divisão de Prevenção Pública e Proximidade<sup>11</sup> (DPPP) da DNPSP em conseguir identificar e descrever novos indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitam avaliar, efetivamente, a notoriedade do PES e o impacto das suas atividades nos jovens.

---

<sup>9</sup> Estudo de avaliação do projeto-piloto PIPP da PSP, realizado pela FCSH/SociNova-CesNova em 2006.

<sup>10</sup> E.g. Relatório de avaliação da PSP (Fevereiro de 2003); Relatório de avaliação da GNR (Fevereiro de 2003); Relatório n.º 943/CTA/2000, de 20 de Junho, da IGF, com a parceria da IGE e da IGAI.

<sup>11</sup> À data da elaboração do projeto de investigação, chefiada pelo Subintendente Hugo Guinote.

Nestes termos, e de maneira a tentar refletir o panorama nacional, o nosso plano de investigação procurará estudar o conhecimento do Programa e o impacto das suas atividades em contextos escolares distintos, e diferentes Comandos de Polícia. Ou seja, embora o programa seja de âmbito nacional, formula-se a leitura de que a realidade é bem distinta, e que este não é concretizado uniformemente por todo o dispositivo da PSP.

Assim sendo, e tendo como pano de fundo a comunidade escolar e, em particular, a missão da PSP em garantir a sua segurança, definimos como objeto de estudo as atividades preventivas realizadas no âmbito do PES, especialmente as ações de sensibilização e os contactos individuais.

#### **1.4.1 PERGUNTA DE PARTIDA**

Atendendo aos critérios basilares de clareza, exequibilidade e pertinência, o investigador deve formular uma pergunta de partida passível de ser trabalhada e dela extrair elementos que respondam ao problema levantado, nunca desprezando as limitações inerentes aos recursos que tem a seu dispor (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Tanto quanto a revisão de literatura nos permite concluir, este objeto de estudo não foi ainda dimensionado para investigação. Tal pressupõe a formulação da seguinte pergunta de partida: **Qual é a notoriedade e o impacto das atividades preventivas desenvolvidas pelo Programa Escola Segura nos jovens, em distintos contextos escolares?**

### **1.5 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

Qualquer trabalho de investigação, sem exceção, necessita de apresentar na fase exploratória determinados objetivos, sejam eles de índole geral ou específica. De acordo com este preceito, a descrição dos objetivos da investigação, segundo Sarmiento (2013, p. 13) origina “uma lista de conhecimentos e competências a adquirir”, tornando-se assim fundamental definir os mesmos por forma a circunscrever a pesquisa e dar resposta às necessidades da investigação.

Para procurar dar resposta à questão de partida, e de forma a direcionar o nosso estudo, definiram-se os seguintes objetivos:

1. Avaliar o nível de notoriedade (nível de conhecimento) que os jovens, em contexto escolar, demonstram ter sobre o Programa Escola Segura.

2. Analisar a percepção dos jovens acerca da visibilidade policial à entrada, na área envolvente, e no interior das escolas.
3. Determinar a taxa de participação dos jovens em ações de sensibilização realizadas pela polícia na escola e quais as temáticas que mais os sensibilizam.
4. Avaliar o impacto e a produção de efeitos dessas ações de sensibilização no comportamento dos jovens.
5. Determinar a necessidade de realização de mais ações de sensibilização, e quais as formas de realização preferidas pelos jovens.
6. Analisar a frequência, a necessidade, e forma preferida pelos jovens de realização dos contactos individuais pelos polícias, e avaliar o impacto dessa interação.
7. Determinar a taxa de ocorrências de violência escolar, o local e a influência da intervenção policial na resolução dessas ocorrências.

## **1.6 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO**

Após a descrição dos objetivos da investigação, e averiguadas as condições de estudo, encontramos-nos na etapa de formular “as perguntas básicas a que se pretende dar resposta no decorrer da investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 27). Face ao problema a investigar, as hipóteses “antecipam características prováveis do objeto”, e “são proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13). Neste sentido, mediante a problemática de investigação aludida, a delimitação do objeto de estudo, e os objetivos traçados, pretende-se confirmar ou infirmar as seguintes hipóteses de investigação:

**HP 1:** A notoriedade é um conceito operatório que permite uma avaliação do Programa Escola Segura entre os jovens em contexto escolar.

HP 1a: A percepção dos jovens acerca da presença policial é muito reduzida.

**HP 2:** As ações de sensibilização realizadas no âmbito do PES têm impacto nos jovens.

HP 2a: Os temas das ações de sensibilização apresentam distintos índices de sensibilização entre os jovens.

**HP 3:** A interação direta das EPES com os jovens é reduzida e com pouco impacto nos seus comportamentos.

HP 3a: O relacionamento com os jovens depende da interação policial e da participação em ações de sensibilização.

**HP 4:** A vitimização dos jovens, gerada por incidentes de violência escolar, apresenta uma taxa de ocorrência elevada.

HP 4a: A intervenção das EPES em situações de violência escolar é pouco frequente.

## **1.7 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

Após a definição do problema de investigação, é necessário delinear o modelo de análise que servirá de “base para todo o processo analítico subsequente da investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p. 43). O modelo de análise (ver Apêndice G) é definido como uma extensão da problemática, composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro analítico coerente e orientarem o trabalho de observação e análise (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Para a prossecução dos objetivos propostos, esta dissertação irá reunir, numa primeira fase, a análise da bibliográfica associada à temática em apreço com vista à revisão da literatura “para conhecer o estado-da-arte sobre a investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13), assim como, sobre os conceitos de violência, violência escolar, da prevenção, do policiamento de proximidade, e outros diretamente relacionados.

Numa segunda fase, empregaremos o método quantitativo através da aplicação de questionários a três amostras representativas de jovens alunos de três comunidades escolares (Escolas Secundárias públicas) - duas localizadas na área de competência territorial do COMETLIS e uma localizada na área do CDSTR.

De maneira a complementar a recolha de informação relevante, utilizaremos também o método qualitativo através da realização de entrevistas aos Diretores de Agrupamento de Escolas integradas nas comunidades escolares referidas, e que servirão basicamente para uma melhor compreensão de padrões e nos auxiliar na comprovação e fundamentação de alguns dos resultados obtidos através dos questionários.

## **CAPÍTULO 2:**

### **VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR**

#### **2.1 INTRODUÇÃO**

Debarbieux (2002) assegura-nos que numerosas pesquisas indicam que a violência nas escolas é um problema mundial. A violência escolar, a delinquência juvenil, a conduta antissocial, os problemas de comportamento na sala de aula e a indisciplina têm sido objeto de uma crescente preocupação nas sociedades industrializadas, em geral, e no nosso país, em particular. As manifestações dessa preocupação são visíveis quer na frequência com que o assunto é noticiado na imprensa e na comunicação social, quer pelo “falado” aumento de comportamentos de indisciplina e de violência nas escolas.

Todavia, o mesmo autor afirma que a violência escolar é um fenómeno com diferentes expressões e múltiplas causas. Apesar de que “a história da violência na escola, assim como muitas outras formas de violência, é a história da descoberta gradual das vítimas” (Debarbieux, 2002, p. 66).

Em Portugal, as estatísticas da PSP<sup>12</sup> relativas a participações ou denúncias sobre ocorrências no interior ou na área envolvente dos estabelecimentos de ensino aumentaram nos últimos anos (ver Quadros 6 e 7 - subcapítulo 3.4.3). De acordo com os dados, do ano letivo de 2013/2014 para o ano letivo de 2014/2015, os registos relativos quer a ocorrências criminais, quer não criminais, demonstram que as participações de incidentes em ambiente escolar aumentaram, e de forma mais significativa no interior do recinto escolar. Ressalve-se que nem todas as ocorrências listadas nestas estatísticas são da responsabilidade de elementos da comunidade educativa, embora estes estejam sempre nelas envolvidos enquanto vítimas.

Neste capítulo propomo-nos clarificar e diferenciar vários conceitos relacionados com a controversa expressão de “violência escolar”, privilegiando uma perspetiva geral sobre a importância das diversas manifestações de violência neste contexto, designadamente, agressões, ameaças, roubos, furtos, etc. Pronunciaremos-nos sobre estratégias de intervenção e de combate ao fenómeno, assim como faremos uma análise sobre o registo das ocorrências de segurança na escola monitorizadas pelo ME.

---

<sup>12</sup> Fonte: dados estatísticos fornecidos pela DPPP da DNPSP.

## **2.2 VIOLÊNCIA – CONCEITO E TIPOLOGIA**

O termo violência é suscetível de diversas interpretações que ilustram os aspetos comuns e díspares em que este é aplicado. O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2010) define violência como “constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um acto qualquer; coacção.”

Para Fontes (2013, p. 32), a violência é entendida “como recurso à agressão, ao poder/influência física ou psicológica, ou à ameaça contra outra pessoa, grupo ou comunidade”. A Organização Mundial de Saúde (2002, p. 4), define violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade”, e que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, dano psicológico, ou privação.

A inclusão da palavra “poder” em distintas definições, para além da expressão “uso da força física”, segundo defende Velez (2010, p. 26) “dilata o entendimento convencional de violência, de modo a considerar também os actos que resultam de uma relação de poder”, designadamente ameaças, intimidações, e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico. Esta forma de definir violência decorre do reconhecimento dos investigadores acerca da necessidade de incluir a violência que não resulta forçosamente em lesões, mas que, no entanto, oprime as crianças, os jovens e as pessoas em todas as sociedades.

Segundo Martínez (2006 *cit. in* Velez, 2010), podemos falar de violência quando estamos perante ações que envolvam força (expressão física intensa, utilização de armas), dano (destruição), imposição (fazer alguém submeter-se a algo) e perversão moral (individual e social). Por sua vez Olweus (1999) considera-a como um comportamento agressivo em que o sujeito ou perpetrador usa o seu corpo ou um objeto, incluindo uma arma, para infligir ferimentos ou desconforto sobre outro indivíduo.

Relativamente a este tema, Sebastião *et al.* (1999 p. 123) afirmam que:

A violência é o excesso que, numa relação social, condensa uma visão do mundo como um espaço social de relações conflituais que tendem para uma qualquer forma de ruptura com a normalidade social considerada legítima. É uma relação de poder que, pretendendo ser irreversível, visa a constituição de um estado de dominação; é uma relação em que a coacção é imperativa.

Todavia, Sanmartin (2006 *cit. in* Velez, 2010, p. 29) entende que a definição de violência deve expressar a natureza do ato praticado. Neste sentido, o autor conceptualiza a violência como “toda a ação (ou omissão) intencional que pode ferir (ou fere) terceiros e

refere, ainda, que o que se pretende obter através da violência (o controlo da vítima, o prazer, a defesa de valores que se pressentem ameaçados) não altera a sua natureza prejudicial.” Desta definição resultam diversos tipos de violência.

Assim, de acordo com o mesmo autor (Sanmartin, 2006), quando a violência é cometida contra coisas devemos falar de vandalismo e quando é perpetrada contra pessoas pode assumir diversas modalidades, de acordo com o tipo de conduta, o tipo de dano causado, o contexto em que ocorre e o tipo de vítima. Tendo em conta o tipo de conduta, a violência pode consistir numa ação como, por exemplo, bater, insultar ou negligenciar alguém. Segundo o dano causado, as modalidades mais estudadas são: violência física (quando pode provocar ou provoca lesões físicas), violência sexual (qualquer ação em que a pessoa é usada para obter estimulação ou gratificação sexual), violência económica (utilização ilegal ou não autorizada dos recursos económicos ou propriedades de uma pessoa) e violência psicológica (consiste em ações habitualmente de carácter verbal, omissões, ou atitudes que podem provocar ou provocam dano emocional).

Pelo exposto, entendemos ser notório que o comportamento violento distingue-se de outros tipos de comportamento sobretudo pelo impacto negativo (tanto físico como emocional) sobre aqueles a quem se dirige, ou seja, a violência implica a intenção deliberada de causar dano a outrem. Por outro lado, importa referir que as definições de violência apresentadas revelam alguns traços comuns – é intencional e prejudicial. Porém, há que assinalar algumas divergências, uma vez que nem todas as definições consideram que a violência tem que ser necessariamente física (os comportamentos verbais ou relacionais, intencionais e danosos, que distinguem a violência da agressão, também são assinalados por alguns autores) ou contra uma pessoa (o vandalismo também é apontado como uma forma de violência).

### **2.3 VIOLÊNCIA ESCOLAR – CONCEITOS E PERSPETIVAS**

Analizados alguns conceitos de violência, e expostos de forma sumária os seus diferentes tipos, pretende-se agora aclarar o que se entende por violência escolar. Com implicações a nível escolar, familiar e até da sociedade, os comportamentos violentos cometidos em contexto escolar constituem um tema corrente de investigação e uma fonte de preocupação para os cidadãos em geral e, em particular, para aqueles que padecem mais

de perto com este fenómeno, como é o caso das comunidades educativas e das forças de segurança.

No mesmo sentido, Seixas (2005, p. 97) corrobora que “o crescente interesse pelas questões da violência escolar tem origem, entre outros motivos, na maior frequência e evidência que as suas manifestações têm tido, assim como na conseqüente inquietação demonstrada pelos mais variados profissionais e/ou intervenientes no contexto educativo”, nomeadamente, professores, alunos, encarregados de educação, psicólogos, forças de segurança, que são alguns dos diferentes atores que de forma mais objetiva e evidente lidam com essa realidade.

O tema da violência escolar apesar de não ser um fenómeno novo, a verdade é que adquiriu uma visibilidade crescente nas últimas duas décadas através dos órgãos de comunicação social. Porém esta mediatização de situações de violência escolar acarreta, por vezes, confusão e imprecisão no que concerne à delimitação dos conceitos utilizados. De acordo com Velez (2010, p. 31), “o tipo de violência que prolifera nos dias de hoje nas escolas, caracteriza-se essencialmente pela prática de furtos, roubos, ameaças e/ou agressão física e psicológica (sistemática ou aleatória), destruição de bens da escola, de alunos ou de professores”. Não obstante, Rebelo (2008) alerta que na última década, a divulgação destas ocorrências suscitou um intenso debate sobre as situações e formas de violência entre crianças/jovens no quotidiano escolar.

“Definir violência escolar é uma tarefa difícil, pois o que geralmente se entende por violência depende de aspectos culturais, históricos e individuais” (Stelko-Pereira, 2010, p. 10). Apesar dessa dificuldade, é possível e necessária a sistematização do que se considera pertencente ou não ao fenómeno da violência escolar. A seguir apresentaremos algumas definições de violência escolar dadas por pesquisadores, organizando estas perspetivas de modo a viabilizar um panorama amplo do que se entende por violência escolar. Todavia, as leituras efetuadas permitiram constatar algum consenso entre os diversos autores quanto à necessidade de clarificação conceptual relativamente ao campo de estudo da violência na escola.

Debarbieux (2002, p. 65) argumenta que uma única definição de violência escolar seria um erro no campo científico e, nesse sentido, expressa que “não deveríamos estar realizando pesquisas sobre a violência como um todo indivisível, mas, ao contrário, estar multiplicando pontos de vista (indicadores) que nos ajudem a encontrar o que é real num

conceito que é ineficaz devido à sua generalidade.” Este apontamento de Debarbieux (2002) sobre a impossibilidade de uma única definição é coerente. Porém, o próprio autor assinala a necessidade de se encontrar o que é real no conceito, quais são os limites do mesmo e qual a definição que pode abarcar uma prática, ou seja, um conceito eficaz.

De acordo com Sebastião *et al.* (2004, p. 10), “um primeiro passo para a clarificação do conceito de violência diz respeito à compreensão da multidimensionalidade do fenómeno.” Os autores defendem que “vandalismo, incivilidade, agressão/perseguição psicológica, agressão física, assalto/roubo, e indisciplina grave”, são manifestações do fenómeno que o conceito de violência escolar procura descrever.

À diversidade de situações há ainda que adicionar a grande variação dos contextos em que estas se desenrolam, das causas, e sentidos que os diferentes agentes atribuem às suas ações. Ao utilizar-se o termo violência escolar é importante indicar o local de ocorrência das situações de violência, quem são os envolvidos, se estes são autores (ofensores/agressores), vítimas e/ou testemunhas de violência, a tipologia das ações de violência e se os episódios violentos possuem alguma especificidade. Segundo nos relata Amado (2005), a violência na escola é praticada no seio da instituição, por alguns dos seus membros contra outros, sucedendo na interação direta e quotidiana, e adotando um carácter de violência física e/ou psicológica e contra a propriedade.

De acordo com Fontes (2013) a violência escolar assume frequentemente expressões como o roubo, o furto, as agressões, as ameaças, vandalismo, e até o assédio, etc. Assim, e de acordo com a análise das ocorrências de violência escolar registadas pela PSP (ver Quadro 6 - subcapítulo 3.4.3), afigura-se-nos coerente comprovar que a visão policial corrobora a descomplicada definição supracitada. Analisando os modelos de tratamento estatístico de ocorrências no âmbito do PES, a conceção evidenciada do que é a violência escolar pela PSP, é que a mesma está delimitada expressamente às categorias factuais demarcadas pelas leis criminais (*i.e.* Código Penal e outra legislação avulsa).

Não obstante, ainda que houvesse outras questões a serem discutidas quanto ao conceito de violência escolar, tendo em conta a multiplicidade de aspetos, não é necessário afirmar que deva haver uma definição específica para cada investigação nem para cada intervenção preventiva proposta, pois na verdade trata-se de níveis de análise possíveis de serem integrados, não se tratando de várias definições contrastantes.

## **2.4 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**

Segundo defende Sebastião (2013, p. 30), “a definição de políticas de combate à violência na escola tem-se colocado em Portugal nas últimas décadas de forma sinuosa”, sendo marcada por um pilar de continuidade (o PES, cuja dimensão policial sempre se sobrepôs à sua dimensão cívica e educativa), pela instabilidade das políticas relativas à regulação dos comportamentos (o Estatuto do Aluno, de carácter nacional, foi revisto entre 2002 e 2012 por quatro vezes), e pela relativa autonomia das escolas que, apesar de obrigadas a enquadrar a sua atividade com a legislação nacional, sempre se caracterizaram por uma ampla gama de formas de controlo comportamental.

A divergente informação de natureza empírica acerca da violência escolar contribui, também, para a falta de clarificação concetual subjacente à definição de políticas de combate a este fenómeno. No que respeita à procura de soluções, de acordo com Sebastião *et al.* (2004, p. 25), “têm-se vindo a estruturar dois discursos acerca das situações designadas por violência na escola”, e que resultaram em duas abordagens distintas – pedagógica e policial – com a conseqüentemente aplicação de distintas medidas políticas.

Segundo o autor, a abordagem pedagógica assenta na ideia de que uma parte significativa das situações de violência tem a sua origem no insucesso da escola em conseguir atingir os objetivos educativos que lhe são determinados. Esta ideia defende que o sistema educativo português teve, nas últimas décadas, um razoável sucesso na implementação de mecanismos que promoveram o crescente acesso de todos à educação escolar, mas falhou na criação de oportunidades para democratizar o sucesso escolar.

Neste sentido, “a procura de soluções que tem orientado a maior parte das medidas interventivas aplicadas nos últimos anos, é concebida dentro de um quadro político e pedagógico com o objectivo final de obter a democratização do sucesso escolar” (Sebastião *et al.*, 2004, p. 25). Genericamente, esta abordagem considera que é dentro do campo pedagógico que a violência pode ser prevenida, dando importância reduzida a medidas baseadas no uso do policiamento dentro dos limites da escola (somente admitido em situações muito específicas, como a manutenção ou reposição da ordem pública).

Esta perspetiva destaca, essencialmente, a necessidade de medidas do tipo pedagógico e organizacional. Contudo apenas as segundas, compostas por legislação sobre

gestão escolar descentralizada e pelos territórios educativos de intervenção prioritária<sup>13</sup>, se cruzam com os pressupostos e as medidas implementadas na abordagem policial.

Relativamente à abordagem policial utilizada para justificar a origem das situações de violência na escola, esta reflete basicamente que a responsabilidade de tais condutas e comportamentos é daqueles jovens que ocupam posições desfavorecidas no espaço social. Ou seja, de acordo com Sebastião *et al.* (2004) esta abordagem sustenta que: (i) a violência aumenta, em particular nas escolas situadas junto de zonas da periferia degradada, marginal ou de bairros sociais; (ii) a violência preexiste à escola, é-lhe exterior, existe uma inevitabilidade na reprodução da violência contextual em violência escolar; (iii) são os alunos de insucesso escolar os mais violentos e, em particular, os provenientes de minorias étnicas.

Tais asserções partem do pressuposto de que as situações de violência na escola resultam de uma “agressão” à comunidade escolar por elementos marginais, provenientes desses bairros, razão pela qual aquela deve ser defendida. É também decorrente desta perspetiva que o PES se constitui como a mais emblemática das medidas políticas decorrentes desta abordagem.

Desde a sua implementação até aos dias de hoje, este Programa continua a demonstrar um significativo esforço financeiro por parte do Estado e de algumas autarquias locais. Além de que, na sua forma atual, através da mobilização de um número significativo de recursos policiais (PSP e GNR) e diferentes agentes educativos existentes na comunidade, continua a representar a defesa do modelo centralista de gestão do sistema educativo.

Porém é interessante verificar que o discurso da segurança parece manter as diversas forças políticas amarradas à inevitabilidade da necessidade do seu crescimento, mesmo aquelas que preconizam visões alternativas do sistema educativo. “Trata-se da aprendizagem, nos espaços escolares, da cidadania policiada” (Sebastião *et al.*, 2004, p. 28).

---

<sup>13</sup> Os “Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”(TEIP) foram criados, a título experimental, no ano de 1996/97 pelo Despacho nº 147B/ME/96 e pelo Despacho Conjunto nº 73/96 dos Secretários de Estado da Educação e Inovação e da Administração Educativa. Foram então definidos 34 territórios, distribuídos pelas 5 direções regionais de educação. Os territórios foram concebidos como espaços comunitários de intersecção entre as estruturas do sistema escolar dos 3 ciclos do ensino básico e da educação pré-escolar e as estruturas comunitárias de educação extraescolar para o desenvolvimento de populações social e economicamente desfavorecidas. A filosofia subjacente ao modelo de criação dos TEIP em Portugal aproxima-se das ZEP francesas (Zones d’Éducation Prioritaires) e das EAZ inglesas (Education Action Zones).

## **2.5 COMUNICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE SEGURANÇA NA ESCOLA**

De acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 9 do Despacho conjunto n.º 25650/2006, de 19 de Dezembro, e em consonância com o art.º 2 do mesmo despacho, “compete aos conselhos executivos das escolas e agrupamentos de escolas (...) assegurar o dever de comunicação das ocorrências sobre segurança escolar, utilizando para tal os instrumentos criados para o efeito”. Nestes termos e desde essa data, foi criado o Sistema de Registo de Ocorrências de Segurança na Escola, tendo ficado a sua monitorização sob a responsabilidade do Gabinete de Segurança Escolar (GSE)<sup>14</sup> do Ministério da Educação.

É neste sistema, vulgarmente designado por “plataforma de registo”, onde as direções dos estabelecimentos de ensino têm o dever legal de registar todos os incidentes que ocorram com as crianças e os jovens na escola, e que possam ser classificadas como “violência escolar”. Porém, desde a sua implementação, houve sempre da parte dos responsáveis escolares grandes dúvidas sobre o tipo de ocorrências que poderiam ser classificadas dessa forma, nomeadamente, se as situações de indisciplina também deveriam ser comunicadas. Segundo foi possível apurar através de entrevistas efetuadas a diferentes Diretores de Agrupamento de escolas (ver Apêndice D - pergunta n.º 8), ainda hoje subsiste a dúvida sobre o tipo de ocorrências a comunicar, sendo que algumas escolas comunicam apenas ocorrências de violência escolar (embora sem possuírem critérios para fazer essa classificação), outras comunicam todo tipo de incidentes, e outras há que não comunicam qualquer incidente<sup>15</sup>.

De forma a esclarecermos esta situação, podemos relatar que, segundo defende um ex-Diretor<sup>16</sup> da Direção de Serviços de Segurança Escolar, devem apenas ser registadas eletronicamente na “plataforma” as ocorrências/conduitas praticadas por crianças e jovens que possam ser tipificadas no âmbito da Lei Penal e da Lei Tutelar Educativa, que tenham ocorrido dentro ou fora do horário normal de funcionamento da escola, e envolvam violência entre pares ou entre não-pares. Ou seja, todas as outras ocorrências que constituem violação dos deveres preceituados no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (art.º

---

<sup>14</sup> Até 2012 o GSE constituía uma unidade orgânica nuclear da Direção Geral de Educação (DGE), sob tutela do ME. Através do Decreto-Lei n.º 266-F/2012 de 31 de Dezembro, sucedeu nas suas atribuições a Direção de Serviço de Segurança Escolar (DSSE) integrada na Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

<sup>15</sup> A título de exemplo, e de acordo com os registos da DGEstE-DSSE, entre 2010 e 2015 a Escola Secundária de Carcavelos não registou na plataforma qualquer tipo de ocorrência.

<sup>16</sup> Doutor José Joaquim Antunes Fernandes – Intendente da PSP.

10 e art.º 22 da Lei nº 51/2012 de 5 de Setembro), ou no Regulamento Interno da respetiva escola deverão ser consideradas situações de indisciplina, e não deverão ser registadas no sistema.

Atualmente, o tratamento estatístico das ocorrências comunicadas é da responsabilidade da Direção de Serviços de Segurança Escolar (DSSE). No entanto, de acordo com o que foi relatado (essencialmente por motivos de carácter organizacional), podemos fazer a leitura de que este sistema de recolha de informação estatística relativa à violência em meio escolar possui um alcance e fiabilidade limitadas, na medida em que os dados disponíveis resultam apenas das ocorrências declaradas sem qualquer tipo de critério, e não das efetivamente ocorridas. Nestes termos, podemos ainda considerar que “a burocratização dos processos de comunicação, a adoção de estratégias de ocultação de situações de violência que possam contribuir para a degradação da imagem da escola, e a tentativa de limitar o efeito de difusão do fenómeno por imitação” (Sebastião *et al.*, 2004, p. 34), encontram-se entre as causas que levam à prática generalizada de não comunicação das ocorrências.

Outro fator que condiciona a fiabilidade dos dados resulta da dificuldade em encontrar uma definição de violência escolar comum a todos os intervenientes. Assim a subjetividade inerente à avaliação individual de cada situação e a banalização da utilização desta noção no quotidiano escolar (em que, por excesso, tudo é violento ou tudo é relativizado) contribui igualmente para o baixo empenhamento de algumas escolas na recolha da informação, reforçando assim o enviesamento dos dados disponíveis.

No entanto, apesar destas insuficiências, também sabemos que atualmente apenas existe outra fonte de informação estatística de nível nacional sobre violência em contexto escolar (da DNPS), e que apenas expressa as ocorrências denunciadas e as participadas pela PSP. Logo, consideramos que para conseguirmos fazer uma leitura mais correta deste tipo de violência, se justifica a utilização em paralelo das duas fontes de informação, mesmo que a sua leitura não possa fornecer mais que algumas indicações pouco fiáveis.

Uma das acusações mais comuns levantadas contra os pesquisadores que trabalham com a violência nas escolas e com a delinquência juvenil em geral, é que eles fazem com que o fenómeno exista, ao falarem sobre ele, contribuindo para o exagero público, ao classificá-lo como uma questão científica. Até porque, se examinarmos em conjunto os

dados fornecidos pela PSP e pelo ME, perceberemos que o número de incidentes registados é, na verdade, bastante baixo.

Das estatísticas policiais (ver Quadro 6 – subcapítulo 3.4.3) constatámos que, no ano letivo de 2014/2015, o número de incidentes registados pela PSP foi de 5748 ocorrências (criminais e não criminais), mais 387 que no ano letivo de 2013/2014. Se dividirmos este total de ocorrências pelo número total de alunos (1131902)<sup>17</sup>, chegaremos à conclusão de que menos de 1% da população escolar total são vítimas potenciais. Porém, o facto mais preocupante corresponde ao número total de incidentes graves, ou seja, o número de ocorrências classificadas como criminais que foi de 3930, correspondendo assim a 68% dos incidentes registados. Além disso, destacam-se ainda as 1350 ocorrências de violência física (ofensas corporais) que duplicam a violência verbal (injúrias/ameaças), que foram 565.

Fazendo uma análise dos dados fornecidos pela DGEstE-DSSE (Quadro 1), confrontámo-nos com uma situação que coloca em questão às concepções de senso comum. Ou seja, a disponibilidade de três anos seguidos de informação extensiva sobre a realidade nacional permitiu retirar algumas conclusões interessantes, nomeadamente constata-se que há uma tendência de decréscimo das ocorrências registadas, com exceção para as regiões do Alentejo e Algarve onde se manifesta um aumento das ocorrências reportadas.

Direções Regionais de Educação	2013	2014	2015	Variação no triénio (2013-2015)
<b>Norte</b>	593	472	289	<b>- 304</b>
<b>Centro</b>	110	101	67	<b>- 43</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	861	802	729	<b>- 132</b>
<b>Alentejo</b>	47	85	124	<b>+ 77</b>
<b>Algarve</b>	94	107	121	<b>+ 27</b>
Total de ocorrências registadas	<b>1705</b>	<b>1567</b>	<b>1330</b>	<b>- 375</b>

**Quadro 1:** N.º de ocorrências de situações de violência em meio escolar, registadas na Plataforma de Registo de Ocorrências de Segurança Escolar. **Fonte:** DGEstE-DSSE (Elaboração própria).

Todavia, conforme nos apresenta Sebastião (2013, p. 30): cerca de 50% das ocorrências reportadas situam-se em escolas da Área Metropolitana de Lisboa; em média, cerca de 90% das escolas não relatou qualquer incidente de violência escolar; e apenas 0,2% das escolas registaram mais de 50 ocorrências anualmente.

<sup>17</sup> Fonte: DGEEC-ME.

Não obstante, comparando esta informação com os dados das ocorrências (criminais e não criminais) participadas ou denunciadas à PSP no âmbito da violência em contexto escolar, é possível comprovar que as ocorrências registadas pelas escolas na “plataforma de registo” correspondem apenas a 1/3 do total de incidentes reportados pela PSP. Ou seja, o número de escolas que declararam ocorrências ao longo dos últimos anos permite-nos, de alguma forma, confirmar que o registo de ocorrências não se tem vindo a tornar uma prática sustentada, através da qual não é possível caracterizar com rigor a distribuição das situações de violência escolar. Nestas circunstâncias não poderemos afirmar que os fenómenos designados por violência tenham uma representação reduzida no universo escolar. Este é um bom exemplo do que se entende por criminalidade aparente.

Podemos concluir que as diferenças e problemas metodológicos respeitantes à recolha de informação pela PSP, ou pelo ME, não nos permitem proceder com rigor a uma análise comparativa esclarecedora. Porém, podemos fazer a leitura de que estas irregularidades mostram que não devemos falar de violência na escola como se esta constituísse um fenómeno difundido uniformemente por todo o sistema educativo, já que a probabilidade de contactar com situações de violência é muito desigual, pois varia significativamente com a região e a escola frequentada. “Estas variações no espaço invalidam as teses de que a exposição ao risco de violência é igual em qualquer ponto do sistema educativo, colocando a necessidade de abordar os fenómenos sociais em contexto e considerar as relações de causalidade múltiplas que contribuem para os configurar.” (Sebastião *et al.*, 2013, p. 30).

No entanto, parece-nos que há ainda um outro paradoxo oculto nesta análise, ou seja, estas estatísticas acabam sempre por subestimar o número de vítimas. E neste sentido, apenas os inquéritos de vitimização poderiam determinar o que de facto ocorre. Mais do que o conhecimento da delinquência, que mede as representações e as atividades das instituições policiais e judiciais, “a abordagem dos estudos de vitimização, em vez de concentrar o seu foco nos perpetradores, permite que as transgressões e os delitos sejam entendidos do ponto de vista da vítima, que assim se vê transformada num informador privilegiado” (Debarbieux, 2002, p. 29).

## **2.6 SÍNTESE**

Os conceitos e estudos revistos parecem indicar que sob a designação de “violência escolar” podem encontrar-se múltiplos fenómenos que, apesar de relacionados, apresentam diferentes graus de gravidade e diferentes causas. Aliás, como defende Debarbieux (2002), o conceito de violência, vulgarizado na linguagem corrente, parece ser o mais difícil de definir e operacionalizar.

Neste sentido, a expressão violência escolar deveria limitar-se às situações mais graves de conduta antissocial que infligem danos contra pessoas e que ocorrem no contexto escolar. Na maioria das situações deveria privilegiar-se a utilização dos restantes conceitos, porque remetem para comportamentos mais frequentes e menos graves, além de serem mais fáceis de operacionalizar e definir.

Segundo refere Sebastião *et al.* (2004, p. 24) a “produção científica em Portugal em torno da problemática da violência na escola, é escassa e pouco sistemática”. Nestas condições, não há um saber comum aos investigadores que estudam esta problemática, seja no sentido da construção de uma malha teórica que questione e suporte a análise deste fenómeno, seja no sentido da reunião de informação de carácter empírico, o que nos impede de conhecer o fenómeno na sua multidimensionalidade e extensão.

Porém, gostaríamos ainda de demonstrar que apenas uma definição ampla pode avaliar de facto a violência nas escolas, colocando-a em perspetiva, e como essa definição ampla pode ir além de uma abordagem meramente repressiva. Apenas uma definição desse tipo pode estabelecer tecnicamente a necessidade de prevenção. Não se trata de ser contra a repressão em si, nem de defender unicamente as medidas preventivas, o que provavelmente seria uma utopia. “Mas se a violência é construída, então ela pode ser desconstruída” (Debarbieux, 2002, p. 75).

## **CAPÍTULO 3:**

### **POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

O presente capítulo visa incidir primeiramente sobre a questão da prevenção, que constitui uma vertente cada vez mais privilegiada pelas forças policiais para a prossecução da sua missão. Importa referir que não é nossa intenção abordar as várias escolas e correntes de prevenção criminal, nem a componente repressiva. Trataremos esta temática apenas para pré-contextualizar a conceção do policiamento de proximidade, uma vez que o mesmo tem na sua génese a prevenção e o estabelecimento de parcerias.

No seguimento versaremos especificamente sobre o tema do policiamento de proximidade, iniciando com uma breve explanação acerca do conceito de proximidade e terminando com uma abordagem da amplitude funcional do próprio modelo de policiamento. Neste sentido, destacaremos que para efetivamente se conseguir a materialização do policiamento de proximidade muito têm contribuído as parcerias estabelecidas com as mais diversas instituições, que visam alargar a rede preventiva e a responsabilização, para resolver problemas que não têm natureza securitária ou policial. Embora que, se estes problemas não forem resolvidos no seu início poderão dar origem a outros que impliquem uma ação policial de cariz mais repressivo.

Por fim e de forma mais pormenorizada abordaremos o PES, dissecando o seu historial, e prosseguindo com o enquadramento conceptual das atividades preventivas realizadas pelas EPES. Neste sentido faremos também uma análise das temáticas e prevalência dessas ações nos antecedentes 3 anos letivos. Para finalizar o capítulo efetuaremos uma breve análise das ocorrências (criminais e não criminais) denunciadas e registadas no âmbito do PES.

### **3.2 PREVENÇÃO: DA SUA APLICABILIDADE**

Na Europa continental, com o emergir dos anos 60, começou a surgir a dúvida sobre a eficácia do modelo tradicional de policiamento, que assentava no paradigma da resposta rápida, sendo as suas ações meramente reativas. Neste modelo descure-se de forma muito significativa a prevenção, pois todos os meios operacionais são mobilizados para dar resposta às ocorrências. Segundo nos relata Clemente (2000, p. vi), “tradicionalmente, a segurança tem sido assegurada, essencialmente, através de um policiamento reactivo, entendido este como policiamento que se limitava, essencialmente, a reprimir a infracção da lei, e pouco mais.”

Decorrente de exigências sociais e securitárias, a PSP como qualquer outra organização com responsabilidade num Estado de direito democrático, deve e tem por obrigação adaptar a sua realidade, e funcionalidade, às necessidades da sociedade. Sendo esta exigência social tão evidente, a PSP tende a ajustar a sua atuação, de tal forma que hoje a temática relativa à atuação policial vai ao encontro de uma nova filosofia de aproximação às comunidades e grupos de risco, tendo em vista a resolução dos seus problemas de segurança, possuindo a própria comunidade um papel ativo no reconhecimento e resolução destes.

Neste contexto as FS encontram-se sob paradigmas de prevenção, proximidade e parcerias, em detrimento de um paradigma mais repressivo, cada vez mais em desuso nos países europeus. A questão da prevenção criminal aparece dentro deste paradigma enquanto fator fundamental para a garantia de qualidade de vida dos cidadãos, assumindo especial importância na redução do sentimento de insegurança. Esta nova forma de policiar resulta assim de uma alteração do paradigma de atuação, procurando a PSP deixar de intervir meramente aquando da violação das leis, passando a ir à origem das incivilidades e prevenindo os ilícitos criminais a montante do seu aparecimento (David, 2014).

Segundo Oliveira (2006) a prevenção define-se, basicamente, por oposição à repressão. Podendo ser definida como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou não, sobretudo, quando ocorram antes da prática do ato punível. Ou seja, quando se fala de prevenção criminal aborda-se uma noção de pré-crime, em que a atuação policial é direcionada para que se evite o cometimento dos delitos.

Apesar deste entendimento de Oliveira (2006) sobre a prevenção ser consensual com a maioria das definições sobre o mesmo conceito, e que também defendem que a prevenção criminal visa essencialmente a redução do número de ocorrências criminais ou evitar que estas aumentem, outras há que cumulativamente fazem referência à redução do sentimento de insegurança, como é o caso da definição apresentada na Resolução 2002/13 das Nações Unidas. Esta refere-se à prevenção criminal como o “conjunto de estratégias e medidas que visam reduzir o risco da ocorrência de crimes e seus possíveis efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo do crime (sentimento de insegurança), por interferir e influenciar as suas múltiplas causas.” Daqui se pode comprovar que a prevenção se encontra diretamente relacionada com a insegurança. Sendo esta última definida por Lourenço & Lisboa (1998) como um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime.

Neste sentido, a polícia deve dirigir os seus esforços e uma parte da sua missão para uma prevenção eficaz, que consiga prevenir o crime e, conseqüentemente, consiga diminuir o sentimento de insegurança por parte dos cidadãos. Logo, se uma ação preventiva por parte da polícia junto das comunidades escolares tende a minorar o sentimento de insegurança existente nesses contextos, deve apostar-se na adoção de medidas de policiamento preventivo. Segundo defende Dias (2012, p. 124) a prevenção é o “fundamento da atividade de polícia no que concerne ao controlo dos perigos e implica que as medidas preventivas, do legislador ou da administração policial, possam ser adotadas quando a informação disponível é suficiente para poder prever a existência de danos.”

O conceito de prevenção está cada vez mais presente nos discursos levados a cabo pelas entidades públicas, com responsabilidades na área da segurança. Deste mesmo lado está Clemente (2000, p. vii), quando refere que “a dimensão preventiva impera sobre a valência repressiva, porque, hoje, é pacífico ser importante identificar as causas geradoras da delinquência” e procurar, em cooperação com outras instituições, públicas e privadas, em particular com os cidadãos, encontrar soluções que evitem situações de risco para a população.

Analogamente, e perante as exigências atuais, através do seu conhecimento, infraestruturas e experiência, em parceria com os distintos agentes educativos, a PSP tem o dever de assumir a responsabilidade de prevenir atos delituosos e violentos, assim como a garantia de um sentimento de segurança permanente na comunidade escolar.

### **3.3 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE**

Antes de nos focarmos no policiamento de proximidade propriamente dito, convém destacar o conceito de proximidade, e como este se tornou parte integrante de uma mudança de paradigma, refletindo a forma como devem ser pautadas as relações entre as FS e o cidadão.

Com o evoluir da sociedade e o crescimento dos grandes aglomerados habitacionais, as relações entre as pessoas tornaram-se cada vez mais distantes e impessoais, o que conduziu ao desgaste das fontes tradicionais da confiança, que se baseavam no grupo. Consequentemente, este fenómeno alastrou-se e afetou também a própria relação entre as instituições, e entre estas e a comunidade. Devido a estes fatores torna-se crucial investir em políticas que aproximem a Polícia do cidadão e das várias entidades ao dispor da população, pois “as políticas de proximidade, não só ao nível policial, são especialmente importantes para reforçar relações perdidas dentro das comunidades, ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (Leitão, 1999, p. 6).

O conceito de proximidade é a face de uma nova forma de policiar, e segundo Oliveira (2006, p. 26) “relembra de uma concepção renovada das relações de proximidade que idealmente devem existir entre a polícia e os cidadãos, reenviando a uma concepção de eficácia policial que deve ter presente a dimensão humana dos problemas e uma preocupação pela coesão social.” Para seguir este esteio, deve existir uma conjugação de esforços e recursos com um objetivo comum, que será o diálogo permanente e contínuo com o cidadão e com as organizações e entidades que o representam, de modo a obter-se uma resposta rápida e eficiente, e a manter no cidadão um sentimento de acompanhamento contínuo e próximo (Lopes, 2013).

Relativamente ao policiamento de proximidade, temos o dever de sublinhar que continua a existir alguma dificuldade em se aceitarem definições consensuais sobre o significado do mesmo. Segundo Bolle (1998, p. 417), encontrar um conceito que seja consensual para o que representa o policiamento de proximidade é uma missão impossível, “pois tal conceito teria de integrar elementos institucionais próprios de cada sistema, de cada país.” Contudo, o autor acaba por referir que de uma forma geral “a polícia de proximidade é todo o modo de relacionamento entre polícia e a comunidade, sobretudo entre os polícias e os cidadãos.”

Ainda que, e de forma mais particular, para Monjardet (*cit. in* Elias, 2009) o policiamento de proximidade é um modelo que reconhece que a segurança não é missão exclusiva da polícia, mas que ela deve ser coproduzida com cidadãos, associações locais, etc., transformando as necessidades expressas ao nível local no principal princípio de hierarquização das prioridades policiais. Esta ideia é importante, porque chegamos à conclusão que cada vez mais um ator isolado não consegue resolver todos os problemas de insegurança e criminalidade.

A proximidade entre as polícias e a população permite que o conhecimento mútuo se desenvolva. Para que as medidas levadas a cabo pelas forças policiais, no âmbito do policiamento de proximidade, surtam efeito e ao mesmo tempo exista eficácia nas mesmas, é necessário que exista um profundo conhecimento da realidade, de modo a identificar os problemas locais e definir quais as melhores medidas a adotar para a resolução dessas mesmas dificuldades.

Foi perante estas e outras conceções que começaram a ser implementados na década de 90 do século XX os princípios subjacentes ao policiamento de proximidade. Como afirma Oliveira (2006, p. 119), “o modelo de policiamento de proximidade teve a sua primeira implementação nos países anglo-saxónicos, mas a maior parte dos países da Europa Continental só adotaram este modelo nos anos noventa do século passado.” Quanto à implementação do modelo na PSP, pudemos apurar que se tratou de um processo moroso, onde ocorreu uma forte resistência às alterações a que a implementação deste modelo origina, levando a que inicialmente poucos fossem os elementos policiais alocados exclusivamente a este tipo de policiamento.

Com a aplicação de um modelo de proximidade mais virado para a prevenção, a PSP passa a ter uma maior responsabilidade e influência, pois tem por obrigação propor medidas em coordenação com diversas instituições, sempre com a finalidade de prevenir futuros ilícitos. Contudo, a materialização de um policiamento de proximidade com base numa atuação preventiva e próxima do cidadão, pode acarretar um aumento da criminalidade denunciada no início da sua implementação. Isto porque, e segundo Elias (2009), uma boa implementação do policiamento de proximidade leva a que num curto período haja elevados índices de criminalidade pois as pessoas, principalmente certos grupos de risco, acabam por ganhar mais confiança junto das autoridades policiais o que levará a um aumento de denúncias de crime.

Lisboa & Teixeira Dias (2008) também afirmam que o policiamento de proximidade é um novo conceito que traz consigo uma nova filosofia organizacional e operacional da polícia. É uma conceção que se sustenta na tese de que os elementos policiais e os cidadãos devem trabalhar de forma coincidente, no sentido de encontrar soluções para os problemas geradores de um maior sentimento de insegurança nas comunidades relacionados com a criminalidade. Porém, e embora quanto mais próxima for essa relação de reciprocidade melhores resultados se poderão alcançar, “o modelo não é um remédio universal contra a criminalidade” (Oliveira, 2006, p. 118).

Neste contexto e existindo cada vez mais a noção de que o cidadão ocupa um papel central no sistema de segurança interna, podemos assegurar que o policiamento de proximidade é, na sua conceção, uma atividade em que é fundamental a colaboração entre as distintas comunidades e a PSP. De maneira que “deixando a Polícia de ser a única guardiã da lei e da ordem, todos os membros da comunidade se tornam elementos ativos no esforço conjunto para melhorar a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos” (Silva, 2008, p. 13).

### **3.3.1 PARCERIAS: COADJUVAÇÃO E CO-RESPONSABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA**

Segundo Oliveira (2006) numa sociedade globalizada, a segurança é cada vez mais um bem público que deve ser coproduzido pelo conjunto de atores sociais. Nesta linha de pensamento é necessário desenvolver e enriquecer as relações existentes entre as FS e os diversos parceiros sociais.

Relativamente às parcerias, Bolle (1998) defende que no policiamento de proximidade a polícia deverá adotar uma nova filosofia de intervenção, na qual deverá estar preparada para intervir por meio de ações coletivas, decididas e conduzidas conjuntamente pela polícia e pela comunidade, e que implicam redes de comunicação e de cooperação entre a polícia e os cidadãos em geral, e os grupos comunitários. No mesmo sentido, Oliveira (2006, p. 86) aborda esta questão referindo que “a resolução de problemas complexos, como os relacionados com o crime e com a insegurança, passam pela contribuição de vários parceiros institucionais e do sector privado, através de análises, respostas e avaliações interdisciplinares.”

As parcerias são essenciais, uma vez que a PSP por escassez de meios humanos e materiais, e em algumas situações por desconhecimento técnico, não consegue identificar as causas e soluções possíveis para determinados problemas ou situações, que não são exclusivamente policiais, podendo assim recorrer a outros organismos ou grupos de cidadãos. Nestas circunstâncias, as parcerias assumem uma importância acrescida atendendo à complexidade das causas que estão na origem do crime e do sentimento de insegurança, uma vez que detêm capacidades alargadas para a identificação desses problemas.

Segundo Oliveira (2006), as parcerias podem ser classificadas como formais ou informais, podendo ser efetuadas respetivamente, de forma regular ou extraordinária. Quando as parcerias são formais fala-se de parceiros institucionais que poderão estar ligados às áreas da educação, da segurança social, da saúde ou da cultura, pertencer ao poder local ou nacional, mas também podem ser parceiros do sector privado. Os distintos programas especiais de prevenção em vigor na PSP, na sua grande maioria, foram estabelecidos com base em protocolos e outros com base em processos normativos. Ambos os casos apelam ao contributo dos diferentes parceiros e estabelecem bases dessa participação interdisciplinar em parceria com outros atores públicos e privados. Provavelmente o PES, que resultou de um protocolo entre o MAI e o ME, seja o melhor exemplo deste tipo de parceria. Este sucesso está ancorado por um dos princípios estratégicos do PES, ao estabelecer que deve ser incrementada a “promoção e desenvolvimento de parcerias quer ao nível nacional, quer ao nível local”<sup>18</sup>.

A PSP procura também estabelecer parcerias informais com a comunidade, sem que estas sejam decretadas através de acordos ou de protocolos oficiais. A simples transmissão de informação da comunidade para as forças policiais pode ser considerada como uma parceria, visto que os cidadãos, tacitamente, aceitam fazer parte integrante e ativa da resolução (a curto ou longo prazo) de um problema comum, a segurança da comunidade. Para a criação destas parcerias em muito contribui o trabalho de interação interpessoal realizado pelos agentes de proximidade, pois a confiança que alguns cidadãos depositam nestes elementos, faz com que sejam um ponto fidedigno de recolha de informação. Oliveira (2006, p. 90) afirma que “as parcerias entre a polícia e a população podem ter objetivos diversificados, por exemplo, as parcerias destinadas a identificar os problemas de segurança; a definir as prioridades; a encontrar soluções e a avaliar os resultados.”

---

<sup>18</sup> Cf. alínea b) do art.º 4 do Despacho conjunto nº 25650/2006 de 19 de Dezembro.

Sintetizando os princípios básicos, as parcerias são imprescindíveis uma vez que possibilitam: uma visão partilhada e integral da realidade; uma conjugação de esforços e rentabilização de recursos económicos e humanos; um melhor conhecimento entre parceiros e uma mais clara noção das missões, responsabilidades e dos respetivos limites; e uma comunicação horizontal entre parceiros e consequente melhoria na transmissão de informação.

“O policiamento de proximidade tem como elemento fundamental o estabelecimento de parcerias formais com outras instituições de controlo social (polícias e tribunais), facto que se tem vindo a concretizar através de dezenas de protocolos celebrados pelos diversos Comandos da PSP com inúmeras entidades públicas e privadas em todo o País”<sup>19</sup>. A construção de parcerias para a resolução de problemas, implicando os corpos policiais, as autarquias locais, os serviços sociais e a comunidade, é reconhecida como um dos mecanismos mais eficazes para atacar as causas sociais geradoras de comportamentos desviantes de natureza criminal.

Numa conjuntura em que as questões da segurança são cada vez mais valorizadas, as parcerias criadas entre as forças policiais e as demais associações/instituições, com responsabilidades na sociedade, constituem uma forte base e um apoio fundamental para a existência e concretização efetiva do policiamento de proximidade.

## **3.4 PROGRAMA ESCOLA SEGURA**

### **3.4.1 HISTORIAL DO PES**

As escolas são um espaço privilegiado de liberdade, convívio e segurança onde se reproduzem os valores fundamentais de uma sociedade democrática. As transformações políticas, sociais e económicas ocorridas depois do 25 de Abril acabaram inevitavelmente por se refletirem no ambiente escolar. A vinda massiva de pessoas das ex-colónias, o alargamento da escolaridade e a consequente entrada de um grande número de alunos, trouxe à escola novos problemas, alguns deles relacionados com comportamentos que perturbavam o normal funcionamento do espaço escolar.

“No final da década de 80 começaram a ser frequentes as notícias sobre actos de vandalismo e de delinquência juvenil junto dos estabelecimentos de ensino. Estes actos

---

<sup>19</sup> Cf. a Diretiva Operacional n.º 13/2007 de 10 Setembro da DNPS (Escola Segura – Segurança a Estabelecimentos de Ensino).

provocaram vários danos materiais e contribuíram para que surgisse um sentimento de insegurança na comunidade escolar” (Silva, 2008, p. 3). Além disso, a ocorrência de comportamentos antissociais pode criar, junto de pais, alunos e professores, a percepção das escolas como um meio social violento, com repercussões negativas no processo de ensino/aprendizagem, e nas dinâmicas de socialização.

Da pressão resultante das reclamações das escolas, associações de pais e sindicatos de professores, o poder político toma as primeiras medidas tendentes a minimizar o problema, que se mantinha relativamente na penumbra dos holofotes da mediatização (Marçal, 2001). Nestas circunstâncias, em finais de 1984 e com o objetivo de fazer face a ações marginais sobre os estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, o Ministério da Educação criou o Gabinete de Segurança.

Desde então, as questões de violência escolar passaram a ser objeto de crescente visibilidade social e mediática (Sebastião *et al.*, 2008). Confrontando-se com esta situação recorrente, em 1992, o Governo viu-se novamente na obrigação de tomar medidas políticas. Neste sentido, a primeira medida especificamente tomada para controlar a violência nas escolas, assentou numa iniciativa conjunta do MAI e do ME, ao decidirem estabelecer um Protocolo<sup>20</sup> que visava um reforço das medidas de segurança junto de 17 estabelecimentos de ensino (13 escolas no distrito de Lisboa e 4 no distrito de Setúbal), considerados prioritários por apresentarem maiores índices de insegurança e de criminalidade.

Soares (2002, p. 290) refere que “a partir da assinatura deste protocolo, o policiamento junto dos estabelecimentos de ensino sofreu inovações na forma de actuação das forças de segurança, sendo considerado como o grande impulsionador de tudo o que se seguiu em termos de prevenção da criminalidade juvenil e da promoção de um melhor ambiente escolar.”

Ancorados neste protocolo, ao MAI competia manter durante os tempos letivos pessoal de serviço nos acessos e espaços contíguos às escolas, preservando uma coordenação permanente com os Conselhos Diretivos e com os elementos do Gabinete de Segurança e outro pessoal não docente do ME. A PSP passou a adotar um esquema de policiamento mais próximo das comunidades escolares, com uma permanência contínua de elementos policiais nas escolas protocoladas, e ainda prestando apoio fora dos tempos

---

<sup>20</sup> Protocolo MAI/ME de 1992.

letivos, às mesmas escolas, através de rondas regulares em termos de dar resposta imediata a qualquer situação imprevista. Porém, e embora sendo “criado com o objectivo de coordenar esforços das autoridades escolares e forças policiais, este protocolo era bastante sumário e excluía qualquer dimensão pedagógica” (Sebastião *et al.*, 2004, p. 27).

Durante os anos seguintes, “a implementação das medidas impostas pelo protocolo foram progressivamente materializadas num número progressivo de escolas” (Curva, 1997, p. 151), assim como, foi mobilizando um número crescente e significativo de recursos policiais. Contudo, em 1996, é publicado o Despacho do MAI n.º 50/96, de 30 de Setembro, que tinha como objetivo reforçar e proceder à coordenação e articulação das FS com as autoridades escolares. Ainda assim, é através de outro Despacho do MAI n.º 54/96, de 21 de Outubro que é formalmente implementado o Programa Escola Segura.

No entanto, quase uma década depois e através do Despacho Conjunto do MAI e do ME n.º 105-A/2005, de 2 de Fevereiro, é que ambos os Ministérios entenderam ser importante redefinir, harmonizar e consagrar legalmente conceitos, objetivos, âmbitos e estrutura do PES (com base nas avaliações efetuadas<sup>21</sup> e as conclusões decorrentes da análise retrospectiva do percurso até ali efetuado), tendo aprovado o primeiro Regulamento do PES. Nessa data foi já possível perceber que o PES se havia constituído como “um modelo de actuação pro-activo, centrado nas escolas, que visa prevenir, evitar e reduzir a violência e insegurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade”<sup>22</sup>.

Foi neste contexto que a PSP veio desenvolvendo boas práticas de policiamento de proximidade em todo o seu dispositivo, quer inseridas no âmbito de programas especiais lançados pela Tutela (como é o caso do PES), quer por iniciativa dos CdP. Decorrente dessa conjuntura, a PSP viu-se na obrigação de elaborar distintos documentos direccionados, basicamente, para a elucidação do seu efetivo no que toca ao modelo de policiamento evidenciado. Assim é que surge em 2006, consumado pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio da DNPSP, o PIPP<sup>23</sup> – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP, visando congregar numa estratégia integral os distintos programas que tinham sido implementados de uma forma algo espalhada (Elias,

---

<sup>21</sup> Pelas Inspeções-Gerais das Finanças, da Administração Interna e da Educação.

<sup>22</sup> Cf. n.º 1 do art.º 2.º, do Despacho conjunto n.º 105-A/2005, de 2 de Fevereiro (não vigente).

<sup>23</sup> Atualmente designado por Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), de acordo com a OP n.º 4822, de 12 de Julho de 2010 da DNPSP.

2007), através do estabelecimento de objetivos estratégicos e operacionais, e da implementação de mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação.

Aliás, é também resultante desta diretiva institucional que são efetivamente criadas as Equipes do Programa Escola Segura (EPES), às quais foram atribuídas as funções de garantir a “segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenir a delinquência juvenil, detetar problemas e cifras negras no seio das comunidades escolares<sup>24</sup>,” privilegiando uma abordagem proativa e orientada para os problemas em detrimento de um policiamento aleatório e eminentemente reativo.

Contudo, e apenas um ano depois, tendo sido detetadas algumas fragilidades na operacionalização do PES, foi publicado o Despacho Conjunto do MAI e do ME n.º 25650/2006 de 19 Dezembro, que aprova o vigente Regulamento do PES e cria o Grupo Coordenador do PES. Conforme o art.º 3º do mencionado Despacho, o PES tem, entre outros, como objetivos prioritários: “promover uma cultura de segurança nas escolas; diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral”. Relativamente ao Grupo Coordenador, o n.º 2 do art.º 7º preceitua que a este “compete coordenar e acompanhar a nível nacional o Programa e propor às tutelas a adopção das medidas pertinentes, visando a consecução dos objectivos que se encontram definidos”.

É sustentado neste percurso que Oliveira (2006, p. 300) reconheceu o PES como “uma iniciativa de sucesso que se encontra institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil.” Desde a sua implementação foi um programa com grandes bases, consolidadas através da corresponsabilização dos dois Ministérios responsáveis pela sua concretização. Ao ponto de atualmente o PES ser “encarado pela sociedade e pelos responsáveis policiais como sendo uma iniciativa bastante positiva e de enorme relevo, visto que, procura defender um grupo considerado de risco, como são as crianças e os jovens” (David, 2014, p. 41) em contexto escolar.

---

<sup>24</sup> Cf. Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio da DNPSP, Ponto 3 – d, al. 3

### **3.4.2 DAS ATIVIDADES PREVENTIVAS REALIZADAS PELAS EPES**

A implementação do policiamento de proximidade conduziu a um modelo assente num novo paradigma onde determinados elementos policiais passaram a realizar atividades pré-determinadas e a ter um contacto frequente e direto com as crianças e jovens em contexto escolar, passando estes a fazer parte da resolução de problemas na comunidade escolar onde estão inseridos.

A “ocorrência de comportamentos desviantes e antissociais pode criar, junto de pais, alunos e professores, pessoal não docente e opinião pública em geral, a perceção das escolas como um meio social violento, com repercussões negativas no processo de ensino/aprendizagem e nas dinâmicas de inclusão social”<sup>25</sup>. Isto porque, a comunidade escolar caracteriza-se por ser um fragmento frágil da sociedade, composta maioritariamente por crianças e jovens em que a sua personalidade ainda não se encontra completamente definida. Considerando que não é possível uma educação de qualidade num ambiente escolar de violência ou insegurança, que inviabiliza o pleno exercício do direito à educação - direito constitucionalmente consagrado<sup>26</sup> -, têm vindo a ser desenvolvidas pelo PES ações neste domínio, funcionando como “um instrumento de actuação preventiva, que visa reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente”<sup>27</sup>.

Tendo em conta estas diretrizes e na observância das suas funções, as EPES são responsáveis<sup>28</sup>: - por garantir a segurança, a vigilância e visibilidade nos estabelecimentos de ensino; - pela prevenção da delinquência juvenil; - pela deteção de problemas que possam interferir na segurança dos cidadãos e no seio da comunidade escolar; - pela deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares; - por proceder à identificação de problemas que poderão ter impacto no sentimento subjetivo de insegurança; - por realizar e por propor ao escalão superior a realização de ações de sensibilização; - por efetuar contactos individuais com jovens em contexto escolar, com o conselho executivo, funcionários, professores, e pais.

Nestes termos e de acordo com as características intrínsecas de cada contexto escolar, convém destacar a existência de distintos e complexos fatores a ter em conta para que o relacionamento dos agentes das EPES com a comunidade escolar possa existir e

---

<sup>25</sup> Preambulo do Despacho Conjunto do MAI e do ME n.º 25650/2006, de 19 Dezembro

<sup>26</sup> Cf. n.º1 do artigo 43.º da CRP

<sup>27</sup> Preambulo do Despacho Conjunto do MAI e do ME n.º 25650/2006, de 19 Dezembro

<sup>28</sup> Cf. Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio da DNPSP, Ponto 3-d, al. 3

evoluir. De acordo com Silva (2008), podemos apontar alguns desses fatores, designadamente: aumentar a proximidade; aumentar a comunicação verbal; criar um clima de confiança; amabilidade; criar um clima harmónico, positivo e de respeito; cooperação e colaboração; e compreensão.

Para que as FS se aproximem o mais possível da comunidade escolar, há necessidade de valorizar o contacto pessoal, para se ganhar confiança recíproca e melhorar a comunicação. Deve dar-se a entender às crianças e jovens que a polícia existe para os proteger e que se preocupa com a sua segurança. Para isso, segundo Matos (2013), contribuem as ações de sensibilização sobre as mais diversas temáticas, e os contactos individuais com crianças e jovens em contexto escolar. Devem ainda ser efetuadas reuniões e contactos periódicos com os diretores das escolas e presidentes dos conselhos executivos, pois estes são o elo de ligação com a restante comunidade escolar, de forma a dar encaminhamento aos problemas propostos e à conseqüente resolução.

Assim, e como já foi supracitado, são realizadas pelas EPES distintas atividades preventivas, também classificadas como indicadores de desempenho<sup>29</sup> para efeitos de cumprimento de objetivos operacionais, designadamente: ações de sensibilização; contactos individuais; e outras ações de prevenção específicas (como demonstrações de meios, “escolas de trânsito” e visitas a instalações policiais).

Estas atividades preventivas realizadas pelas EPES, e direcionadas para a comunidade escolar (desde o 1º ciclo até ao ensino secundário), são desenvolvidas e dinamizadas ao abrigo de dois grandes modelos de prevenção criminal<sup>30</sup>, designadamente: o Modelo da prevenção social e o Modelo de prevenção situacional.

Estes dois modelos (num total de quatro modelos) são indicados no Manual<sup>31</sup> de Diretrizes de Prevenção à Criminalidade, redigido pelo International Center for the Prevention of Crime – ICPC<sup>32</sup> e ratificado pelas Nações Unidas (*United Nations Guidelines for the Prevention of Crime – 2002*), com o objetivo de desenvolver modelos e programas para a prevenção estratégica do crime e segurança da comunidade. Embora estes modelos sejam sugeridos no âmbito da prevenção geral da criminalidade, acabam

---

<sup>29</sup> Previstos nos Anexo 3 e Anexo 3A da Diretiva Operacional n.º 01/2015 da DNPSP.

<sup>30</sup> Segundo alega o Subintendente Hugo Guinote (atual Chefe da DPPP da DNPSP).

<sup>31</sup> UNODC, 2010

<sup>32</sup> É um fórum internacional, fundado em 1994, para os governos nacionais, autoridades locais, órgãos públicos, instituições especializadas e organizações não-governamentais para a troca de experiências, conhecimento emergente, e políticas e programas de prevenção criminal e segurança da comunidade.

analogamente por funcionar como modelos de atuação para promover, em particular, a prevenção estratégica da delinquência juvenil em contexto escolar e por conseguinte a segurança da comunidade escolar.

De acordo com o referido Manual, o modelo da prevenção social promove a realização de “programas que visem a promoção do bem-estar das pessoas e incentivem comportamentos pró-sociais através do meio social, tecido económico, na saúde e com medidas educativas, atribuindo um ênfase especial às crianças e jovens, incidindo especificamente sobre os fatores de risco e de proteção associados ao crime e a vitimização”. É ao abrigo deste modelo de atuação que o PES dinamiza as ações de sensibilização junto da comunidade escolar.

As **ações de sensibilização** realizadas pelas EPES são, geralmente, realizadas segundo três pressupostos distintos, ou seja, podem ser:

- i) determinadas, periodicamente, pela própria DPPP e difundidas para os CdP, de maneira a que todas as EPES possam dar cumprimento ao estipulado (neste caso é também difundida a missão, os objetivos e as respetivas apresentações “powerpoint”);
- ii) determinadas pelos próprios CdP, de forma a estes conseguirem dar cumprimento aos objetivos operacionais impostos pelo PAO - Planeamento da Atividade Operacional<sup>33</sup>;
- iii) solicitadas ou sugeridas pelas próprias Direções dos estabelecimentos de ensino aos CdP, ou diretamente às EPES, de acordo com as necessidades ou problemas experimentados em cada contexto escolar.

Em relação ao último pressuposto convém evidenciar que são muitas as vezes, e por iniciativa própria, que os próprios elementos da EPES desenvolvem apresentações<sup>34</sup> “powerpoint” de maneira a satisfazer essas solicitações. Existem bastantes exemplos de boas práticas realizadas por estes elementos policiais para conseguirem realizar estas ações de forma mais adequada e pedagógica. Casos há, em que para conseguir melhorar a aproximação e o relacionamento com as crianças e jovens, os agentes integram algumas atividades lúdicas e culturais realizadas pelos alunos nas suas escolas (ver Apêndice D - entrevista n.º 2).

---

<sup>33</sup> Cf. a Diretiva Operacional n.º 1/2015 da UOOS/DNPSP

<sup>34</sup> Apresentações posteriormente avaliadas pelo Gestor local e aprovadas pelo respetivo CdP.

De acordo com os dados facultados<sup>35</sup> pela DPPP relativamente às ações de sensibilização realizadas no âmbito do PES a nível nacional (ver Quadro 2), e desde que começaram a ser registadas informaticamente em 2004, é possível verificar que o número de ações desta natureza tem vindo a aumentar progressivamente até ter estabilizado no ano letivo transato. Isto porque, de acordo com Silva (2008, p. 31) “o número médio de ações realizadas durante o triénio 2004/2007 era aproximadamente de 3030 ações”, enquanto no último triénio 2012/2015 esse valor atingiu em média as 7039 ações.

Podemos assim comprovar que, na última década, houve um aumento de mais de 50% do número de ações de sensibilização realizadas. Esta constatação denota um empenho da DNPS e dos próprios CdP em cooperar com a comunidade escolar e orientar o serviço policial para este grupo de risco, de forma a tentar resolver os problemas e a colmatar as necessidades preventivas de cada comunidade escolar.

<b>Temática</b>	<b>2012/2013</b>	<b>2013/2014</b>	<b>2014/2015</b>	<b>Total</b>
<b>Álcool e Drogas</b>	<b>571</b>	<b>765</b>	<b>481</b>	<b>1817</b>
Diálogo intercultural	13	2	17	32
Animais de companhia	5	22	0	27
Autoproteção	8	100	536	644
Bombas de carnaval	410	396	271	1077
<b>Bullying</b>	<b>538</b>	<b>1071</b>	<b>816</b>	<b>2425</b>
Cidadania	144	189	219	552
Delinquência infantil	102	183	87	372
Igualdade de género	4	2	4	10
<b>Segurança na internet</b>	<b>320</b>	<b>429</b>	<b>506</b>	<b>1255</b>
Prevenção criminal	215	280	261	756
<b>Prevenção rodoviária</b>	<b>1658</b>	<b>2182</b>	<b>1509</b>	<b>5349</b>
<b>Programa Escola Segura</b>	<b>308</b>	<b>263</b>	<b>263</b>	<b>834</b>
Polícia de Segurança Pública	92	213	163	468
<b>Segurança infantil</b>	<b>269</b>	<b>371</b>	<b>614</b>	<b>1254</b>
Violência na escola	69	97	87	253
Violência doméstica/namoro	180	302	447	929
Outras	860	1015	1189	3064
<b>Total</b>	<b>5766</b>	<b>7882</b>	<b>7470</b>	<b>21118</b>

**Quadro 2:** Evolução do número de ações de sensibilização realizadas - por temática. **Fonte:** DNPS/DPPP  
(Elaboração própria).

Relativamente à evolução no número total de ações de sensibilização realizadas a nível nacional pelas EPES, no período em análise, podemos constatar um aumento significativo de 2116 ações em 2013/2014, e um ligeiro decréscimo de 412 ações no ano seguinte (equivalente a 5%).

<sup>35</sup> Para efeitos deste estudo, foram apenas disponibilizados para análise os dados estatísticos relativos aos últimos três anos letivos: 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015.

Estas ações de sensibilização dinamizadas a nível nacional incidem sobre quase duas dezenas de temáticas. Relativamente ao tema das ações, convém destacar a prevalência de algumas temáticas durante os últimos anos letivos, designadamente ações sobre prevenção e educação rodoviária, *bullying*, álcool e drogas, segurança infantil e segurança na internet. Não obstante, os mesmos dados revelam algumas particularidades, como um aumento significativo das temáticas sobre violência doméstica e no namoro, e sobre autoproteção, ao invés da temática sobre bombas de carnaval que tem vindo a diminuir<sup>36</sup>. De certa forma, estas últimas apreciações retratam, além das necessidades apercebidas pelos agentes educativos e pela PSP, as vulnerabilidades mais evidentes a que as crianças e jovens estão sujeitos em contexto escolar e fora dele.

Todavia, no que respeita à incidência de ações de sensibilização realizadas por cada CdP (ver Quadro 3), é possível constatar que os CM de Lisboa e Porto, e o CdP de Setúbal realizaram praticamente 55% do total de ações de sensibilização a nível nacional. Este facto leva-nos a fazer a leitura que o número de ações realizadas por cada CdP poderá ser proporcional ao número de alunos e/ou escolas da respetiva “responsabilidade”.

<b>Comandos</b>	2012/2013	2013/2014	2014/2015	<b>Total</b>
<b>CR Açores</b>	<b>281</b>	<b>447</b>	<b>384</b>	<b>1112</b>
CR Madeira	271	352	319	942
<b>CM Lisboa</b>	<b>1725</b>	<b>2322</b>	<b>1978</b>	<b>6025</b>
<b>CM Porto</b>	<b>1304</b>	<b>1428</b>	<b>1128</b>	<b>3860</b>
<b>CD Aveiro</b>	321	376	460	1157
CD Beja	18	51	121	190
CD Braga	152	241	220	613
CD Bragança	112	130	131	373
CD Castelo Branco	0	71	85	156
CD Coimbra	145	203	173	521
CD Évora	96	74	120	290
CD Faro	185	318	452	955
CD Guarda	20	60	66	146
CD Leiria	208	307	365	880
CD Portalegre	43	124	139	306
CD Santarém	192	279	165	636
<b>CD Setúbal</b>	<b>528</b>	<b>635</b>	<b>637</b>	<b>1800</b>
CD Viana Castelo	75	164	204	443
CD Vila Real	0	179	211	390
CD Viseu	86	121	112	319
<b>Total</b>	<b>5766</b>	<b>7882</b>	<b>7470</b>	<b>21118</b>

**Quadro 3:** Evolução do número de ações de sensibilização realizadas - por Comando. **Fonte:** DNPSP/DPPP  
(Elaboração própria).

<sup>36</sup> Atualmente a legislação que regula esta matéria proíbe totalmente a venda livre deste tipo de artifícios pirotécnicos a qualquer pessoa, independentemente da idade. Contudo, podem ser sempre adquiridos de forma ilegal.

Ainda assim, devemos enaltecer o esforço efetuado pelo Comando Regional dos Açores por, no mesmo período e com um reduzido número de efetivo policial, conseguiu realizar mais de um milhar de ações de sensibilização.

Analogamente às ações de sensibilização, e segundo os princípios do mesmo modelo de prevenção atrás mencionado, bem como ao abrigo das parcerias desenvolvidas com outras entidades e/ou instituições, são realizadas pelas EPES distintas **ações de prevenção específicas**, designadamente:

- a) Visitas a instalações policiais e outras instituições (ver Quadro 4);
- b) Demonstrações de meios e de valências policiais (ver Quadro 5);
- c) Realização de “Escolas de Trânsito” com crianças que frequentam o 1º ciclo, onde se efetuam demonstrações das regras de circulação e prevenção rodoviária;
- d) Feiras vocacionais e promoção de Eventos culturais, lúdicos e desportivos;
- e) Simulacros de incidentes que exijam a coordenação e colaboração das FS com os estabelecimentos de ensino e comunidade escolar.
- f) Distribuição de panfletos alusivos às diversas temáticas, à entrada das escolas.

<b>Comandos</b>	2012/2013	2013/2014	2014/2015	<b>Total</b>
CR Açores	39	34	28	101
<b>CR Madeira</b>	<b>40</b>	<b>58</b>	<b>68</b>	<b>166</b>
<b>CM Lisboa</b>	<b>101</b>	<b>128</b>	<b>92</b>	<b>321</b>
CM Porto	10	19	18	47
CD Aveiro	15	14	13	42
CD Beja	0	5	14	19
CD Braga	1	13	25	39
<b>CD Bragança</b>	<b>20</b>	<b>86</b>	<b>99</b>	<b>205</b>
CD Castelo Branco	0	4	3	7
CD Coimbra	4	2	0	6
CD Évora	6	5	2	13
<b>CD Faro</b>	<b>45</b>	<b>96</b>	<b>98</b>	<b>239</b>
CD Guarda	0	1	3	4
CD Leiria	19	31	10	60
CD Portalegre	2	3	5	10
CD Santarém	0	1	1	2
<b>CD Setúbal</b>	<b>53</b>	<b>21</b>	<b>38</b>	<b>112</b>
CD Viana Castelo	5	7	5	17
CD Vila Real	0	3	3	6
CD Viseu	5	19	6	30
<b>Total</b>	<b>365</b>	<b>550</b>	<b>531</b>	<b>1446</b>

**Quadro 4:** Evolução do número de visitas a instalações policiais e outras - por Comando. **Fonte:** DNPSP/DPPP (Elaboração própria).

<b>Comandos</b>	2012/2013	2013/2014	2014/2015	<b>Total</b>
<b>CR Açores</b>	<b>41</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>91</b>
CR Madeira	30	26	27	83
<b>CM Lisboa</b>	<b>74</b>	<b>91</b>	<b>42</b>	<b>207</b>
<b>CM Porto</b>	<b>85</b>	<b>101</b>	<b>44</b>	<b>230</b>
CD Aveiro	23	18	5	46
CD Beja	4	1	3	8
CD Braga	6	6	3	15
<b>CD Bragança</b>	<b>44</b>	<b>54</b>	<b>50</b>	<b>148</b>
CD Castelo Branco	4	0	1	5
CD Coimbra	6	7	2	15
<b>CD Évora</b>	<b>62</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>161</b>
CD Faro	9	4	10	23
CD Guarda	2	2	0	4
CD Leiria	7	6	5	18
CD Portalegre	1	3	5	9
CD Santarém	6	2	0	8
CD Setúbal	9	28	17	54
CD Viana Castelo	16	17	2	35
CD Vila Real	2	13	9	24
CD Viseu	9	5	2	16
<b>Total</b>	<b>440</b>	<b>459</b>	<b>301</b>	<b>1200</b>

**Quadro 5:** Evolução do número de demonstrações realizadas - por Comando. **Fonte:** DNPS/DPSP  
(Elaboração própria).

Neste âmbito, e como se pode comprovar pela análise dos Quadros indicados, durante o transato ano letivo de 2014/2015 foram realizadas pela PSP, a nível nacional, 531 visitas e 301 demonstrações. Em relação a este tipo de atividades destaca-se o facto do número de demonstrações apresentar uma tendência decrescente, devido – e trata-se de uma opinião - à atual dificuldade financeira e operacional que a instituição tem tido em empenhar e deslocar os suficientes recursos humanos e materiais de determinadas valências da PSP para a realização destas ações.

Consequentemente, a PSP tem redirecionado a sua estratégia e optado por trazer a comunidade escolar ao encontro da instituição. Desta forma, através de uma interação mais próxima e pessoal com os elementos policiais, procura-se melhorar o relacionamento e a confiança dos jovens nas FS. Logo, a tendência para a realização de visitas é notoriamente crescente.

Relativamente ao modelo da prevenção situacional, tem por base a ideia de que os crimes só ocorrem quando estão reunidas as condições necessárias para tal, e assim, este “reúne as iniciativas que se destinam a prevenir a ocorrência de crimes através da redução de oportunidades, aumento dos riscos dos prevaricadores serem presos e minimizar os benefícios da prática desses atos criminosos, e fornecer assistência e informação para as

potenciais e atuais vítimas de forma a tentar evitar que sofram esses delitos.” Existe aqui, portanto, uma vertente orientada para o delincente, e uma outra para a vítima.

É neste espectro de atuação que se fundamentam os **contactos individuais** realizados pelas EPES junto da comunidade escolar, isto é, como um instrumento de intervenção preventivo, seja dirigido a jovens envolvidos em incidentes de indisciplina ou de violência escolar, seja a potenciais jovens delinquentes, seja a vítimas, que no caso dos menores são muitas vezes, simultaneamente, um e outro. Convém sublinhar que “o contacto individual deve ter sempre presente a ideia de identificar um problema, criminal ou não. Pode ser um contato que vise obter informação respeitante a uma mera suspeita da prática de crime ou o contato que tem como objetivo identificar problemas sociais como a solidão, o isolamento e a falta de apoio social”<sup>37</sup>.

Do explanado, podemos elucidar que os jovens submetidos a contactos individuais não carecem, obrigatoriamente, de sinalização por parte de qualquer entidade com competência para aplicar medida tutelar educativa (Secções de Família e Menores da Instância Central do Tribunal de Comarca) ou promover medida de promoção ou proteção (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) para serem destinatários deste tipo de contacto. Podem simplesmente ser “abordados” por parte dos agentes das EPES com o objetivo de identificar problemas e auscultar a evolução de problemas já identificados (e.g. indisciplina, prática de factos ilícitos), sem que isso tenha implicado a sinalização do jovem. Segundo dados fornecidos pela DPPP, relativos ao ano letivo 2013/2014, foram efetuados a nível nacional, um total de 107621 contactos individuais, sendo que aproximadamente 4986 jovens foram sinalizados pelas CPCJ (ainda assim, corresponde a uma taxa de sinalização de 4,6%).

O PES que está quase a completar duas décadas de experiência ao serviço da comunidade escolar, e só para se compreender melhor a dimensão que o programa alcançou podemos sublinhar que a GNR e a PSP, “neste âmbito e durante o ano letivo 2013/2014 realizaram 19409 ações dirigidas à comunidade escolar, englobando ações de sensibilização e informação, visitas a instalações das FS e demonstrações, a um universo de 1818535 alunos pertencentes a 8746 estabelecimentos de ensino.”<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Conforme está explicitado no Anexo 3A da Diretiva Operacional n.º 01/2015 da DNPPSP.

<sup>38</sup> Cf. refere o RASI 2014.

### **3.4.3 DAS OCORRÊNCIAS ESCOLARES PARTICIPADAS PELA PSP**

De acordo, e nos moldes definidos pela DPPP, os dados estatísticos respeitantes às ocorrências (criminais e não criminais) registadas pelos agentes das EPES no âmbito do PES deverão ser enviados ao respetivo Núcleo de Operações de cada Comando, que por sua vez os remete via e-mail à DPPP, até ao dia 10 de cada mês<sup>39</sup>.

As ocorrências em contexto escolar são classificadas de acordo com a sua natureza, como “ocorrências criminais” ou como “ocorrências não criminais”<sup>40</sup>. Todavia, dentro de cada uma destas categorias, estão incluídos um determinado leque de tipologias (ver Quadros 6 e 7).

Além desta categorização, aquando do registo de ocorrências em estabelecimentos de ensino, é ainda efetuado pelos responsáveis a distinção das mesmas, de acordo com o local onde as mesmas ocorreram. Ou seja, regista-se como “Dentro” se o incidente aconteceu no interior do perímetro vedado da escola, ou como “Fora” se o incidente acontecer na área envolvente exterior do perímetro vedado da escola ou no trajeto casa-escola-casa.

Da análise dos dados respeitantes ao número de ocorrências criminais em contexto escolar, verifica-se que as EPES a nível nacional registaram no ano letivo de 2014/2015 um total de 3930 ocorrências. Este resultado representa um aumento de 1,07% (+42) deste tipo de ocorrências relativamente ao ano letivo 2013/2014 (ver Quadro 6). Ainda assim, especificamente em relação às distintas tipologias criminais dentro desta categoria, podemos constatar que as ofensas corporais (34,4%) e os furtos (26,6%), tal como as ameaças/injúrias (14,4%) continuam a ser as tipologias criminais que prevalecem sobre todas as outras. Em relação ao ano letivo transato verificou-se um ligeiro aumento do número de furtos e de ofensas sexuais dentro da escola. No sentido inverso, verificou-se um decréscimo significativo de 21% sobre o número de roubos, maioritariamente fora da escola.

Relativamente ao local onde aconteceram esses incidentes, é possível comprovar que estes ocorrem com mais frequência no interior da escola (69,4%).

---

<sup>39</sup> De acordo com Instruções de Coordenação da Diretiva Operacional nº 13/2007 de 10Set07 da DNPSP.

<sup>40</sup> Fonte: DPPP/DN.

Ocorrências criminais	2013/2014	Varição (nº ocorrências)	2014/2015	Peso relativo em 2014/2015
<b>Roubo</b>	265	- 56	209	<b>5,3%</b>
Dentro	44		38	
Fora	221		171	
<b>Ameaça de bomba</b>	14	+ 6	20	<b>0,5%</b>
Dentro	7		18	
Fora	7		2	
<b>Furto</b>	1006	+ 40	1046	<b>26,6%</b>
Dentro	903		950	
Fora	103		96	
<b>Posse/Use de arma</b>	49	+ 3	52	<b>1,3%</b>
Dentro	34		42	
Fora	15		10	
<b>Vandalismo/Dano</b>	229	+ 1	230	<b>5,9%</b>
Dentro	153		150	
Fora	76		80	
<b>Injúrias/Ameaças</b>	557	+ 8	565	<b>14,4%</b>
Dentro	399		431	
Fora	158		134	
<b>Ofensas corporais</b>	1352	- 2	1350	<b>34,4%</b>
Dentro	945		945	
Fora	407		405	
<b>Tráfico de estupefacientes</b>	57	+ 7	65	<b>1,7%</b>
Dentro	16		20	
Fora	41		45	
<b>Ofensas sexuais</b>	91	+ 13	104	<b>2,7%</b>
Dentro	25		41	
Fora	66		63	
<b>Outras</b>	268	+ 21	289	<b>7,4%</b>
Dentro	136		164	
Fora	132		125	
<b>Total de ocorrências</b>	<b>3888</b>	+ 42	<b>3930</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total dentro</b>	2662	+107	2799	69,4%
<b>Total fora</b>	1226	- 95	1131	30,6%

**Quadro 6:** Variação do número de ocorrências criminais em contexto escolar, a nível nacional. **Fonte:** DNPS/DPPP. (Elaboração própria).

Relativamente ao número de ocorrências não criminais em contexto escolar e a nível nacional, as EPES registaram no mesmo período um total de 1818 ocorrências, o que corresponde a um aumento de 19% (+345) deste tipo de ocorrências relativamente ao ano letivo 2013/2014 (ver Quadro 7). Nestas circunstâncias, não surpreende também constatar que todas as tipologias dentro desta categoria tiveram um aumento, com destaque para a posse e/ou consumo de estupefacientes, quer no interior quer no exterior do recinto escolar.

Ocorrências não criminais	2013/2014	Varição (nº ocorrências)	2014/2015	Peso relativo em 2014/2015
<b>Acidente de viação</b>	5	+ 6	11	<b>0,6%</b>
Dentro	1		0	
Fora	4		11	
<b>Perturbação das ativid. escolares</b>	281	+ 61	342	<b>18,8%</b>
Dentro	225		290	
Fora	56		52	
<b>Posse/Consumo de estupefacientes</b>	271	+ 32	303	<b>16,7%</b>
Dentro	56		70	
Fora	215		233	
<b>Outras</b>	916	+ 246	1162	<b>63,9%</b>
Dentro	400		677	
Fora	516		485	
<b>Total de ocorrências</b>	<b>1473</b>	+ 345	<b>1818</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total dentro</b>	682	+ 355	1037	57,0%
<b>Total fora</b>	791	- 10	781	43,0%

**Quadro 7:** Variação do número de ocorrências não criminais em contexto escolar, a nível nacional. **Fonte:** DNPS/DPPP (Elaboração própria).

Face ao exposto, e evitando efetuar uma análise errónea dos dados que nos foram disponibilizados, consideramos que a eficácia do PES e o impacto das atividades preventivas realizadas no âmbito do mesmo, não se pode mensurar exclusivamente pelo aumento ou diminuição das ocorrências (criminais e não criminais), ainda mais que a maioria das ocorrências registadas tiveram lugar dentro dos estabelecimentos de ensino. Além de que é perfeitamente compreensível que o efeito das parcerias e o crescimento das relações de confiança já estabelecidas, e desenvolvidas entre a PSP e a comunidade escolar, causem um aumento dos índices de participação de ilícitos criminais à PSP, isto é, a redução das cifras negras.

### 3.5 SÍNTESE

Atualmente o PES é encarado pelos responsáveis policiais, e especialmente pelos agentes educativos, como sendo uma iniciativa extremamente importante e indispensável para a garantia da segurança comunidade escolar, visto que procura defender um grupo considerado de risco e vulnerável, como são as crianças e os jovens.

Numa das últimas iniciativas nacionais neste âmbito, a PSP associou-se ao Dia dos Namorados e promoveu uma campanha relacionada com a temática de “*No Namoro Não Há Guerra*”, através da promoção e reforço das ações de sensibilização visando a

prevenção da violência doméstica genericamente e no namoro especificamente. Em termos de resultados, a mesma envolveu 485 elementos policiais e cerca de 260 viaturas caracterizadas. Foram abrangidas 141 escolas de ensino básico do 3º ciclo e 95 escolas de ensino secundário, das quais 7 e 8, respetivamente, eram escolas privadas. Estiveram envolvidos 15424 alunos, 9174 do ensino básico e 6250 do ensino secundário, em 473 ações, sendo 287 realizadas a alunos do ensino básico e 186 a alunos do ensino secundário<sup>41</sup>.

Consequente da análise da criminalidade denunciada relativa a ocorrências em contexto escolar, e de acordo com tudo o que foi explanado ao longo deste capítulo, podemos fazer um juízo valorativo da importância do programa, não tanto ao nível da redução das ocorrências denunciadas (uma vez que globalmente aumentaram), mas essencialmente pelo esforço e capacidade evidenciada pelas EPES dos distintos CdP, para realizarem mais ações de sensibilização e outras ações de prevenção específicas de forma a chegar a um maior número de jovens e escolas.

Portanto, não será descabido sublinhar que, prestes a completar 20 anos ao serviço da comunidade escolar, “o PES é fundamental para uma maior aproximação das FS com a comunidade escolar, contribuindo para uma relação mais directa entre as escolas abrangidas por este Programa e os agentes policiais adstritos ao mesmo” (Silva, 2008, p. 4).

---

<sup>41</sup> Cf. publicação na página do Facebook da PSP, no dia 04MAR2016.

## **CAPÍTULO 4:**

### **ESTUDO EXPLORATÓRIO E RESULTADOS**

#### **4.1 INTRODUÇÃO**

Após a elaboração da revisão da literatura referente à violência escolar, prevenção e policiamento de proximidade, assim como, uma análise de diversos diplomas e diretivas policiais relativos ao enquadramento do PES e atribuições funcionais das EPES, é chegado o tempo do estudo de caso. Este é definido como uma “exploração de um único fenómeno, limitado no tempo e na acção, onde o investigador recolhe informação detalhada” (Sousa & Baptista, 2011, p. 64).

Neste sentido, para completar e enriquecer as conclusões do tema em estudo, resolvemos levar a cabo esta investigação de maneira a atingir um conhecimento mais exato do fenómeno, fornecendo novos instrumentos ao conhecimento policial, e consequentemente permitir o aperfeiçoamento e eficácia da missão policial.

Apresentamos neste capítulo o estudo exploratório que levámos a cabo com jovens alunos de três comunidades escolares distintas, e todos destinatários das atividades preventivas realizadas no âmbito do PES, nomeadamente duas escolas secundárias localizadas na área de competência territorial do COMETLIS (Lisboa) e uma escola secundária na área de competência territorial do CDSTR (Santarém).

#### **4.2 OBJETIVOS DO CASO PRÁTICO**

Com este estudo prático é nosso objetivo fundamental avaliar a notoriedade do PES e o impacto das ações de sensibilização e dos contactos individuais realizados pelas EPES nos seus destinatários prioritários, ou seja, as crianças e os jovens em contexto escolar.

Pretende-se ainda, complementarmente, verificar as taxas de vitimização dos jovens resultantes de incidentes de violência escolar, assim como o nível de relacionamento dos agentes das EPES com os jovens dos estabelecimentos de ensino indicados.

### **4.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

Quando nos referimos à metodologia adotada, segundo Reis (2010, p. 58), estamos a falar da “organização crítica das práticas de uma investigação que se desenrola, desde a conceptualização, e que vai permitir chegar a conclusões fiáveis e consonantes com os propósitos iniciais que o mestrando se propõe encetar.”

Para o estudo de caso utilizámos, num primeiro momento, o método quantitativo com a construção de um inquérito por questionário para aplicação a amostras representativas de alunos de três comunidades escolares, incluídas em contextos escolares distintos, designadamente:

- a) Escola Secundária Dr. Ginestal Machado – Santarém
- b) Escola Secundária de Carcavelos – Cascais
- c) Escola Secundária D. João V- Damaia/Amadora

Doravante, as alusões respeitantes a estas escolas, no texto e nas tabelas, serão efetuadas respetivamente como Santarém, Carcavelos e Damaia.

Optou-se por estes três estabelecimentos de ensino por estarem localizados na área de competência territorial dos dois CdP onde o Aspirante realizou as duas fases do estágio prático do aludido curso de mestrado, mas não desconhecendo serem escolas sinalizadas<sup>42</sup> que são regularmente sujeitas a vigilância policial e nas quais são realizadas diversas atividades preventivas pelas EPES adstritas à respetiva Divisão policial.

Apenas duas das escolas selecionadas possuem alunos do 2º, 3º ciclo e do ensino secundário. Nestas circunstâncias, o universo de estudo e as amostras recaíram unicamente sobre os alunos do 3.º ciclo e do secundário (*i.e.* do 7º ano ao 12º ano de escolaridade). No entanto, o facto de não se ter abrangido alunos do 1º e 2º ciclo deveu-se, por um lado pela necessidade de obtermos respostas com maior fiabilidade, que jovens menores de 12 anos poderão não ser capazes de fornecer em função da sua maturidade, e por outro lado, pelas limitações derivadas do necessário consentimento expresso dos Pais ou dos Encarregados de Educação de jovens menores de 16 anos.

Num segundo momento, utilizamos o método qualitativo através da realização de entrevistas aos Diretores de Agrupamento de Escolas das comunidades escolares referidas, e que servirão basicamente para nos auxiliar na comprovação de alguns dos resultados

---

<sup>42</sup> A escolha de estas três escolas foi precedida da aprovação por parte dos Gestores Locais do MIPP das correspondentes Divisões policiais.

obtidos através dos questionários e na fundamentação de algumas recomendações de forma a melhorar a notoriedade e eficácia do PES.

#### **4.3.1 QUESTIONÁRIO**

Segundo descreve Reis (2010, p. 91), os questionários são “uma técnica de observação que tem como objectivo recolher informações baseando-se numa série ordenada de perguntas que devem ser respondidas, por escrito, pelo respondente, de forma a avaliar as atitudes, as opiniões e o resultado dos sujeitos ou recolher qualquer outra informação junto dos mesmos”.

Assim, para a elaboração de um trabalho como o nosso, este método de recolha de informação torna-se preponderante para o seu sucesso, devido à “facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num curto espaço de tempo” (Reis, 2010, p. 91). E mais, para além de pretender questionar um número elevado de pessoas sobre esta temática, era nossa intenção preservar o anonimato das respostas e dos sujeitos, bem como não exercer qualquer influência, enquanto investigador, aos inquiridos.

Desta feita, entendemos que o questionário se apresentava como a técnica de recolha de dados mais adequada. Isto porque pretendíamos quantificar dados e proceder a relações entre eles, bem como satisfazer a exigência de representatividade do conjunto dos inquiridos (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Em termos estatísticos, para a caracterização sociodemográfica das amostras, procedeu-se a uma análise descritiva dos dados recolhidos através do inquérito por questionário. O tratamento e análise estatística foram efetuados com recurso ao *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences – Versão 20.0 para Windows*), tendo sido precedido da inserção de dados em *Excel Microsoft Office 2010*.

##### **4.3.1.1 Validação e pré-teste do questionário**

Atendendo a que não encontramos nenhum questionário que já tivesse sido aplicado e que pudesse servir inteiramente os nossos objetivos, optámos por conceber um questionário da nossa autoria que servisse esta investigação. Neste sentido, para chegarmos à validação final do questionário a aplicar, foram efetuadas diversas alterações ao nível do conteúdo e dos conceitos utilizados, assim como foi realizado o pré-teste do mesmo. “O pré-teste ao questionário consiste num conjunto de verificações feitas, de forma a

confirmar que ele é realmente aplicável com êxito, no que diz respeito a dar uma resposta efectiva aos problemas levantados pelo investigador” (Sousa & Baptista, 2011, p. 100).

Assim, após terem sido efetuadas algumas alterações, foi aplicado o questionário a uma amostra de 10 alunos do 9º ano da escola de Santarém. Desta forma, pretendíamos verificar se as questões eram claras ou ambíguas, se apresentavam algum grau de dificuldade ou se o questionário era demasiado extenso. O tempo de preenchimento variou entre nove e quinze minutos. Efetuada uma análise criteriosa das questões que suscitaram mais dificuldade de interpretação por parte dos inquiridos, foi necessário introduzir algumas alterações pontuais de forma a conseguirmos obter respostas mais fidedignas e recolher informação mais relevante e precisa para o tema em estudo. Porém, em qualquer processo de inquirição é impossível contornar enviesamentos, como seja o da desejabilidade social das respostas.

#### **4.3.1.2 Questionário final**

Após a construção inicial, o pré-teste, e efetuadas as pertinentes alterações sugeridas, procedeu-se à construção da versão final do questionário (ver Apêndice F).

O questionário é constituído por 6 partes diferenciadas (com um total de 30 questões), organizadas de acordo com as dimensões e indicadores que se pretendiam apurar (ver Modelo de Análise – Apêndice G). **A parte I** do questionário é composta por 3 questões fechadas de escolha múltipla e visa caracterizar os inquiridos em termos sociodemográficos e escolares, mais concretamente, o género, a idade, e taxa de retenção escolar (ou seja, insucesso escolar). **A parte II** do questionário é formada por 6 questões fechadas de escolha múltipla e 1 questão de resposta mista, visando apurar o nível de conhecimento que os jovens demonstram ter sobre o PES, e analisar a perceção destes jovens acerca da presença policial à entrada da escola, na área envolvente, e no interior. **A parte III** é constituída por 7 questões fechadas de escolha múltipla e 1 questão de resposta mista, visando determinar a taxa de participação dos jovens em ações de sensibilização e quais as temáticas que mais os sensibilizaram, assim como avaliar a adequabilidade do conteúdo, o impacto e a produção de efeitos das mesmas no comportamento dos jovens. Pretendia-se ainda determinar a necessidade de realização de mais ações de sensibilização e quais as formas de realização preferidas. **A parte IV** é formada por 6 questões fechadas de escolha múltipla e 2 questões de resposta mista, visando caracterizar a interação policial, a necessidade de auxílio, a forma de comunicação preferida para realização dos contactos

individuais pelos polícias, e avaliar o impacto dessa interação. A **parte V** é constituída por 6 questões fechadas de escolha múltipla, e visa essencialmente determinar a taxa de ocorrências de violência escolar, o local e a influência da intervenção policial na resolução dessas ocorrências. Relativamente à **parte VI** esta é composta por dez afirmações de resposta com escala, usando-se para o efeito uma escala de tipo *Likert* com 4 alternativas (escala par), permitindo aos inquiridos que se pronunciem em termos da frequência com que reconhecem cada uma das afirmações indicadas. Pretende-se desta forma constituir uma escala de relação policial orientada para a comunidade escolar.

A aplicação dos questionários foi realizada presencialmente pelos Diretores de Turma das turmas selecionadas em Santarém durante o período de 4 a 14 de Janeiro de 2016, e em Carcavelos e na Damaia durante o período de 10 a 20 de Fevereiro de 2016. A resposta dos inquiridos foi feita via direta, onde o próprio regista as suas opções.

#### **4.3.2 ENTREVISTA**

A entrevista é definida como um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações” (Sousa & Baptista, 2011, p. 79).

A realização destas entrevistas a Diretores de Agrupamento de Escolas (co-responsáveis por garantir a segurança da comunidade escolar junto com a PSP), com um fim exploratório, surge em conjunto com a necessidade de recolher a opinião e a visão de perspetivas distintas, de pessoas que, pelo exercício da sua profissão, pela sua posição institucional, e pela experiência acumulada na área temática em estudo, considerámos informantes privilegiados.

Quanto à estrutura, foi utilizada uma entrevista formal com uso de um guião previamente definido, como consta no Apêndice C. Este método de recolha de informação, segundo Sarmiento (2013), permitirá ao entrevistador obter conhecimentos exploratórios, que facilitarão a elaboração do inquérito, e posteriormente a interpretação dos resultados.

A realização das entrevistas foi feita presencialmente e de forma individualizada nos respetivos gabinetes dos Diretores. Isto porque, segundo Guerra (2006), é nos locais de trabalho de cada entrevistado, onde os mesmos se sentem mais à vontade para responder a questões institucionais, obtendo dessa forma informação de melhor qualidade.

As entrevistas tiveram a duração média de 30 minutos e foram gravadas. Após a aplicação do pré-teste ao primeiro entrevistado, esta não mereceu qualquer tipo de alteração ao guião inicial. Posteriormente estas foram integralmente transcritas, porém, ao longo dos capítulos de análise dos resultados e das conclusões, apenas serão aludidos os testemunhos significativos que possam corroborar ou não a análise dos resultados obtidos.

#### **4.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO**

O universo ou população é a designação que se dá “ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões” (Hill & Hill, 2009, p. 41), compreendendo, neste caso, todos os alunos das turmas do 7.º ao 12.º ano de escolaridade, que frequentam os três estabelecimentos de ensino submetidos ao estudo. Foram contabilizados um total de **2898** jovens que frequentam os anos de escolaridade aludidos, dos quais **1195** frequentam a escola de Santarém, **920** frequentam a escola de Carcavelos, e **783** frequentam a escola da Damaia, conforme Tabelas 1, 2, e 3 (Apêndice E).

#### **4.5 DIMENSÃO DAS AMOSTRAS**

A utilização do método quantitativo a uma determinada amostra ocorre devido ao facto do investigador não ter tempo “nem recursos suficientes para recolher e analisar dados de cada um dos casos que constituem o universo” (Hill & Hill, 2009, p. 42). Nestas circunstâncias, pressupõe-se a recolha de informações através da “inquirição de um grupo representativo da população em estudo” (Sousa & Baptista, 2011, p. 90) que permita extrapolar as conclusões obtidas à restante população.

Assim, para a nossa investigação, de acordo com as condicionantes práticas inerentes de ter de aplicar questionários a jovens alunos em contexto escolar, decidimos determinar as amostras através de um processo de amostragem estratificada, que segundo Sarmiento (2013, p. 80) “consiste em especificar quantos elementos da população são retirados de cada estrato (*i.e.* ano de escolaridade) para constituir a amostra estratificada.” Nestas condições, delimitamos que deveria ser selecionada aleatoriamente uma turma de cada ano de escolaridade (*i.e.* do 7º ao 12º), essencialmente por serem os estratos da população aproximadamente da mesma dimensão e o número de elementos em cada estrato da amostra ser relativamente muito próximo (entre 20 a 25 alunos por turma). Ou seja, as amostras são constituídas por turmas de cada escola (uma de cada ano de escolaridade).

Pela dimensão de cada uma, e em face do processo aleatório para a escolha dos alunos que vieram a responder ao questionário, as amostras revestem-se de um caráter probabilístico com os seguintes parâmetros:

Escola	População escolar (7º ao 12º ano)	Amostra (dimensão)	Margem de erro	Nível de confiança
Santarém	1195	134	8,0%	95%
Carcavelos	920	112	8,5%	95%
Damaia	783	110	8,5%	95%

**Quadro 8:** Dimensão das amostras e parâmetros de representatividade. (Elaboração própria).

## 4.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluído o trabalho de campo, chegamos à fase da nossa investigação em que apresentaremos os resultados provenientes da aplicação dos instrumentos de recolha de dados. Para Fortin (2009), a apresentação dos resultados deve limitar-se a uma apresentação sob a forma narrativa dos resultados que se reproduziram nos quadros e nas tabelas.

Após a aplicação dos questionários às três amostras representativas, obteve-se um total de **356** questionários respondidos e devidamente preenchidos (*i.e.* não houve questionários inválidos), sendo que **134** (37,6%) correspondem a Santarém, **112** (31,5%) a Carcavelos, e **110** (30,9%) à Damaia (ver Tabelas 1, 2, e 3, e Gráficos 6 e 7 do Apêndice E). De referir que houve a preocupação de manter as amostras relativamente equilibradas em termos de dimensão. Portanto, e uma vez que se pretende analisar e comparar os resultados obtidos em distintos contextos escolares, foi sinalizado na análise de dados por escola sempre que as diferenças eram estatisticamente significativas.

### 4.6.1 CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Da análise dos resultados sociodemográficos (Apêndice H) relativos aos inquiridos e às escolas submetidas ao estudo, obteve-se uma distribuição por **género** globalmente homogênea, constituída por 177 inquiridos do sexo masculino (49,7%) e 179 inquiridos do sexo feminino (50,3%). No mesmo sentido, como se pode comprovar na Tabela 4, também não existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição por género em cada escola ( $\chi^2=2,455$ ;  $gl=10$ ;  $p=0,992$ ). No entanto, quando relacionado o género com a **faixa**

etária dos inquiridos, já se verifica uma distribuição heterógena entre as escolas, como ilustram os Gráficos 1, 2 e 3.

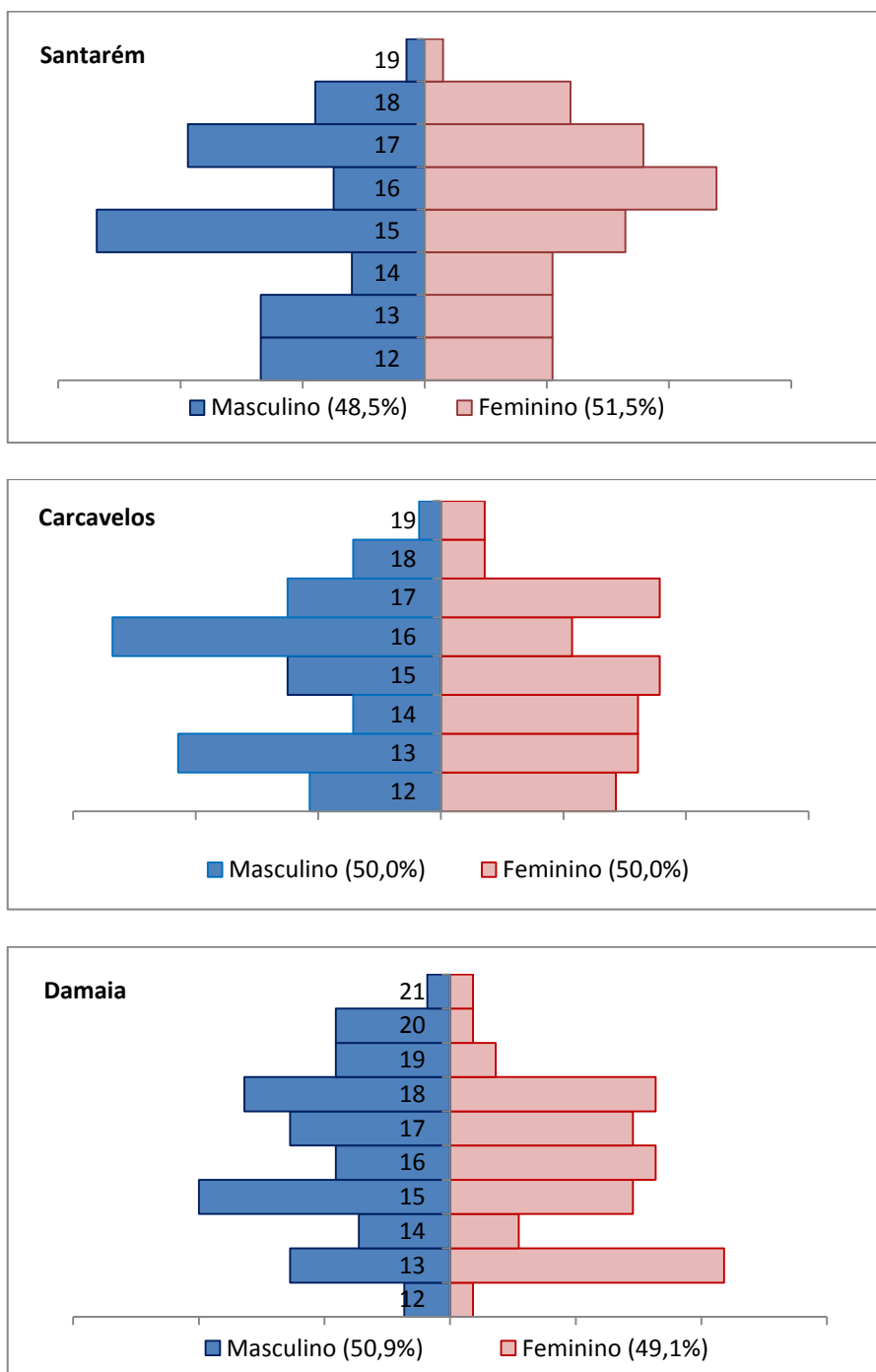
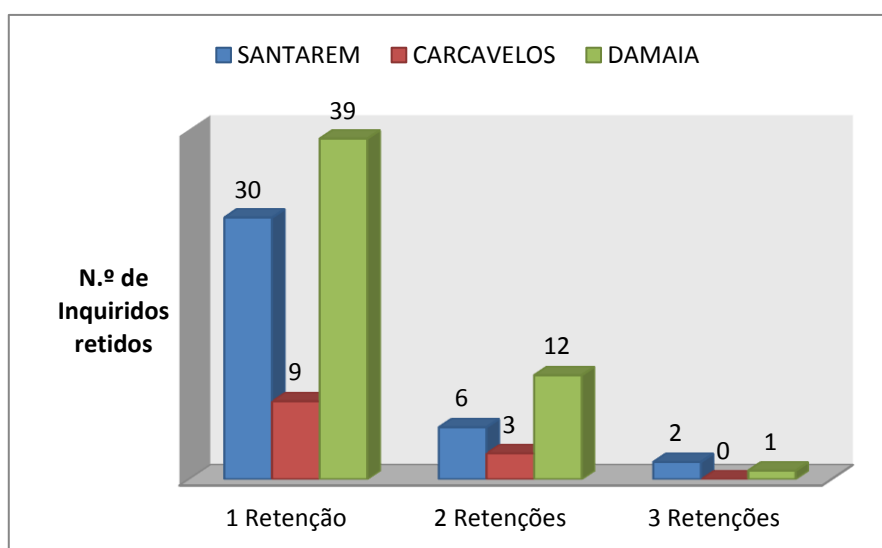


Gráfico 1, Gráfico 2, Gráfico 3: Género e idade dos inquiridos – Distribuição por escola

Fonte: Questionários (Elaboração própria).

Além disso as amostras também se diferenciam pela **idade média**, porquanto na Damaia o conjunto dos alunos inquiridos é mais velho do que o conjunto de Santarém e de Carcavelos, respetivamente com 16,04, 15,22 e 14,89 anos ( $F=9,296$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,000$ ).

Em relação às **taxas de retenção**<sup>43</sup> escolar que apurámos, convém evidenciar que as escolas apresentam taxas de insucesso escolar muito díspares. Designadamente, podemos constatar que 52 dos inquiridos (47,3%) na escola da Damaia já ficaram retidos pelo menos uma vez entre o 5º e o 12º ano, 38 em Santarém (28,4%), enquanto em Carcavelos apenas 12 dos inquiridos (10,7%) “chumbaram” nesses mesmos níveis de ensino, conforme revela quantitativamente o Gráfico 4. De forma complementar, podemos também assinalar que a relação entre a taxa de retenção e o género não é estatisticamente significativa.



**Gráfico 4:** Total de inquiridos retidos – Distribuição por n.º de retenções e por escola

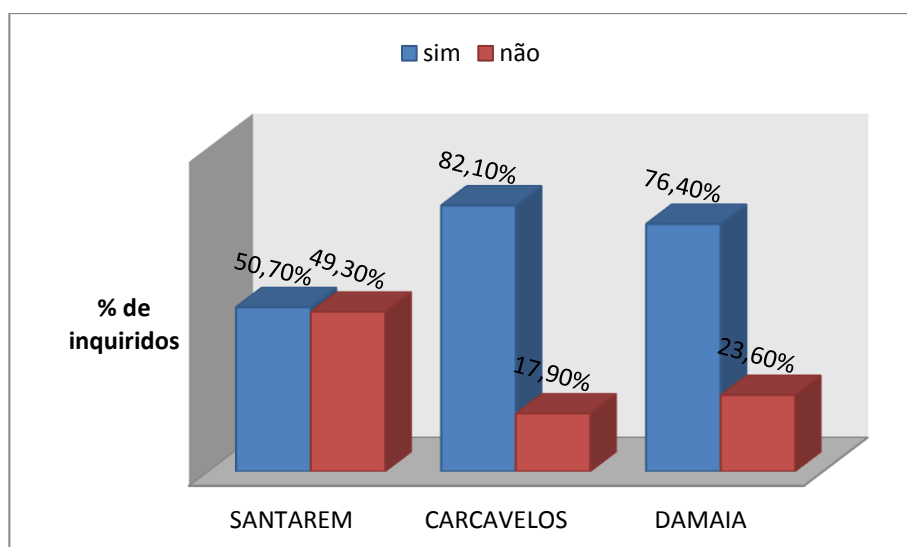
**Fonte:** Questionários (Elaboração própria).

#### **4.6.2 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A NOTORIEDADE DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA**

Após uma análise dos dados sobre a taxa de conhecimento do PES<sup>44</sup> (Apêndice I), podemos comprovar que 68,5% do total dos inquiridos reconhecem já ter ouvido falar do Programa. Porém, esta taxa de conhecimento relativamente a cada escola apresenta resultados bem distintos. Particularmente em Carcavelos e na Damaia, onde a taxa de conhecimento do PES alcança os 82,1% e 76,4% respetivamente, ao invés de Santarém, onde o resultado atinge apenas os 50,7%, conforme ilustra o Gráfico 5. Estes valores são estatisticamente diferentes ( $\chi^2=32,409$ ; gl=2; p=0,000).

<sup>43</sup> A taxa de retenção = número de indivíduos que ficaram retidos pelo menos uma vez/total dos inquiridos.

<sup>44</sup> A taxa de conhecimento do PES = número de indivíduos que indicou conhecer o PES/total dos inquiridos.



**Gráfico 5:** Taxa de conhecimento do PES. **Fonte:** Questionários (Elaboração própria).

Todavia, quando questionados os inquiridos sobre como tiveram conhecimento do PES (*i.e.* fonte do conhecimento), como ilustra a Tabela 7, averiguou-se que em Carcavelos e na Damaia 80% e 66% dos inquiridos, respetivamente, tiveram conhecimento do Programa através dos seus professores e dos próprios polícias. No entanto, em Santarém, embora os professores também sejam a fonte do conhecimento maioritário, destacam-se outras fontes, como os meios de comunicação social (20%) e os próprios pais (17%).

Relativamente à questão sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar, verifica-se através da Tabela 8 que em Santarém 53% dos inquiridos entendem ser importante, enquanto em Carcavelos e na Damaia 58% e 48,2% consideram ser muito importante a existência deste tipo de exclusividade policial ( $\chi^2=16,765$ ;  $gl=6$ ;  $p=0,010$ ).

Quanto à visibilidade externa dos polícias do PES, podemos averiguar pelos dados da Tabela 9, que tanto em Carcavelos (75,9%) como na Damaia (61,8%) a maioria dos alunos vê os polícias do PES pelo menos quase todas as semanas à entrada ou na zona envolvente da sua escola. Porém, em Santarém 51,5% dos inquiridos raramente e apenas algumas vezes ao longo do ano é que vêem esses polícias ( $\chi^2=48,303$ ;  $gl=6$ ;  $p=0,000$ ). Todavia, questionados se já alguma vez viram polícias no interior da escola (ver Tabela 10), também 77,6% dos inquiridos em Santarém responderam negativamente, ao invés de Carcavelos e Damaia onde 99,1% e 78,2% respetivamente responderam de forma afirmativa ( $\chi^2=169,731$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,000$ ).

Ao nível da distinguibilidade dos polícias do PES em relação a outros elementos policiais, apurou-se que em todas as escolas apenas 29,2% do total dos inquiridos consegue fazer essa distinção (ver Tabela 11). Porém esta taxa de distinguibilidade varia de acordo com a escola, sendo que na Damaia (43,6%) e em Carcavelos (33,9%) distinguem estes polícias, enquanto em Santarém apenas 13,4% o conseguem fazer ( $\chi^2=28,406$ ;  $gl=2$ ;  $p=0,000$ ). Ainda assim, quando questionados os 29,2% que realmente os conseguem distinguir de qual é o modo de os identificarem (ver Tabela 12), apurou-se que em Santarém 87,5% dos inquiridos reconhecem esses polícias através da viatura adstrita ao Programa, na Damaia 70,2% identificam-nos por utilizarem um colete refletor, enquanto em Carcavelos, além de 41,2% identificar os agentes através da viatura policial, outros 32,4% responderam que “já conhece os agentes” ( $\chi^2=72,053$ ;  $gl=6$ ;  $p=0,000$ ). O sentido desta resposta está de acordo com o facto de termos percebido que muitos destes alunos conhecem os agentes pelo próprio nome.

#### **4.6.3 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE AS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO**

Da análise dos resultados da parte III do questionário (Apêndice J), relativamente às ações de sensibilização realizadas pelas EPES nas escolas, podemos averiguar, tal como revela a Tabela 13, que a taxa de participação dos jovens neste tipo de atividades nas diferentes escolas é bastante díspar. Designadamente, em Santarém apenas 34,3% dos inquiridos já assistiram a ações de sensibilização, na Damaia 56,4%, enquanto em Carcavelos 74,9% já assistiram pelo menos uma vez a alguma destas atividades ( $\chi^2=57,094$ ;  $gl=6$ ;  $p=0,000$ ).

Quando questionados os jovens que já participaram em alguma destas ações de sensibilização, qual a temática ou temáticas a que assistiram (incluídas numa lista de 6 temáticas), foi possível constatar que prevalecem os temas sobre o “Álcool e Drogas” e sobre o “*Bullying*”, e que são transversais às três escolas. Ainda assim, tal como revela a Tabela 14, a prevalência das temáticas em Santarém é sobre “Segurança na internet”, em Carcavelos sobre “Álcool e drogas”, e na Damaia a questão do “*Bullying*”. Neste sentido, não se estranha que quando questionados sobre qual o tema que mais os sensibilizou, a maioria dos jovens tivesse apontado novamente as referidas duas temáticas (ver Tabela 15), porque em grande parte dos casos também foi a única ação a que assistiram ( $\chi^2=45,512$ ;  $gl=16$ ;  $p=0,000$ ).

Além disto, quanto ao facto de considerarem o conteúdo das ações adequado para a idade, como se pode verificar através da Tabela 16, de uma forma geral 90,2% do total dos inquiridos julgam o conteúdo adequado ou totalmente adequado. Contudo, as diferenças entre as escolas são estatisticamente significativas ( $\chi^2=30,141$ ; gl=6; p=0,000), uma vez que na Damaia 17,7% consideram o conteúdo totalmente desadequado.

Olhando agora para as questões respeitantes a averiguar qual o impacto que as ações de sensibilização tiveram nos jovens (ver Tabela 17), verifica-se que não existem diferenças significativas entre as escolas, uma vez que mais de 55% dos inquiridos de cada escola admite que as ações tiveram algum impacto ( $\chi^2=9,431$ ; gl=6; p=0,151). É neste sentido que se procurou perceber de que maneira é que as ações assistidas influenciaram os jovens. Assim, de acordo com a Tabela 18, comprova-se que em relação a este indicador já existem diferenças significativas entre as escolas ( $\chi^2=11,103$ ; gl=4; p=0,025), de maneira que em Santarém (57,4%) e na Damaia (59,7%) os inquiridos começaram a prestar mais atenção aos conselhos referidos nas ações, enquanto na Damaia apenas 46,5% admitiram este comportamento. Contudo, convém destacar negativamente a Damaia, uma vez que 16,1% dos inquiridos nesta escola afirmaram que as ações a que assistiram não lhe interessaram e que continuam a ter os mesmos comportamentos.

Assim, quando se pretendeu apurar entre os inquiridos se deveriam ser realizadas mais ações de sensibilização nas suas escolas, a Tabela 19 revela uma taxa de adesão global de 88,8% dos inquiridos, que se reflete de igual modo entre as escolas ( $\chi^2=0,519$ ; gl=2; p=0,771). Nestas circunstâncias, caberia então tentar apurar qual a preferência dos jovens sobre o modo de realização dessas ações pelos polícias. A Tabela 20 mostra que em todas as escolas a preferência dos inquiridos recai sobre participar em atividades lúdicas e assistir a demonstrações. Todavia, como segunda preferência, destacam-se em Santarém as apresentações “powerpoint”, e nas outras duas escolas a preferência incide no contacto pessoal dos polícias com os jovens.

#### **4.6.4 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE OS CONTACTOS INDIVIDUAIS**

Da análise dos resultados da parte IV do questionário (Apêndice K), relativamente aos contactos individuais realizados pelas EPES, sejam derivados da intervenção para resolução de incidentes<sup>45</sup>, decorrente da sinalização<sup>46</sup>, ou consequentes da interação

---

<sup>45</sup> A intervenção policial, geralmente, é solicitada pelos responsáveis dos estabelecimentos de ensino quando os incidentes ocorrem no interior do recinto escolar.

ocasional com os jovens, foi possível apurar (ver Tabela 21) que em Santarém e na Damaia a interação dos polícias com os jovens é muito baixa, sendo que respetivamente 90,3% e 82,7% dos inquiridos responderam que desde que estudam na respetiva escola os polícias do PES nunca falaram com eles. Não obstante, os resultados relativos a Carcavelos são expressivamente distintos, de maneira que 35,7% dos inquiridos responderam que os polícias já falaram 1 ou 2 vezes com eles, enquanto 33,0% afirmaram que já falaram 3 ou mais vezes ( $\chi^2=128,260$ ; gl=6; p=0,000).

Neste contexto, quando questionados se em alguma situação já necessitaram da ajuda dos polícias do PES (ver Tabela 22), 92,9% do total das respostas foram negativas e de forma unanime nas três escolas ( $\chi^2=1,851$ ; gl=2; p=0,396). No entanto, questionados os restantes 7,1% dos jovens que já necessitaram de auxílio policial de qual o motivo que justificou tal ajuda, o total das respostas obtidas limitaram-se exclusivamente a quatro motivos ou vulnerabilidades. Assim, como revela a Tabela 23, podemos concluir que as principais razões que geram nos jovens um sentimento de necessidade de auxílio policial são incidentes relacionados com roubos, furtos, *bullying* e outros motivos de natureza pessoal ( $\chi^2=8,618$ ; gl=6; p=0,196).

Todavia, quando se pretende avaliar o impacto da interação policial questionando os mesmos jovens se alteraram algum dos seus comportamentos ou atitudes depois de terem conversado com a polícia (ver Tabela 25), as respostas afirmativas (58,3%) acabaram por ser percentualmente superiores em Santarém, ao invés de Carcavelos (66,7%) e na Damaia (62,5%) onde os inquiridos responderam maioritariamente que não alteraram os seus comportamentos. Contudo, estes resultados não são estatisticamente significativos ( $\chi^2=1,354$ ; gl=2; p=0,508).

Foi no sentido de perceber a disponibilidade dos jovens para contactar com os elementos das EPES, que se questionaram os mesmos se iriam ter com um destes polícias no caso de necessitarem de ajuda. Assim, como evidenciado na Tabela 26, embora 68,5 % do total dos inquiridos tenham respondido que recorreriam à ajuda dos referidos polícias e 27,5% que não sabem se fariam recurso desta ajuda, globalmente não há diferença entre os resultados ( $\chi^2=7,196$ ; gl=4; p=0,126). Neste sentido, quando questionados do motivo da rejeição ou indecisão em recorrer à ajuda dos polícias do PES (ver Tabela 27), a prevalência das respostas em Santarém e em Carcavelos foi que dependeria do problema,

---

<sup>46</sup> A sinalização só pode ser realizada pela CPCJ ou pelo Tribunal de Família e Menores.

enquanto na Damaia os inquiridos referiram achar desnecessário, ou inclusive por vergonha e timidez ( $\chi^2=11,854$ ; gl=10; p=0,295).

Ainda dentro deste âmbito, e se por qualquer motivo os polícias do PES necessitarem falar com os jovens (ver Tabela 28), em Santarém e na Damaia (ambos com 70,9%) os inquiridos elegeram como forma preferida de comunicação o contacto pessoal (quer dentro ou fora da escola). Já em Carcavelos (79,4%) os inquiridos além de preferirem ser contactados dentro da escola também preferem que esse contacto possa ser realizado através do respetivo Diretor de turma ( $\chi^2=21,012$ ; gl=6; p=0,002).

#### **4.6.5 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR**

No que respeita à análise dos dados relativos à violência em contexto escolar (Apêndice L), devemos evidenciar que os resultados encontrados para os diversos indicadores não apresentam diferenças estatísticas significativas entre as escolas. Não obstante apresentaremos a análise dos resultados no global da amostra.

Relativamente às situações de indisciplina (ver Tabela 29), o indicador é pouco expressivo uma vez que 77,5% dos inquiridos afirmaram nunca terem estado diretamente envolvidos em incidentes desta natureza ( $\chi^2=8,701$ ; gl=6; p=0,191).

No mesmo sentido, quando questionados os jovens se já foram vítimas em algum incidente de violência escolar (*e.g.* agressão, roubo, furto, ameaça), 75,8% do total dos inquiridos revela que nunca foi vítima deste tipo de incidentes (ver Tabela 30). Todavia, decorrente dos mesmos resultados, há que reconhecer que aproximadamente um em cada quatro jovens (24,2%) afirma já ter sido, pelo menos uma vez, vítima de violência escolar. É um resultado bastante preocupante e objeto de ulterior consideração ( $\chi^2=6,058$ ; gl=6; p=0,417).

Relativamente ao local onde ocorreram esses incidentes (ver Tabela 31), reconhece-se de forma evidente que 90,8% dos casos aconteceram dentro da escola ( $\chi^2=1,798$ ; gl=4; p=0,773). Nestas circunstâncias, quando questionados aqueles que alguma vez e de qualquer forma se consideravam vítimas de violência escolar, se nessas ocasiões houve intervenção da polícia (ver Tabela 32), 75,9% dos inquiridos afirmam que nunca ( $\chi^2=3,239$ ; gl=6; p=0,778). No entanto, 55,2% daqueles que se manifestaram vítimas, consideram que nos casos concretos a intervenção desses polícias ajudou ou ajudaria a resolver tais incidentes (ver Tabela 33). Ainda assim, 16,1% das vítimas consideram que a

polícia não ajudou nem ajudaria, enquanto as restantes 28,7% não sabem expressar a sua opinião sobre uma possível influência policial no dirimir de incidentes de violência escolar ( $\chi^2=5,439$ ; gl=4; p=0,245).

No mesmo contexto e pesquisando a prevalência de jovens envolvidos como ofensores ou agressores em situações de violência na escola (ver Tabela 34), de uma forma geral, 12,6% dos inquiridos afirmam já ter agredido ou ofendido de qualquer forma outro jovem em contexto escolar ( $\chi^2=7,459$ ; gl=6; p=0,280). Todavia, este resultado pode mascarar um índice de agressão inquietante, uma vez que não é possível apurar com estes resultados o número de vítimas que o mesmo agressor/ofensor pode ter hostilizado.

#### **4.6.6 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE O RELACIONAMENTO DA PSP COM A COMUNIDADE ESCOLAR**

Para analisar os resultados da parte VI do questionário (Apêndice M) houve necessidade de construir uma “escala de relação” da polícia com a comunidade escolar. Porém antes foi necessário calcular os valores médios (ver Tabela 35) por item e por escola e análises de variância para determinar se existiam diferenças significativas entre variáveis.

O resultados da análise de variância dos 10 itens da Questão 30, indicam que: - entre as escolas existem diferenças com valor estatístico significativo ( $p \leq 0,05$ ) para todos os itens com exceção da questão Q30.1 ( $F=2,195$ ; gl=2; p=0,113); - entre idades existem diferenças com valor estatístico significativo para todos os itens com exceção para a questão Q30.6 ( $F=1,310$ ; gl=9; p=0,230); - dentro das idades existem diferenças com valor estatístico significativo para os inquiridos com 12 e 15 anos ( $p < 0,05$ ). Assim, assegurada a significância entre variáveis, foi necessário criar uma nova variável correspondente à média das pontuações de cada inquirido para o conjunto dos 10 itens. Determinadas as medidas de tendência central, foi estabelecida a escala de relação de acordo com os quartis (ver Tabela 36).

Neste âmbito, de acordo com a Tabela 37, os inquiridos em Santarém revelam uma fraca relação com a polícia, na Damaia apresentam uma moderada relação, enquanto os de Carcavelos evidenciam-se por manifestar uma elevada relação ( $\chi^2=30,468$ ; gl=4; p=0,000). Comprova-se ainda, que as diferenças significativas ( $\chi^2=76,707$ ; gl=18; p=0,000) entre a escala de relação e as idades dos inquiridos (ver Tabela 38) revelam que os inquiridos de 12 anos apresentam uma elevada relação, e que esta tendencialmente vai diminuindo até uma moderada relação aos 15 anos e fraca relação a partir dos 17 anos.

## **4.7 SÍNTESE**

Concluída a análise dos resultados dos questionários, é o momento de expor uma síntese desse processo. Uma vez que o número de indicadores que nos propusemos determinar e avaliar era consideravelmente elevado, decidimos construir um quadro-síntese que permita efetuar uma leitura simples e perceptível dos resultados (ver Quadro 9). Assim, podemos verificar que o estudo foi efetuado em contextos escolares distintos, ao nível da distribuição de género por idade, da idade média, e da taxa de retenção.

Relativamente à notoriedade do PES, comprova-se que a totalidade dos indicadores determinados apresenta diferenças estatísticas significativas entre os distintos contextos escolares. Neste aspeto destacam-se de forma positiva as escolas de Carcavelos e da Damaia, com superiores taxas de conhecimento, de visibilidade policial e até de distinguibilidade, ao invés da escola de Santarém.

No que respeita às ações de sensibilização, averiguou-se que a taxa de participação nestas atividades por parte dos inquiridos, a temática mais assistida e aquela que mais sensibilizou foram também distintas entre as escolas. Em relação ao impacto das ações verifica-se que existe de igual modo nas escolas, no entanto a influência nos jovens é diferenciada.

Analogamente, em relação aos contactos individuais realizados pelas EPES, contacta-se que a periodicidade da interação efetuada com os jovens é distinta em cada CdP, assim como a forma de comunicação elegida pelos jovens para se efetuar essa interação. Quanto à necessidade de auxílio policial, as vulnerabilidades, e o impacto da interação policial, reconhece-se que as diferenças não são significativas entre as escolas.

Relativamente aos indicadores de situações de violência escolar, como sejam a taxa de vitimização, a taxa de agressão, e até a taxa de intervenção policial nessas situações, comprova-se que são diferentes em cada escola, embora não significativas. Não obstante convém evidenciar, que de maneira geral, um em cada quatro jovens admitiu já ter sido vítima de violência na escola.

Finalmente, apurou-se que o nível de relacionamento dos agentes das EPES com a respetiva comunidade apresenta níveis distintos em cada escola. Comprova-se desta forma que a escola de Carcavelos evidencia maior taxa de conhecimento do PES, de participação em ações, e é aquela que tem melhor relacionamento com a PSP.

<b>Indicadores</b>	<b>SANTARÉM</b>	<b>CARCAVELOS</b>	<b>DAMAIA</b>
Idade média* (anos)	15,22	14,89	16,04
Taxa de retenção* (%)	28,4	10,7	47,3
<b>Notoriedade do PES</b>			
Taxa de conhecimento* (%)	50,7	82,1	76,4
Fonte do conhecimento	professores	polícias	professores
Exclusividade*	importante	muito importante	muito importante
Visibilidade externa*	Algumas vezes ao longo do ano	Quase todas as semanas	Quase todas as semanas
Visibilidade interna*	não	sim	sim
Distinguilidade* (%)	13,4	33,9	43,6
Modo de identificação*	viatura policial	já conhecem os agentes	colete refletor
<b>Ações de Sensibilização</b>			
Taxa de participação* (%)	34,3	74,1	56,4
Prevalência temática	internet	álcool e drogas	<i>bullying</i>
Prevalência de sensibilização*	<i>bullying</i>	álcool e drogas	<i>bullying</i>
Impacto	teve algum	teve algum	teve algum
Influência*	Passaram a prestar mais atenção	Passaram a transmitir conselhos a outros	Passaram a prestar mais atenção
Preferência modo de realização	Demonstrações e apresentações	Demonstrações e contacto pessoal	Demonstrações e contacto pessoal
<b>Contactos Individuais</b>			
Interação policial*	nunca	raramente	nunca
Necessidade de auxílio	não	não	não
Vulnerabilidade	<i>bullying</i>	furto	roubo
Apreciação da interação	alguns são simpáticos	simpáticos	simpáticos
Impacto da interação	sim	não	não
Motivo da rejeição	Depende do problema	Depende do problema	Por vergonha e achar desnecessário
Forma de comunicação*	fora da escola	dentro da escola	dentro da escola
<b>Violência Escolar</b>			
Indisciplina (%)	26,9	21,4	18,2
Vitimização (%)	18,7	29,5	25,5
Local da ocorrência	dentro da escola	dentro da escola	dentro da escola
Intervenção policial (%)	24,0	18,2	31,0
Influência da intervenção	sim	sim	sim
Taxa de agressão (%)	14,9	8,0	14,5
<b>Relacionamento da PSP com a comunidade escolar</b>			
Escala de relação*	fraca relação	elevada relação	moderada relação

**Quadro 9:** Quadro-síntese da análise dos resultados. **Fonte:** Questionários (Elaboração própria)

(\*) Indicadores com diferenças estatísticas significativas entre os distintos contextos escolares.

## **CAPÍTULO 5:**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

#### **5.1 INTRODUÇÃO**

Chegados às conclusões e recomendações finais do trabalho académico, procederemos à verificação ou não verificação das hipóteses propostas, à resposta da pergunta de partida, bem como às correspondentes reflexões finais. Seguir-se-á a indicação de diversas propostas de forma a melhorar o desempenho das EPES, a aumentar a notoriedade do PES, e a eficácia das atividades preventivas realizadas no âmbito do Programa. Todavia, teceremos algumas sugestões para futuras investigações dentro da temática em estudo, sempre com o objetivo primordial de melhorar o desempenho e eficácia policial na garantia de segurança da comunidade escolar. Por fim, expomos uma observação às limitações que, de certa forma, influenciaram o desenvolvimento da investigação.

#### **5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES**

No primeiro Capítulo foi proposta a verificação de distintas hipóteses de investigação. A hipótese traduz o enunciado do problema numa predição precisa e não ambígua de resultados esperados, passível de ser ou não rejeitada. Tal como afirma Almeida & Freire (2003), a hipótese é uma preposição que se faz na tentativa de verificar a validade de resposta existente para um problema e é uma suposição que antecede a constatação dos factos que tem como característica uma formulação provisória, e que deve ser testada para determinar a sua validade. Assim, conseqüente da prévia análise dos resultados e com auxílio do quadro-síntese (ver Quadro 9), procedemos à confirmação, ou não, das hipóteses:

**HP 1: A notoriedade é um conceito operatório que permite uma avaliação do Programa Escola Segura entre os jovens em contexto escolar.**

A hipótese verifica-se. Através do estudo de caso comprovámos que a notoriedade do PES pode ser avaliada e que depende da medição de distintos indicadores, nomeadamente: da taxa de conhecimento do Programa, da taxa de participação em ações de sensibilização, da visibilidade policial, e da taxa de interação. Os resultados

demonstram que a escola que evidencia valores mais elevados para estes indicadores é a mesma que apresenta um maior relacionamento com os polícias do PES, ao ponto de estes terem sido a fonte de conhecimento do Programa privilegiada, e até de já serem conhecidos pelo próprio nome pelos jovens. Neste sentido, entendemos que a notoriedade do PES varia de acordo com o contexto escolar e com as distintas EPES que o materializam.

**HP 1a: A percepção dos jovens acerca da presença policial é muito reduzida.**

A hipótese verifica-se parcialmente. Após a análise dos resultados sobre a visibilidade externa, apurou-se que em Santarém 51,5% dos jovens raramente e apenas algumas vezes ao longo do ano é que vêm os polícias do PES à entrada da escola ou na zona envolvente. Contudo, nas outras escolas, a maior percentagem dos jovens costumam ver estes polícias quase todas as semanas. Esta constatação demonstra que as distintas EPES não efetuam a vigilância da “sua” comunidade escolar com a mesma regularidade. Todavia apurou-se que globalmente 70,8% dos jovens não conseguem fazer a distinção dos polícias do PES em relação a outros elementos policiais. E a percentagem reduzida de jovens que os distingue, apenas o consegue fazer através da respetiva viatura com o logotipo e inscrição “Escola Segura” (e que nem sempre está operacional), ou porque revelam conhecer os agentes.

**HP 2: As ações de sensibilização realizadas no âmbito do PES têm impacto nos jovens.**

A hipótese verifica-se. Previamente convém sublinhar que a taxa de participação dos jovens neste tipo de atividades preventivas é bastante desigual, e em alguns casos muito reduzida. Não obstante, focando-nos naqueles que já assistiram, verificámos que 89,2% dos jovens reconheceu que participar nessas ações de sensibilização teve impacto sobre eles, sendo que 16,7% desse mesmo grupo admitiram que mudaram totalmente a sua maneira de pensar sobre os assuntos expostos. Além de que a maioria dos jovens evidenciam um índice de influência distinto e significativamente positivo, ao ponto de 53,3% dos jovens admitirem que começaram a prestar mais atenção aos conselhos referidos nessas ações, e inclusive 37,4% terem começado a transmitir alguns dos conselhos referidos a outras pessoas.

**HP 2a: Os temas das ações de sensibilização apresentam distintos índices de sensibilização entre os jovens.**

A hipótese verifica-se totalmente. Ainda que se tenha comprovado que o espectro temático das ações assistidas seja transversal às distintas escolas, relativamente aos temas que mais sensibilizaram os jovens, os resultados já são bastante diferentes. Particularmente, em Santarém e na Damaia a temática que mais sensibilizou os jovens foi sobre o “*bullying*”, enquanto em Carcavelos a prevalência foi sobre a temática do “álcool e drogas”.

**HP 3: A interação direta das EPES com os jovens é reduzida e com pouco impacto nos seus comportamentos.**

A hipótese verifica-se. No entanto convém evidenciar que para cada contexto escolar o índice de interação apurado é distinto. Comprovou-se que tanto em Santarém como na Damaia os índices de interação são significativamente baixos, ao ponto de, respetivamente 90,3% e 82,7% dos jovens responderam que desde que estudam na respetiva escola os polícias do PES nunca falaram com eles. Contudo em Carcavelos, 68,7% dos jovens afirmaram que estes polícias já falaram uma ou mais vezes com eles. Quando se pretendeu avaliar a taxa de impacto da interação policial constatou-se que 53,8% dos jovens admitiram que não alteraram os seus comportamentos depois de ter conversado com o polícia. Além disso, os testemunhos dos Diretores de Agrupamento entrevistados afiançam que após a intervenção dos elementos policiais a alteração de comportamento ou de atitude por parte dos jovens é meramente momentânea.

**HP 3a: O relacionamento com os jovens depende da interação policial e da participação em ações de sensibilização.**

A hipótese verifica-se. Os resultados permitiram-nos comprovar, manifestamente, que a comunidade escolar que evidencia um relacionamento elevado com os polícias do PES (ao invés da que apresenta fraca relação) é também aquela que apresenta maior taxa de participação em ações de sensibilização, e maior interação direta com esses elementos. Neste sentido, entendemos que a maior ou menor eficácia do relacionamento policial com os jovens depende da participação nestas atividades, e não unicamente do diálogo e do contacto pessoal entre as partes.

**HP 4: A vitimização dos jovens, gerada por incidentes de violência escolar, apresenta uma taxa de ocorrência elevada.**

A hipótese confirma-se. De acordo com os resultados globais, uma vez que as diferenças entre as escolas não foram significativas, constata-se que aproximadamente um

em cada quatro jovens (24,2%) afirma já ter sido, pelo menos uma vez, vítima de uma situação de violência escolar. Desta forma reconhece-se que as taxas de vitimização apuradas são elevadas e exibem valores muito superiores ao número de incidentes comunicados pelas escolas, e aos participados pela PSP neste âmbito. Considerámos que este é um resultado preocupante, e que carece de intervenção iminente por parte dos responsáveis por garantir a segurança das comunidades escolares.

**HP 4a: A intervenção das EPES em situações de violência escolar é pouco frequente.**

A hipótese verifica-se totalmente. Isto porque, quando questionados aqueles que alguma vez e de qualquer forma se consideravam vítimas de incidentes de violência escolar, 75,9% dos inquiridos afirmaram que nessas ocasiões nunca houve intervenção das EPES. Ainda assim, 55,2% dos que se manifestaram vítimas consideram que nos casos concretos a intervenção desses polícias ajudaria a resolver tais incidentes.

### **5.3 RESPOSTA AO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO**

**Qual é a notoriedade e o impacto das atividades preventivas desenvolvidas pelo Programa Escola Segura nos jovens, em distintos contextos escolares?**

A concretização deste estudo, com a realização de entrevistas e a aplicação de questionários em distintos contextos escolares, permitiu-nos determinar e avaliar diversos indicadores quantitativos e qualitativos (ver Quadro 9) que permitem fundamentar uma resposta cabal à nossa pergunta de partida.

Nestas circunstâncias, embora devamos reconhecer que globalmente o PES apresenta taxas de conhecimento bastante significativas, relativamente a outros indicadores relacionados com essa notoriedade (como sejam a visibilidade policial, as ações de sensibilização realizadas, e a interação com os jovens), temos que atestar que existem diferenças consideráveis entre os distintos contextos escolares. Nestes termos há que concordar com a evidência de que a notoriedade do PES em determinadas comunidades escolares ainda apresenta um reconhecimento reduzido.

Relativamente às atividades preventivas realizadas no âmbito do PES, embora não existam diferenças significativas entre as escolas, podemos reconhecer que efetivamente estas têm impacto nos jovens, e que determinadas atividades têm mais impacto que outras. Nomeadamente, as ações de sensibilização revelam um impacto mais significativo que os

contactos individuais, ao ponto de os jovens começarem a prestar mais atenção aos conselhos referidos nessas ações, e até começarem a transmitir esses conselhos a outras pessoas.

Portanto, de acordo com as aludidas constatações, podemos fazer a leitura de que tanto a notoriedade do PES como o impacto das suas atividades dependem de vários e distintos fatores, como são as características sociodemográficas da comunidade, as taxas de violência escolar presentes e, de forma ainda mais determinante da participação em ações de sensibilização e da relação interpessoal e de proximidade que os agentes das EPES fomentam com as crianças e jovens nos seus contextos escolares.



**Figura 1** – Esquematização do conceito de notoriedade e dos factores associados

## **5.4 REFLEXÕES FINAIS**

Finda a nossa investigação, é altura de salientar as principais ilações que nos foi possível alcançar. Assim, decorrente da pesquisa inicial, afigura-se evidente que o PES possa ser considerado o programa precursor dos programas especiais integrados no Modelo de policiamento de proximidade adotado pela PSP.

Na sua fase embrionária o PES tinha uma filosofia de intervenção muito específica nas escolas, possuindo dois vetores fundamentais que se complementavam: a segurança das pessoas e bens da comunidade escolar e o relacionamento interpessoal entre os agentes das EPES e a respetiva comunidade. Contudo, a implementação do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade conduziu a um modelo assente num novo paradigma onde

estes elementos policiais passaram a realizar atividades preventivas pré-determinadas e a ter uma interação mais direta com as crianças e jovens, com o objetivo de estes últimos passarem a fazer parte da resolução de problemas na comunidade escolar onde estão inseridos.

Foi decorrente desta conjuntura, e duas décadas após a sua implementação, que se evidenciou imprescindível determinar a atual notoriedade do PES e o impacto das atividades preventivas desenvolvidas em distintos contextos escolares. Isto porque se formula a leitura de que o PES, embora seja de âmbito nacional, não é operacionalizado nem concretizado uniformemente em todo o dispositivo da PSP, comprovando-se inclusive que existe uma diferença acentuada entre os CdP, principalmente quanto ao número de demonstrações, visitas, e ações de sensibilização ministradas em cada ano letivo.

É ainda notório que o Gestor local do PES das respetivas Divisões policiais estudadas, devido ao reduzido efetivo adstrito ao mesmo, não consegue garantir que todas as EPES estejam em permanência exclusiva na execução das funções delegadas neste âmbito. Nestas circunstâncias, muitas são as comunidades escolares que diariamente, e algumas semanalmente, não usufruem de vigilância policial.

Resultante do estudo de caso, a primeira ilação que constatámos é que a notoriedade do PES é distinta em cada escola, ainda que a maioria dos jovens considere ser importante a existência de um programa exclusivamente direcionado para a comunidade escolar. Consideramos assim que os jovens revelam uma consciencialização de que o PES poderá ser um excelente meio de resolução dos seus problemas.

Embora se tenha apurado que quase metade dos jovens nunca tenha assistido a qualquer ação de sensibilização realizada pela polícia na sua escola, foi todavia possível comprovar que a outra metade que já assistiu, particularmente o género feminino, admite que essas ações tiveram impacto ao ponto de mudarem totalmente a maneira de pensar sobre os assuntos divulgados. Nestes termos, ficou também evidente a opinião de que deveriam ser realizadas mais ações na escola, preferencialmente sob a forma de demonstrações e através do contacto pessoal com os jovens. Além disso convém destacar que as temáticas sobre o “*bullying*” e sobre o “álcool e drogas” são aquelas que mais influenciam, assim como foram as apontadas pelos Diretores das escolas como as mais necessárias e pertinentes.

Outra ilação que se pode verificar é a reduzida interação que os polícias dos PES empenham junto dos jovens. Ainda que muitos dos jovens garantam nunca terem necessitado da ajuda destes polícias, e outros que não pedirão ajuda por acharem desnecessário ou por timidez, o facto é que metade daqueles que já tiveram algum tipo de interação com estes polícias admitem ter alterado o seu comportamento. Esta evidência leva-nos mais uma vez a crer que os elementos das EPES devem privilegiar cada vez mais uma interação presencial e pessoal com o público-alvo, uma vez que ficou constatado que esta interação tem um impacto positivo nos jovens.

Atendendo aos resultados dos indicadores de situações de violência escolar, não podemos deixar de reconhecer que o facto de aproximadamente um em cada quatro jovens já ter sido vítima de uma situação de violência é preocupante, quer a nível pedagógico quer ao nível da segurança. Ainda mais porque a taxa de intervenção policial nessas situações é muito reduzida, e por as vítimas admitirem que a essa intervenção ajuda/ajudaria a resolver os incidentes. Nestas circunstâncias convém sensibilizar os agentes educativos, responsáveis pelas escolas, da conveniência em comunicar às EPES todas as situações de violência escolar. Relativamente à reduzida percentagem de jovens que afirmam já ter agredido ou ofendido de qualquer forma outro jovem em contexto escolar, podemos fazer a leitura de que este resultado pode mascarar uma taxa de vitimização inquietante, uma vez que não é possível apurar com estes resultados o número de vítimas que o mesmo agressor/ofensor pode ter hostilizado.

Este estudo permitiu-nos ainda confirmar que o relacionamento policial com as distintas comunidades escolares depende de diversos fatores ou variáveis. Ou seja, quanto maior é a visibilidade policial, o conhecimento do Programa, e a taxa de participação dos jovens em ações de sensibilização, melhor será a relação entre os polícias e os jovens. Contudo, entendemos que a maior ou menor eficácia deste relacionamento depende maioritariamente da interação direta entre as partes, utilizando o contacto pessoal e uma capacidade de comunicação ajustada.

É importante ter em atenção que novas investigações serão necessárias no futuro para verificar se os resultados obtidos são extensivos a todos os CdP. Embora a amostra utilizada para este estudo seja bastante elevada, e probabilística para cada uma das escolas, é difícil tirar conclusões definitivas, sobretudo sobre o impacto real das atividades preventivas no comportamento dos jovens. Não obstante, é possível captar já algumas tendências reveladoras de potenciais influências.

Todavia, apesar de se reconhecer que o PES é o programa especial que mais vezes foi estudado, pode e deve sempre ser aperfeiçoado de maneira a garantir eficazmente a segurança das comunidades escolares e a prevenção de condutas violentas e comportamentos de risco por parte dos jovens. Assim a última conclusão que queremos presumir, leva-nos a aspirar que continua a ser perentório estreitar o relacionamento entre os elementos do PES e as respetivas comunidades escolares com o intuito de conquistar a confiança dos jovens para que possam encarar os elementos policiais não como elementos de uma força repressiva, mas sim de uma instituição que tem vindo a privilegiar cada vez mais a proximidade com os cidadãos em geral e com os jovens em particular.

## **5.5 RECOMENDAÇÕES**

A realização da presente investigação, na área do policiamento de proximidade e da segurança escolar em particular, deve ser vista e considerada como mais um contributo para o desenvolvimento e implementação de procedimentos que garantam o crescimento da notoriedade do PES, e que melhorem a eficácia das atividades preventivas levadas a cabo nas respetivas comunidades escolares. Consequentemente, acreditamos que se possa reduzir o número de incidentes de violência escolar, fortalecer o relacionamento interpessoal com os jovens e, em última razão, melhorar a imagem pública da PSP.

Neste sentido, decorrente do nosso estudo, apresentamos algumas propostas com o desígnio de conseguir melhorar a eficácia do PES, designadamente:

- ✓ Coordenar e planear com os Agrupamentos escolares a Calendarização Anual/Semestral para realização das ações de sensibilização e prevenção (que atualmente não efetuada nos CdP estudados);
- ✓ Privilegiar a realização das ações de sensibilização direcionadas para grupos reduzidos e restritos de jovens (e.g. por turma e em sala de aula);
- ✓ Aplicar aos alunos uma Ficha de Avaliação da ação de sensibilização (modelo proposto no Anexo A), imediatamente após a realização de qualquer ação deste tipo, de forma a efetuar-se posteriormente a sua avaliação ao nível dos conteúdos, do impacto, e do desempenho policial;
- ✓ Redirecionar de igual modo a ação de sensibilização sobre a temática “Programa Escola Segura” para os pais e para os professores, por serem estes comprovadamente as fontes de conhecimento e divulgação do programa privilegiadas dos jovens;

- ✓ Focalizar o relacionamento interpessoal dos policiais com os jovens maiores de 15 anos, por ser notório que a partir desta idade a relação com a polícia tendencialmente diminui;
- ✓ Atribuir, institucionalmente, um fardamento distintivo para os policiais das EPES de modo a serem facilmente identificados pelas crianças e jovens, sempre que a sua particular intervenção se justifique e, pela evidente escassez de viaturas com o logotipo do Programa;
- ✓ Empreender uma criteriosa seleção de agentes que poderão integrar as EPES, atendendo ao seu perfil relacional e motivação para a função;
- ✓ Aumentar o efetivo adstrito ao PES nas Divisões policiais com mais carências neste âmbito, assim como garantir que estes elementos estão alocados em exclusivo ao cumprimento da sua missão;
- ✓ Estabelecer e fortalecer o estabelecimento de parcerias com as entidades locais, viabilizando a partilha de meios humanos e materiais que possam coadjuvar e garantir a operacionalização eficaz do PES;
- ✓ Reunir periodicamente com os Diretores de Agrupamento Escolar para troca e partilha de informações, com o objetivo de efetuar um levantamento efetivo das situações de violência escolar, e eventual sinalização de jovens para posterior acompanhamento;

Além de todas as recomendações prévias, sugerimos ainda a possibilidade do presente trabalho poder vir a servir de linha de orientação para futuras investigações, deixando a proposta de que seja utilizado no estudo de outros Programas Especiais existentes na PSP, ou eventualmente na análise de outras áreas policiais, podendo mesmo em casos mais ambiciosos ser aplicado a nível nacional, a todos os Comandos de Polícia.

## **5.6 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Este, como outro qualquer processo de investigação, também teve as suas limitações. Particularmente as regras de elaboração da dissertação e o hiato temporal rigorosamente delimitado para a realização do estudo condicionaram a utilização de outros instrumentos de recolha de dados (entrevistas com os jovens), bem como a aplicação dos questionários com a qualidade desejada.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Almeida, L. S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (3ª ed.). Braga: Psiquilibrios.
- Amado, J. (2005). *Contextos e formas da violência escolar*. Revista Portuguesa de História. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra: Instituto de História Económica e Social.
- Bayley, D. H. (2002). *Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bolle, P. H. (1998). *A polícia de proximidade – noção, instituição, acção*. In Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Fascículo 3.º, ano 8, Julho – Setembro de 1998. (pp. 409-430).
- Clemente, P. J. (2000). *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública – Vol. I*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Constituição da República Portuguesa. (2008). Coimbra: Almedina.
- Curva, R. (1997). *Segurança nas escolas*. Trabalho Final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa: ISCPSI.
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades*. Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Despacho do MAI n.º 50/96, de 30 de Setembro.
- Despacho do MAI n.º 54/96, de 21 de Outubro.
- Despacho Conjunto do MAI e ME n.º 105-A/2005, de 2 de Fevereiro.
- Despacho Conjunto do MAI e ME n.º 25 650/2006, de 19 de Dezembro.
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Lisboa: Almedina.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: [http:// www.priberam.pt/dlpo/](http://www.priberam.pt/dlpo/).

- Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio da DNPSP (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade – PIPP).
- Diretiva Operacional n.º 13/2007, de 10 de Setembro da DNPSP (Escola Segura – Segurança a Estabelecimentos de Ensino – Ano Letivo 2007/2008).
- Diretiva Operacional n.º 01/2015, de 15 de Janeiro da DNPSP (Planeamento da Atividade Operacional).
- Debarbieux, É. (2002). *“Violência nas escolas”*: Divergências sobre palavras e um desafio político. In Debarbieux, Éric & Blaya, Catherine (Orgs.), *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: Edições Unesco Brasil.
- Elias, L. (2007). *Policiamento de Proximidade: Desafios e Perspectivas Futuras*. In Revista Polícia Portuguesa. Lisboa: DNPSP.
- Elias, L. (2009). *A (nova) governança da segurança numa contemporaneidade complexa*. In M. Valente (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-chefe Afonso de Almeida*. Coimbra: Almedina.
- Escritório das Nações Unidas da Droga e do Crime. (2010). *Manual de Diretrizes de Prevenção à Criminalidade – Aplicação Prática*. Série de Manuais de Justiça Criminal (Tradução). Nova Iorque: Publicações das Nações Unidas.
- Fontes, R. (2013). *Bullying entre Pares em Contexto Escolar: Investigar e intervir para prevenir*. Relatório apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Universidade do Porto.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5.ª ed.). (N. Salgueiro, Trad.) Loures: Lusociência.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna*.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora, Lda.
- Hill, M. M., & HILL, A. (2009). *Investigação por Questionário* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da PSP).

- Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, e pela Lei n.º 142/2015 de 8 de Setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).
- Lei n.º 199/99, de 14 de Setembro, alterada pela Lei n.º 4/2015, de 15 de Janeiro (Lei Tutelar Educativa).
- Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro (Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar).
- Leitão, J. B. (1999). *Causas de Proximidade Policial – II*. In Revista da Polícia Portuguesa, Ano LXII, II série, bimestral, n.º120 (pp. 3-6).
- Lisboa, M. & Teixeira Dias, A. L. (2008). *Organizações e Meio Envolvente: o caso do Policiamento de Proximidade*. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. In VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Lopes, N. (2013). *Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*. Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Lourenço, N. & Lisboa, M. (1998). *Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança*. In Separata da Revista *Textos*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários – Ministério da Justiça.
- Marçal, Á. (2001). *Programa Escola Segura – Metodologia de Acção*. In Polícia Portuguesa – Órgão de Informação e Cultura da PSP, Ano LXIV, II Série, Bienal, N.º128, Março/Abril (pp. 27-28).
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6.ª ed.). Pêro Pinheiro. Report Number – Análise e Gestão de Informação, Lda.
- Martinez, J. (2006). *Bullying: el maltrato entre iguales. Agresores, víctimas y testigos en la escuela*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Matos, F. (2013). *A eficácia do MIPP na redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa*. Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Minayo, M. (2009). *Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças*. Revista Brasileira de Educação Médica (33, 1 Supl. 1). Rio de Janeiro.

- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Olweus, D. (1999). *Norway*. In P. Smith, Y. Morita, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano & P. Slee (Ed.), *The Nature of School Bullying. A cross-national perspective*. London: Routledge.
- Orientação Prática n.º 4822, de 12 de Julho de 2010 da DNPSP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade – MIPP).
- Organização Mundial de Saúde (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization Press. Disponível em: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/).
- Protocolo MAI/ME, 1992.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª edição). Lisboa: Editora Gradiva.
- Rebello, E. (2008). *Jornalismo e Violência na Escola. A cobertura jornalística da violência na escola na imprensa portuguesa (1998-2002)*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Sanmartin, J. (2006). *La violencia escolar: Concepto y tipos*. In A. Serrano (Ed.), *Acoso y violencia en la escuela. Cómo detectar, prevenir y resolver el bullying*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. (1.ª edição). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sebastião, J. (2013). *Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 71 (pp. 23-37).
- Sebastião, J., Seabra T., Alves M., Tavares D., Martins J., & Portas M. (1999). *A produção da violência na escola*. *Revista da ESES*, n.º 10, pp. 123-135.
- Sebastião, J., Alves, M. & Campos, J. (2003). *Violência na escola: das políticas aos quotidianos*. *Sociologia*, n.º 41, pp. 37-62.

- Sebastião, J. Alves, M., Campos, J. & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência: Conceitos, Políticas, Quotidianos*. Relatório de Pesquisa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: Instituto Universitário de Lisboa.
- Sebastião, J; Alves, M., Campos, J. & Caeiro, T. (2008). *Violência e agressividade juvenil – podemos falar de escolas violentas?* In VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Seixas, S. (2005). *Violência escolar: Metodologias de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas*. *Análise Psicológica*, 2 (23), 97-110.
- Silva, M. C. (2008). *Programa Escola Segura: Desafios e Oportunidades para a Melhoria do Relacionamento Polícia-Comunidade Escolar*. Tese Final de Licenciatura em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Soares, V. (2002). *O Programa Escola Segura: Um Estudo na Cidade do Porto*. In *Forças de Segurança e Investigação Científica – Um Espaço de Reflexão*, em António Fraga (et al.) (pp. 287-337). Lisboa: MAI.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Stelko-Pereira, A. C. (2010). *Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente*. *Temas em Psicologia – 2010*, Vol. 18, no 1. Universidade Federal de São Carlos.
- Velez, M. (2010). *Indisciplina e Violência na Escola: Factores de Risco*. Dissertação apresentada para condução ao grau de Mestre em Educação – Área de Especialização em Formação Pessoal e Social. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICES**

Apêndice A: Pedido de autorização para aplicação de questionário e realização de entrevistas

Apêndice B: Termo de Consentimento Informado

Apêndice C: Guião da Entrevista

Apêndice D: Entrevistas realizadas aos Diretores(as) de Agrupamento

Apêndice E: Caracterização do universo e das amostras em estudo

Apêndice F: Guião do Questionário

Apêndice G: Modelo de Análise

Apêndice H: Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Apêndice I: Análise de dados sobre a notoriedade do Programa Escola Segura

Apêndice J: Análise de dados sobre as Ações de Sensibilização

Apêndice K: Análise de dados sobre os Contactos Individuais

Apêndice L: Análise de dados sobre a Violência Escolar

Apêndice M: Análise de dados sobre o Relacionamento da PSP com a comunidade

Apêndice A:  
Pedido de autorização para a aplicação de questionários e realização de entrevistas

---

**EXMO. SENHOR DIRETOR DE ESTÁGIO**

Eu, **Victor Manuel Perpétuo Salgado**, Aspirante a Oficial de Polícia, M/150962, a frequentar o 5.º ano do 28º Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema “*Do impacto das atividades preventivas desenvolvidas pelo Programa Escola Segura*”, da qual é Orientador o Prof. Doutor Paulo Machado, vem mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª se digne formalizar **pedidos de autorização** aos respetivos Conselhos Diretivos da **Escola Secundária Dr. Ginestal Machado – Santarém, da Escola Secundária de Carcavelos – Cascais, e da Escola Secundária D. João V – Damaia/Amadora**, para a aplicação de questionários a alunos desses estabelecimentos de ensino e realização de entrevistas com os Diretores(as) de Agrupamento Escolar.

Neste sentido, e por ser fundamental para a parte prática deste estudo, pretende-se utilizar a metodologia de investigação por inquérito, designadamente:

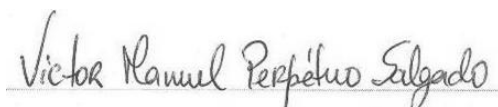
- ✓ A aplicação de questionários a jovens em ambiente escolar, com objetivo de recolher informação sobre o nível de conhecimento que os alunos demonstram ter sobre as ações de sensibilização; sobre o tipo de abordagem e de atitude utilizada pelos elementos policiais do Programa Escola Segura durante a realização dos contatos individuais; e o impacto dessa intervenção ou sinalização nos jovens. O desenho da investigação prevê a aplicação de questionários a uma amostra de alunos do 7º ao 12º ano de escolaridade, em sala de aula e com a duração máxima de 15 minutos.
- ✓ A realização de entrevistas a Diretores de Agrupamento Escolar, através da inquirição presencial, com o objetivo de recolher um conjunto de informação relevante sobre a maneira como interpretam e avaliam as atividades preventivas desenvolvidas pelo Programa Escola Segura. Pretende-se, desta forma, conseguir aprofundar o conhecimento sobre o tema em estudo. O desenho da investigação prevê a realização de entrevistas individuais a adultos com funções de direção nos estabelecimentos de ensino, com a duração máxima de 30 minutos.

É minha intenção que a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas decorra nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2016, em articulação e de acordo com a disponibilidade do Conselho Diretivo da respetiva Escola.

O Aspirante Victor Salgado compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como, a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento,

Lisboa e ISCP SI, 18 de janeiro de 2016



Victor Manuel Perpétuo Salgado

AOP M/150962

Apêndice B:  
Termo de Consentimento Informado

---

### **Termo de consentimento informado**

Tomei conhecimento que o Aspirante, Victor Salgado, aluno finalista do Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, está a desenvolver um estudo sobre as atividades preventivas desenvolvidas pelo Programa Escola Segura da PSP.

Fui informado(a) de que a minha participação no estudo se limita a responder a um conjunto de perguntas que compõem um Questionário, a ser aplicado em sala de aula e com a duração máxima de 15 minutos.

Fui também informado(a) de que as respostas serão anónimas, além de que me foi transmitido o direito que me assiste de recusar participar ou de cessar a minha participação, em qualquer momento, sem quaisquer consequências para mim.

Tendo compreendido todas as informações que me foram dadas a respeito deste estudo, aceito participar voluntariamente, colaborando com total sinceridade, e assino onde indicado.

O aluno

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

*(se o aluno é menor de 16 anos):*

Autorizo,

O Encarregado de Educação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Apêndice C:  
Guião da Entrevista

---

## **Guião da Entrevista**

---

### **Introdução da entrevista:**

Esta entrevista enquadra-se numa investigação científica com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais.

Pretende-se, com a presente entrevista obter a opinião dos entrevistados sobre o Programa Escola Segura da PSP, mais precisamente sobre as atividades preventivas realizadas pelos elementos policiais que integram este Programa, de modo a compreender e avaliar o nível de notoriedade e o impacto dessas atividades preventivas no comportamento dos jovens.

Antes de iniciar, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, e se autoriza que esta entrevista seja gravada e usada no estudo que estou a realizar?

**Entrevista N°** \_\_\_\_\_

**Nome do entrevistado(a):** \_\_\_\_\_

**Data** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ **Hora de início:** \_\_\_\_:\_\_\_\_ **Hora de fim:** \_\_\_\_:\_\_\_\_

**Estabelecimento de Ensino:** \_\_\_\_\_

**Função:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Género:** \_\_\_\_\_

**Habilitações académicas:** \_\_\_\_\_

---

## **Guião da Entrevista**

**Pergunta 1: Consequente das suas funções no Agrupamento Escolar, é conhecedor(a) do Programa Escola Segura da PSP. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar?**

**Pergunta 2: Qual é, em seu entender, o conhecimento que as crianças e jovens em contexto escolar têm deste Programa e/ou da existência de polícias adstritos em exclusividade ao mesmo?**

**Pergunta 3: Em que medida é que a presença destes polícias à entrada ou na área envolvente das escolas provoca a inibição de alguns comportamentos de risco por parte dos jovens?**

**Pergunta 4: Como avalia o conteúdo a qualidade das ações de sensibilização realizadas pelos polícias na(s) escola(s) que dirige? Na conjuntura escolar e social atual, quais as temáticas que considera serem mais relevantes de serem realizadas?**

**Pergunta 5: Em seu entender, qual é a forma mais adequada de se realizarem as ações de sensibilização na escola, em termos de impacto na alteração de comportamentos dos jovens? Porquê?**

**Pergunta 6: Qual a sua opinião sobre o tipo de abordagem e atitude utilizada por estes polícias nos contactos individuais com as crianças e jovens?**

**Pergunta 7: Em termos de produção de efeitos, considera que após a intervenção da polícia os jovens alteram algum dos seus comportamentos ou atitudes? Dê um exemplo.**

**Pergunta 8: Os estabelecimentos de ensino têm o dever de proceder ao registo eletrónico de ocorrências de segurança na escola. Porém, não é claro distinguir os incidentes de “indisciplina” dos de “violência escolar”. Quais são os critérios utilizados por esta escola para diferenciar estas duas situações?**

**Pergunta 9: Do seu ponto de vista, pessoal e profissional, como classifica a articulação existente entre as Direções dos estabelecimentos de ensino e a PSP local, como corresponsáveis de garantir a segurança da comunidade escolar?**

**Dou por concluída a entrevista!**

Gostaria de acrescentar mais algum aspeto que considere importante e que não tenha sido referido?

Apêndice D:  
Entrevistas realizadas aos Diretores(as) de Agrupamento Escolar

---

## **Entrevista N.º 1**

**Nome do entrevistado(a):** ---

**Data:** 14/01/2016 **Hora de início:** 17H00 **Hora de fim:** 17H35

**Estabelecimento de Ensino:** Escola Secundária Dr. Ginestal Machado – Santarém

**Função:** Diretor do Agrupamento Escolar Dr. Ginestal Machado

**Idade:** 51

**Género:** Masculino

**Habilitações académicas:** Licenciatura

### **Guião da Entrevista**

**Pergunta 1: Consequente das suas funções no Agrupamento Escolar, é conhecedor(a) do Programa Escola Segura da PSP. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar?**

**R:** Para mim, a grande vantagem deste Programa tem a ver com a proximidade, com o facto de ter os agentes próximos da escola. Possui um efeito muito dissuasor. Este Programa não funciona apenas em modo reativo, mas funciona também em termos preventivos.

**Pergunta 2: Qual é, em seu entender, o conhecimento que as crianças e jovens em contexto escolar têm deste Programa e/ou da existência de polícias adstritos em exclusividade ao mesmo?**

**R:** Eu penso que os alunos conhecem, uma vez que a própria viatura que utilizam é caracterizada e com uma designação própria (Escola Segura), o que alerta para este Programa. Os jovens também se habituam a ver os mesmos agentes junto às escolas e têm uma certa familiaridade com a sua presença.

**Pergunta 3: Em que medida é que a presença destes polícias à entrada ou na área envolvente das escolas provoca a inibição de alguns comportamentos de risco por parte dos jovens?**

**R:** Isso é difícil de medir. Agora estando os agentes nesses locais, os jovens não vão estar ali a praticar atos ilícitos ou a consumir alguma substância proibida. Esta prevenção acaba sempre por ser dissuasora de certos comportamentos. Contudo, temos de atuar em termos pedagógicos. Isto tem que ser uma atuação concertada da escola, da polícia, do IPDJ e dos Centros de saúde para os alertar dos perigos do consumo de determinadas substâncias como a droga, o álcool e o tabaco. Pois são, sobretudo, estas que mais se manifestam.

**Pergunta 4: Como avalia o conteúdo e qualidade das ações de sensibilização realizadas pelos polícias na(s) escola(s) que dirige? Na conjuntura escolar e social atual, quais as temáticas que considera serem mais relevantes de serem realizadas?**

**R:** A avaliação é positiva. Nós temos realizado ações de sensibilização não só através do Programa Escola Segura, mas também através de outras iniciativas. Tivemos aqui uma ação sobre a “internet e os perigos associados”, quer relacionados com as redes sociais, compras, jogos... que foi aberta a toda a comunidade escolar (alunos, pais, professores) Tivemos outra ação, que eu achei muito interessante e necessária, que se destinou à sensibilização de jovens que iam fazer viagens de finalistas. Houve também uma ação mais direcionada para as crianças que se designava de “polícia por um dia”.

Acho que a ação sobre a “segurança na internet”, principalmente nas crianças ao nível do 1º ciclo, é muito pertinente. Deveriam também realizar-se ações de informação sobre a responsabilidade criminal dos jovens maiores de 16 anos perante a prática de atos ilícitos e criminais, quais as consequências?

**Pergunta 5: Em seu entender, qual é a forma mais adequada de se realizarem as ações de sensibilização na escola, em termos de impacto na alteração de comportamentos dos jovens? Porquê?**

**R:** Penso que, para além das habituais apresentações nas escolas, deveriam utilizar-se espaços públicos como centros comerciais para fazer exposições e demonstrações que chegariam a um maior número de jovens e também aos próprios pais.

**Pergunta 6: Qual a sua opinião sobre o tipo de abordagem e atitude utilizada por estes polícias nos contactos individuais com as crianças e jovens?**

**R:** Acho que utilizam uma abordagem serena e também, de algum modo, conciliadora e pedagógica. Penso que estes agentes devem ter uma certa formação, dos que eu conheço têm um perfil que se adequa a este tipo de Programa. Conseguem conversar de forma natural com os jovens, conseguem interpela-los e ganhar uma certa proximidade com eles.

**Pergunta 7: Em termos de produção de efeitos, considera que após a intervenção da polícia os jovens alteram algum dos seus comportamentos ou atitudes? Dê um exemplo.**

**R:** Eu penso que sim. Por exemplo, a intervenção pedagógica direcionada para as crianças e os pais no que se refere à segurança rodoviária, ao uso obrigatório dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção, e as consequências da sua não utilização, provocam alterações significativas na forma de pensar dessas crianças sobre essas questões.

**Pergunta 8: As Direções dos estabelecimentos de ensino têm indicações do Gabinete de Segurança Escolar para proceder ao registo eletrónico de ocorrências de segurança na escola. Quais são os critérios utilizados por esta escola para diferenciar os incidentes de “indisciplina” dos incidentes de “violência escolar”?**

**R:** Os nossos incidentes são essencialmente de indisciplina<sup>47</sup>. Este ano, as situações de violência escolar que tivemos, de violência física ou psicológica, foram residuais e estavam identificadas num pequeno grupo de alunos. Porém, destaco duas situações de agressões graves em que os jovens (vítimas) tiveram que receber tratamento hospitalar.

**Pergunta 9: Do seu ponto de vista, pessoal e profissional, como classifica a articulação existente entre as Direções dos estabelecimentos de ensino e a PSP local, como corresponsáveis de garantir a segurança da comunidade escolar?**

**R:** Esta articulação com a polícia acontece essencialmente no início do ano letivo. Somos contactados pelos agentes do Programa, que passam por aqui e fazemos uma troca dos contactos telefónicos das pessoas responsáveis por fazer esta articulação, assim como, fornecemos o número de alunos e os horários escolares.

---

## **Entrevista N.º 2**

**Nome do entrevistado(a):** ---

**Data:** 16/02/2016 **Hora de início:** 16H20 **Hora de fim:** 16H50

**Estabelecimento de Ensino:** Escola Básica e Secundária de Carcavelos – Cascais

**Função:** Diretora-adjunta do Agrupamento Escolas de Carcavelos

**Idade:** 54

**Género:** Feminino

**Habilitações académicas:** Licenciatura

## **Guião da Entrevista**

**Pergunta 1: Consequente das suas funções no Agrupamento Escolar, é conhecedor(a) do Programa Escola Segura da PSP. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar?**

**R:** Sim, perfeitamente. É importantíssimo, para nós (direção) é muito importante. A nossa relação com a Equipa do Programa Escola Segura (EPES) é muito estreita. Estamos consecutivamente a precisar deles e a telefonar-lhes. A Escola tem uma parceria excelente com a EPES e com o Centro de Saúde (através do Programa de Educação para Saúde). Estas três entidades trabalham em conjunto, sendo uma mais-valia para resolver um grande número de situações que ocorrem em contexto escolar.

**Pergunta 2: Qual é, em seu entender, o conhecimento que as crianças e jovens em contexto escolar têm deste Programa e/ou da existência de polícias adstritos em exclusividade ao mesmo?**

---

<sup>47</sup> De acordo com os dados facultados pela DGEstE-DSSE, nos últimos 5 anos letivos (2010/2011 a 2015/2016), o Agrupamento Escolar Dr. Ginestal Machado procedeu ao registo de 239 ocorrências na plataforma. Este número corresponde a 100% das ocorrências registadas pelos estabelecimentos de ensino do Distrito de Santarém.

**R:** Sim, têm conhecimento. Têm uma relação com eles (EPES), ao mesmo tempo de cumplicidade e respeito. Porque as crianças e jovens vão ter com eles de forma espontânea, abordam-nos, cumprimentam-nos, conversam e sempre com educação e respeito. Já conhecem os agentes pelo nome, isto porque as EPES começam logo o seu trabalho no 1º ciclo. As crianças e jovens não conseguem, nem fazem isso com outros polícias na rua.

**Pergunta 3: Em que medida é que a presença destes polícias à entrada ou na área envolvente das escolas provoca a inibição de alguns comportamentos de risco por parte dos jovens?**

**R:** É uma forma importantíssima de inibir certos comportamentos dos jovens. Quando suspeitamos ou nos apercebemos (às vezes derivado de denúncias de alunos) que existe algum problema (e.g. consumos de tabaco, álcool, etc.), no interior ou à entrada da escola, ligámos e pedimos para eles (EPES) passarem pelos locais para averiguar. Já no local, os agentes abordam esses jovens e interagem com eles de maneira a dissuadi-los da prática de determinado comportamento, dando exemplos “conhecidos” das consequências negativas, quer disciplinares e criminais da prática daqueles atos. Por vezes, e quando aparecem alguns jovens desconhecidos à entrada e na zona envolvente da escola, chamamos as EPES que consecutivamente os abordam e conseguem que esses mesmos jovens se ausentem definitivamente desses locais. Ou seja, é efetuado um trabalho mais preventivo e dissuasor de determinados comportamentos de risco.

**Pergunta 4: Como avalia o conteúdo e qualidade das ações de sensibilização realizadas pelos polícias na(s) escola(s) que dirige? Na conjuntura escolar e social atual, quais as temáticas que considera serem mais relevantes de serem realizadas?**

**R:** As ações realizadas nesta escola têm sido verdadeiramente boas. Foi recentemente realizada uma ação de sensibilização sobre “os perigos das brincadeiras e bombas de Carnaval” com as turmas do 7.º ano, e de forma inesperada a mensagem passou e chegou a toda a população escolar. Depois dessa data, nunca mais tivemos qualquer incidente relacionado com este assunto. Só para dar um exemplo da diversidade de ações que têm sido efetuadas, houve uma parceria com um grupo da Câmara Municipal, onde os próprios agentes das EPES integraram o elenco de uma peça de teatro realizada na escola, mas com funções ou personagens não policiais.

Na minha área de responsabilidade (2º ciclo), a temática que sinto haver mais necessidade e que mais tenho sugerido é a do “Bullying”. Tem sido uma ação de sensibilização, geralmente efetuada em parceria com os agentes das EPES e as enfermeiras do Centro de Saúde. Nos dias de hoje, e pelo facto de ser um fenómeno muito divulgado na comunicação social, a maioria dos pais utiliza esta palavra com os seus filhos sem saber exatamente o que significa. Neste sentido, parece-nos importante explicar às crianças e jovens o que realmente o conceito significa e quais os comportamentos que podem ser classificados como tal. Outras, como a do “Álcool e Drogas” parecem-me também muito pertinentes.

**Pergunta 5: Em seu entender, qual é a forma mais adequada de se realizarem as ações de sensibilização na escola, em termos de impacto na alteração de comportamentos dos jovens? Porquê?**

**R:** Ações de sensibilização direcionadas para grupos pequenos e restritos de alunos (de preferência uma turma). Casos há, em que as EPES tentam realizar uma ação de sensibilização/dissuasão individualizada com determinado jovem ou grupo sinalizado, de forma a efetivamente conseguir elucidá-lo(s) das consequências dos seus comportamentos desviantes. Têm ocorrido também situações, em que os pais são convocados a fazer parte integrante e interessada na resolução dos problemas.

**Pergunta 6: Qual a sua opinião sobre o tipo de abordagem e atitude utilizada por estas polícias nos contactos individuais com as crianças e jovens?**

**R:** Nesta escola e com os agentes destas EPES, não temos nenhuma situação destacada em que possamos afirmar que a abordagem e atitude dos agentes não tenham sido a melhor. Porém, e como é natural, em algumas situações não têm sido obtidos resultados positivos. Geralmente, eles utilizam uma atitude muito assertiva e uma abordagem pedagógica.

**Pergunta 7: Em termos de produção de efeitos, considera que após a intervenção da polícia os jovens alteram algum dos seus comportamentos ou atitudes? Dê um exemplo.**

**R:** Alguns sim, outros não. Porém, e no caso concreto dos alunos do 2º ciclo, verificam-se sempre melhorias de comportamento nesses jovens. Nos alunos do secundário, tenho a impressão que a intervenção da polícia não consegue obter os mesmos resultados.

**Pergunta 8: As Direções dos estabelecimentos de ensino têm indicações do Gabinete de Segurança Escolar para proceder ao registo eletrónico de ocorrências de segurança na escola. Quais são os critérios utilizados por esta escola para diferenciar os incidentes de “indisciplina” dos incidentes de “violência escolar”?**

**R:** Conheço a plataforma de registo. Porém, tenho a ideia de que tínhamos indicações para registar apenas as situações que passam para além da indisciplina. Considero que a violência escolar envolve situações de agressão, física ou verbal. Contudo, nesta escola considero e sinto que nunca tivemos situações passíveis de serem classificadas como violência escolar. E nesse sentido não temos procedido ao registo eletrónico de qualquer ocorrência<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> De acordo com os dados facultados pela DGEstE-DSSE, nos últimos 5 anos letivos (2010/2011 a 2015/2016), o Agrupamento de Escolas de Carcavelos não procedeu ao registo de qualquer ocorrência na plataforma.

**Pergunta 9: Do seu ponto de vista, pessoal e profissional, como classifica a articulação existente entre as Direções dos estabelecimentos de ensino e a PSP local, como responsáveis de garantir a segurança da comunidade escolar?**

**R:** Não temos muita relação com a PSP local. O primeiro contacto e todo o relacionamento é efetuado diretamente com os agentes das EPES. No entanto, quando as EPES estão ocupadas ou indisponíveis por qualquer motivo, e solicitamos a presença da PSP, esta auxilia-nos imediatamente com outros elementos policiais. Contudo, nota-se que estes elementos não sentem a mesma proximidade que os elementos das EPES com a Direção nem com os alunos. E conseqüentemente também não possuem a mesma capacidade e sensibilidade para resolver as situações.

---

### **Entrevista N.º 3**

**Nome do entrevistado(a):** ---

**Data:** 22/02/2016   **Hora de início:** 15H10   **Hora de fim:** 15H40

**Estabelecimento de Ensino:** Escola Secundária D. João V – Damaia, Amadora

**Função:** Diretora do Agrupamento de Escolas D. João V

**Idade:** 54

**Género:** Feminino

**Habilitações académicas:** Licenciatura

### **Guião da Entrevista**

**Pergunta 1: Consequente das suas funções no Agrupamento Escolar, é conhecedor(a) do Programa Escola Segura da PSP. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar?**

**R:** Sim. Acho que a existência deste programa se justifica plenamente porque a comunidade escolar tem problemas específicos. Existem problemas e situações mais complicadas nas escolas em que é mesmo necessária a ajuda e intervenção da polícia, designadamente dos agentes da EPES. Ou seja, para nós (Direção) é extremamente importante existirem elementos policiais em exclusivo para intervir com crianças e jovens nesta faixa etária, e em contexto escolar. Até porque a atuação destes agentes, a abordagem e o modo de agir deve ser diferente com a comunidade escolar que com a população em geral. Porém, tenho a impressão que eles incidem mais a sua atuação nas crianças e escolas do 1º ciclo. Agora, confesso que se não existissem as EPES não sei como resolveríamos alguns incidentes aqui na escola, para nós é absolutamente fundamental. Sempre que precisámos, a resposta é imediata.

**Pergunta 2: Qual é, em seu entender, o conhecimento que as crianças e jovens em contexto escolar têm deste Programa e/ou da existência de polícias adstritos em exclusividade ao mesmo?**

**R:** Eu acho que eles sabem que existe um programa especificamente para as escolas. No entanto, como nos últimos tempos os carros da “Escola Segura” desapareceram um bocado (a viatura caracterizada do PES encontra-se inoperacional), as crianças perdem a noção de que é um serviço direcionado para eles e para as escolas em particular. Acho extremamente importante estes agentes efetuarem o seu serviço na viatura com o logotipo do programa. Existem jovens que já conhecem estes agentes há muito tempo, e que conversam naturalmente com eles á entrada ou na zona envolvente da escola. O que é pena é serem apenas tão poucos agentes (2 agentes principais) para o número de escolas e para a quantidade de problemas que é necessário resolver na nossa comunidade escolar (todas as escolas do concelho da Amadora).

**Pergunta 3: Em que medida é que a presença destes polícias à entrada ou na área envolvente das escolas provoca a inibição de alguns comportamentos de risco por parte dos jovens?**

**R:** Obviamente que a presença policial acaba por ser dissuasora. Sempre que os jovens se sentem vigiados, inibem-se de fazer algumas asneiras e de adotar determinados comportamentos de risco, em particular as agressões físicas e verbais entre eles (desde o 1º ciclo). Isto é muito importante, especialmente para os jovens que geralmente não se envolvem em incidentes, uma vez que acabam também por se sentir mais seguros.

**Pergunta 4: Como avalia o conteúdo e qualidade das ações de sensibilização realizadas pelos polícias na(s) escola(s) que dirige? Na conjuntura escolar e social atual, quais as temáticas que considera serem mais relevantes de serem realizadas?**

**R:** Neste agrupamento, no interior das escolas, têm sido efetuadas poucas ações de sensibilização. As ações que as EPES têm realizado mais, são algumas visitas com os jovens a instituições e outros locais para assistirem a demonstrações e ações de sensibilização específicas. Em relação ao conteúdo e qualidade das ações, eu nunca assisti a nenhuma. Porém, o feedback que tenho dos professores e dos alunos é de que são ações válidas e com qualidade. No meu entender, e para o nosso contexto escolar, julgo que os temas da “violência no namoro” e o “bullying” serão os mais pertinentes. No entanto, também já pensámos em solicitar ou dinamizar uma ação relacionada com a “utilização da internet”.

**Pergunta 5: Em seu entender, qual é a forma mais adequada de se realizarem as ações de sensibilização na escola, em termos de impacto na alteração de comportamentos dos jovens? Porquê?**

**R:** Na minha opinião, as ações realizadas fora da escola (visitas, demonstrações) têm muito impacto nos jovens. Nomeadamente, e devido ao contexto social e económico de onde muitos jovens desta escola são provenientes, nunca tiveram oportunidade de sair deste meio. Neste sentido, as visitas organizadas ao exterior e em parceria com outras entidades, acabam por ser um momento marcante para esses jovens. Ultimamente não se têm efetuado

ações de sensibilização direcionadas para grupos restritos (i.e. em turma). Contudo, quando identificamos algum grupo de alunos a terem comportamentos de risco ou uma turma que está a ser mais problemática, solicitamos aos agentes das EPES para se deslocarem à escola e intervirem diretamente com esses alunos de maneira a dissuadi-los.

**Pergunta 6: Qual a sua opinião sobre o tipo de abordagem e atitude utilizada por estas polícias nos contactos individuais com as crianças e jovens?**

**R:** Como se espera, eles têm de ter um tipo de abordagem diferente e adequado às crianças e ao contexto escolar. Estes agentes utilizam sempre uma abordagem muito calma, uma linguagem muito assertiva, e tentam sempre “chamar os jovens à razão” de forma pedagógica. No meu entender utilizam uma abordagem muito correta e adequada. Nalguns casos esta relação está facilitada, uma vez que já existe uma relação de proximidade entre os agentes e os jovens, quer por este contacto em ambiente escolar quer pelo contexto familiar em que vivem. Existem vários casos de crianças e jovens, nomeadamente quando sinalizamos os abandonos escolares, ou quando sinalizados pelas técnicas de ação social, em que estes agentes têm de se deslocar a casa dos jovens e contactar diretamente com eles e com os pais.

**Pergunta 7: Em termos de produção de efeitos, considera que após a intervenção da polícia os jovens alteram algum dos seus comportamentos ou atitudes? Dê um exemplo.**

**R:** Nos alunos mais velhos, em particular nos alunos do secundário, a alteração de comportamentos acaba por ser momentânea e pontual, acabando estes por retomar as mesmas condutas e atitudes. Determinados comportamentos, como é o caso das ofensas físicas e verbais, acabam por estar enraizados em alguns grupos de jovens. As ações preventivas, possivelmente, têm mais efeito nas crianças do 1º ciclo.

**Pergunta 8: As Direções dos estabelecimentos de ensino têm indicações do Gabinete de Segurança Escolar para proceder ao registo eletrónico de ocorrências de segurança na escola. Quais são os critérios utilizados por esta escola para diferenciar os incidentes de “indisciplina” dos incidentes de “violência escolar”?**

**R:** Conheço a plataforma, mas esta Direção não tem procedido a esse registo<sup>49</sup>. Contudo, e segundo as remotas indicações que tínhamos, apenas era para registar as situações muito graves de violência. Na verdade, e neste Agrupamento em particular, o GSE já alguns anos que não dá instruções nem pede um feedback à Direção relacionado com este tema. Isto levou a que a plataforma caísse no esquecimento.

---

<sup>49</sup> De acordo com os dados facultados pela DGEstE-DSSE, nos últimos 5 anos letivos (2010/2011 a 2015/2016), o Agrupamento de Escolas D. João V apenas procedeu ao registo na plataforma de uma ocorrência em FEV/2011.

**Pergunta 9: Do seu ponto de vista, pessoal e profissional, como classifica a articulação existente entre as Direções dos estabelecimentos de ensino e a PSP local, como corresponsáveis de garantir a segurança da comunidade escolar?**

**R:** A PSP local, e sempre que esta Direção necessita, tem respondido prontamente. Existe uma relativa proximidade com a Esquadra da Damaia. Porém, a relação prioritária tem sido sempre com os agentes da EPES.

Apêndice E:  
Caraterização do universo e das amostras em estudo

---

Ano de escolaridade	Nº Alunos	N	Inquiridos por ano de escolaridade	total	(%)
7.º	237		19		
8.º	223		21		
9.º	169	<b>1195</b>	19	<b>134</b>	<b>11,21 %</b>
10.º	205		25		
11.º	181		25		
12.º	180		25		
Total	1195		134		

**Tabela 1:** Caraterização do universo e da amostra na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado.

**Fonte:** Secretaria-geral da Escola, dados ano letivo 2015/2016. (Elaboração própria).

Ano de escolaridade	Nº Alunos	N	Inquiridos por ano de escolaridade	total	(%)
7.º	88		16		
8.º	93		19		
9.º	115	<b>920</b>	18	<b>112</b>	<b>12,17 %</b>
10.º	221		20		
11.º	207		20		
12.º	196		19		
Total	920		112		

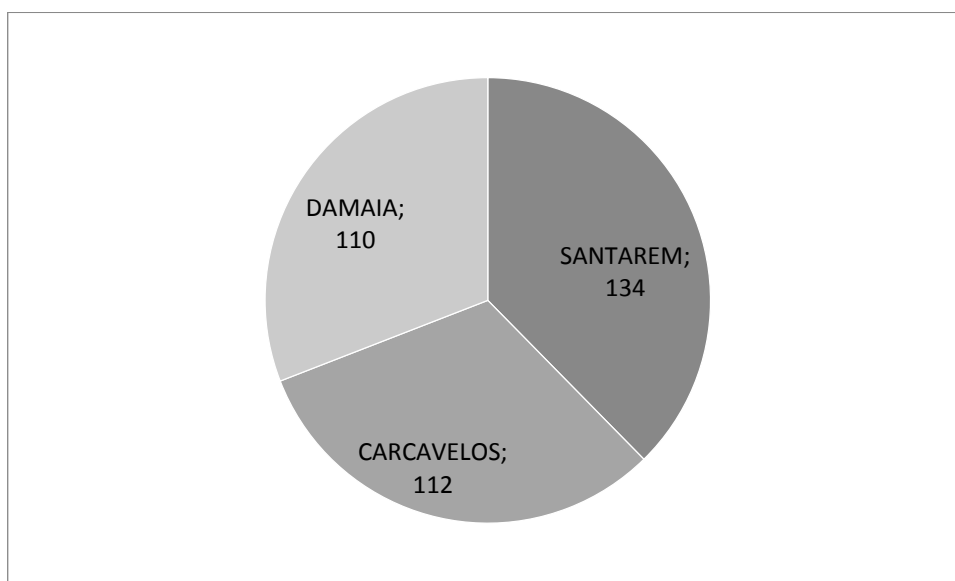
**Tabela 2:** Caraterização do universo e da amostra na Escola Secundária de Carcavelos. **Fonte:**

Secretaria-geral da Escola, dados ano letivo 2015/2016 (Elaboração própria).

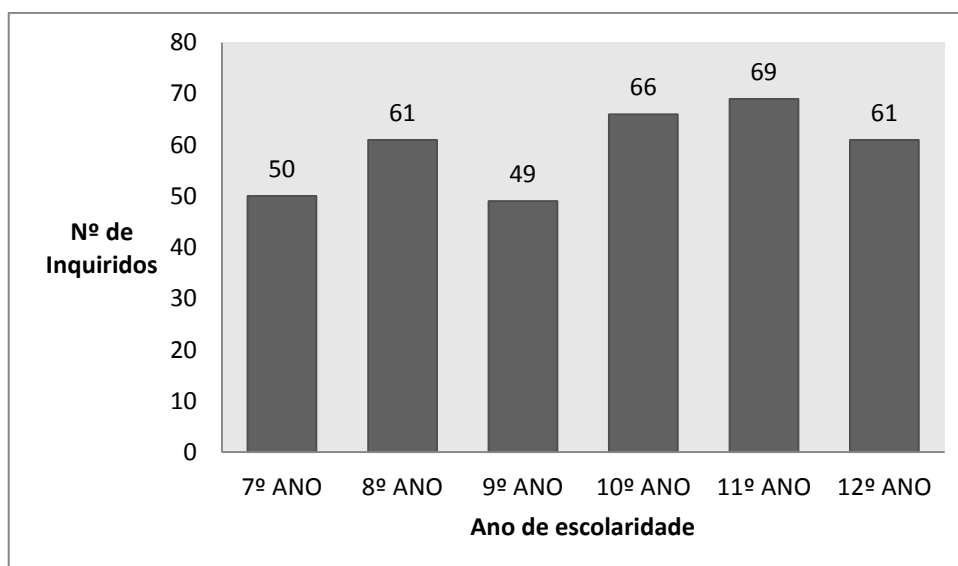
Ano de escolaridade	Nº Alunos	N	Inquiridos por ano de escolaridade	total	(%)
7.º	95		15		
8.º	139		21		
9.º	106	<b>783</b>	12	<b>110</b>	<b>14,05 %</b>
10.º	146		21		
11.º	163		24		
12.º	134		17		
Total	783		110		

**Tabela 3:** Caraterização do universo e da amostra na Escola Secundária D. João V. **Fonte:** Secretaria-

geral da Escola, dados ano letivo 2015/2016. (Elaboração própria).



**Gráfico 6:** Total de questionários respondidos por Escola. **Fonte:** Questionários (Elaboração própria).



**Gráfico 7:** Total de questionários respondidos por Ano de escolaridade. **Fonte:** Questionários (Elaboração própria).

Apêndice F:  
Guião do Questionário

---

## QUESTIONÁRIO



Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Questionário n.º \_\_\_\_\_

### Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário insere-se num estudo académico que está a ser realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais do ISCPSP. O estudo tem como destinatários, jovens em contexto escolar.

Lê atentamente cada questão. **Não há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer das questões, pretendendo-se apenas a tua **opinião pessoal e sincera**. Neste sentido, deverás seleccionar  para cada questão apenas uma resposta, ou seja, a que mais se enquadra na tua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

Todas as informações recolhidas são anónimas e estritamente confidenciais. Não deves colocar a tua identificação em qualquer parte do questionário.

### I – Caracterização individual

#### Q1 – Género:

(1) Masculino  (2) Feminino

#### Q2 – Idade:

(1) \_\_\_\_\_ anos

#### Q3 – No caso de já teres ficado retido(a) – ou seja, “chumbado(a)” – num ano de escolaridade, indica qual ou quais os anos em que isso aconteceu?

(1) 5º ano  (2) 6º ano  (3) 7º ano  (4) 8º ano

(5) 9º ano  (6) 10º ano  (7) 11º ano  (8) 12º ano

### II – Programa Escola Segura (PES)

#### Q4 – Já ouviste falar do Programa Escola Segura da PSP?

(1) Sim  (2) Não

#### Q5 – Se respondeste “Sim”, como é que tiveste conhecimento ou quem já te falou deste Programa?

(1) Os professores

(2) Os próprios polícias

(3) Os meus amigos/colegas

(4) Os meus pais

(5) Os meios de comunicação social

(6) Na internet/redes sociais

**Q6 – Qual é a tua opinião sobre a necessidade de existir uma atividade de polícia direcionada exclusivamente para a comunidade escolar?**

(1) Nada importante  (2) Pouco importante

(3) Importante  (4) Muito importante

**Q7 – Com que frequência costumavas ver polícias à entrada ou na zona envolvente da tua Escola?**

(1) Nunca

(2) Raramente (algumas vezes ao longo do ano)

(3) Algumas vezes (quase todas as semanas)

(4) Muitas vezes (quase todos os dias)

**Q8 – E no interior da Escola, já alguma vez viste polícias?**

(1) Sim  (2) Não

**Q9 – Consegues distinguir os polícias do Programa Escola Segura de outros elementos policiais?**

(1) Sim  (2) Não

**Q9.1 - Se respondeste “Sim”, como os identificas?** \_\_\_\_\_

### **III – Ações de Sensibilização/Informação**

**Q10 – Já assististe a alguma ação de sensibilização realizada por polícias na tua Escola?**

(1) Nunca  (2) 1 vez  (3) 2 a 3 vezes  (4) 4 ou mais vezes

→ Se respondeste “Nunca” passa para a Q16.

**Q11 – No caso de já teres assistido, identifica dentro das seguintes temáticas, aquela(s) a que assististe? (podes selecionar mais do que uma opção):**

(1) Prevenção e educação rodoviárias

(2) Segurança na Internet

(3) Bullying

(4) Álcool e drogas

(5) Violência no namoro

(6) Maus tratos e abusos sexuais

**Q12 – Qual foi o tema que mais te sensibilizou?** \_\_\_\_\_

**Q13 – Consideras o conteúdo/assunto das ações a que assististe adequado para a tua idade?**

(1) Totalmente desadequado  (2) Pouco adequado

(3) Adequado  (4) Totalmente adequado

**Q14 – Em tua opinião, qual foi o impacto que essas ações de sensibilização tiveram em ti?**

- (1) Não teve qualquer impacto  (2) Teve pouco impacto  (3) Teve algum impacto   
(4) Mudou totalmente a minha maneira de pensar sobre os assuntos referidos

**Q15 – De que maneira é que as ações de sensibilização te influenciaram?**

- (1) Não me interessaram e continuo a ter os mesmos comportamentos   
(2) Comecei a transmitir alguns dos conselhos referidos a outras pessoas   
(3) Comecei a prestar mais atenção aos conselhos referidos nessas ações

**Q16 – Consideras que deveriam ser efetuadas mais ações de sensibilização na tua Escola?**

- (1) Sim  (2) Não

**Q17 – Como preferes que as ações de sensibilização sejam realizadas pelos polícias?**

(podes seleccionar mais do que uma opção):

- (1) Através da realização de atividades lúdicas/demonstrações   
(2) Através de apresentações em “PowerPoint” ou vídeos   
(3) Através da distribuição de folhetos informativos   
(4) Através do contato pessoal com os alunos

#### **IV – Contactos Individuais**

**Q18 – Desde que estudas nesta Escola, os polícias do Programa Escola Segura já falaram contigo?**

- (1) Nunca   
(2) Raramente (1 a 2 vezes)   
(3) Algumas vezes (3 a 4 vezes)   
(4) Muitas vezes (5 ou mais vezes)

**Q19 – Em alguma situação necessitaste da ajuda destes polícias?**

- (1) Sim  (2) Não

**Q19.1 – Se respondeste “Sim”, mesmo que não tenhas pedido ajuda, qual foi o motivo? \_\_\_\_\_**

---

→ Se respondeste “Não” passa para a Q22.

**Q20 – Qual é a tua opinião sobre a postura e atitude destes polícias?**

- (1) Simpáticos  (2) Alguns são simpáticos   
(3) Antipáticos  (4) Não tenho opinião

**Q21 – Depois de teres conversado com o polícia, alteraste algum dos teus comportamentos ou atitudes?**

(1) Sim  (2) Não

**Q22 – No caso de precisares da ajuda de um destes polícias irás ter com ele?**

(1) Sim  (2) Não  (3) Não sei

**Q22.1 – Se respondeste que “não irias” ou “não sabes”, qual o motivo? \_\_\_\_\_**

---

**Q23 – No caso de estes polícias necessitarem falar contigo, como gostarias de ser contactado(a)?**

(1) Pessoalmente (dentro da Escola)  (2) Através do telemóvel   
(3) Pessoalmente (fora da Escola)  (4) Através do Diretor de turma

## V. Violência Escolar

**Q24 – Já estiveste envolvido(a) em alguma situação de “indisciplina” na tua Escola?**

(1) Nunca  (2) 1 vez  (3) 2 a 3 vezes  (4) 4 ou mais vezes

**Q25 – Já foste VÍTIMA de algum incidente de “violência em contexto escolar” (exemplos: agressão, furto, ameaça, roubo)?**

(1) Nunca  (2) 1 vez  (3) 2 a 3 vezes  (4) 4 ou mais vezes

→ Se respondeste “Nunca” passa para a Q29.

**Q26 – Geralmente, em que local é que ocorreram esses incidentes?**

(1) Dentro da escola  (2) Fora da escola  (3) No percurso casa-escola

**Q27 – Nessas ocasiões houve intervenção dos polícias do Programa Escola Segura?**

(1) Nunca  (2) Raramente  (3) Frequentemente  (4) Sempre

**Q28 – Na tua opinião, achas que estes polícias ajudaram ou ajudariam a resolver a situação?**

(1) Sim  (2) Não  (3) Não sei

**Q29 – Já estiveste envolvido(a) como ofensor/agressor(a) em alguma situação de violência na tua Escola?**

(1) Nunca  (2) 1 vez  (3) 2 a 3 vezes  (4) 4 ou mais vezes

**VI. Relacionamento da PSP com a comunidade escolar**

→ Selecciona com um círculo a tua resposta!	Sempre	Quase sempre	Raramente	Nunca
Q30.1.Sinto-me com mais confiança se cá estiverem os polícias.	4	3	2	1
Q30.2.Sinto-me mais seguro(a) se cá estiverem os polícias.	4	3	2	1
Q30.3.Sinto-me mais protegido(a) se cá estiverem os polícias.	4	3	2	1
Q30.4.Os polícias conversam bastante com todos nós (alunos/professores/auxiliares).	4	3	2	1
Q30.5.Eu gosto de ver os polícias à entrada da minha escola.	4	3	2	1
Q30.6.É fácil falar com os polícias.	4	3	2	1
Q30.7.Os polícias preocupam-se com todos nós (alunos/professores/auxiliares).	4	3	2	1
Q30.8.Quando existe um problema com alguém, os polícias tentam resolvê-lo.	4	3	2	1
Q30.9.Tudo o que nos é ensinado pelos polícias nas ações de sensibilização é muito importante.	4	3	2	1
Q30.10.Desde que assisti a ações de sensibilização estou muito mais atento para as questões da segurança.	4	3	2	1

**Terminaste o questionário. Muito obrigado pela tua colaboração!**

Apêndice G:  
Modelo de Análise

---

DIMENSOES	VARIAVEIS	QUESTOES	INDICADORES / INDICES
CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	-Escola -Ano de escolaridade -Género -Idade -Retenções	Q1 Q2 Q3	-Distribuição por género -Distribuição por escolaridade -Distribuição por idade (idade média) -Taxa de retenções por escola -Nº retenções por ano de escolaridade
NOTORIEDADE DO PES	-Conhecimento do PES -Origem/fonte do conhecimento -Exclusividade da atividade direcionada -Visibilidade externa dos polícias do PES -Visibilidade interna dos polícias do PES -Distinguidade dos polícias do PES -Identificação dos polícias do PES	Q4 Q5 Q6 Q7 Q8 Q9 Q9.1	-taxa de conhecimento -fonte do conhecimento -exclusividade -visibilidade externa -visibilidade interna -taxa de distinguidade -modo de identificação
AÇÃO, PARTICIPAÇÃO E IMPACTO (ações de sensibilização)	-Participação em ações de sensibilização -Temáticas mais assistidas -Temas que mais sensibilizaram -Adequabilidade do conteúdo -Impacto das ações -Influência das ações -Necessidade de mais ações -Modo de realização	Q10 Q11 Q12 Q13 Q14 Q15 Q16 Q17	-taxa de participação -prevalência temática -prevalência de sensibilização -adequabilidade -impacto -influência -taxa de adesão -preferência modo de realização
AÇÃO, PARTICIPAÇÃO E IMPACTO (contactos individuais)	-Interação dos polícias com os jovens -Necessidade de auxílio policial -Motivo da necessidade -Apreciação da interação policial -Impacto da interação policial -Motivo da rejeição do auxílio -Preferência pela forma de comunicação	Q18 Q19 Q19.1 Q20 Q21 Q22 Q23	-periodicidade da interação -necessidade de auxílio -vulnerabilidade -apreciação da interação -impacto -motivo da rejeição -forma de comunicação
VITIMIZAÇÃO DOS ALUNOS	-Indisciplina -Vítima de violência escolar -Local dos incidentes -Intervenção dos polícias do PES -Influência policial -Ofensor/agressor	Q24 Q25 Q26 Q27 Q28 Q29	-taxa de indisciplina -taxa de vitimização -local da ocorrência -taxa de intervenção policial -influência da intervenção -taxa de agressão
RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE ESCOLAR	-Relacionamento da polícia com os jovens	Q30	-Escala de Relação

Quadro 10: Modelo de Análise

Apêndice H:  
Caraterização sociodemográfica dos inquiridos

---

			Género	
			Masculino	Feminino
SANTAREM	Idade	12	6,7%	5,2%
		13	6,7%	5,2%
		14	3,0%	5,2%
		15	13,4%	8,2%
		16	3,7%	11,9%
		17	9,7%	9,0%
		18	4,5%	6,0%
		19	0,7%	0,7%
	Idade média	<b>15,22</b>		
% por género		<b>48,5%</b>	<b>51,5%</b>	
CARCAVELOS	Idade	12	5,4%	7,1%
		13	10,7%	8,0%
		14	3,6%	8,0%
		15	6,3%	8,9%
		16	13,4%	5,4%
		17	6,3%	8,9%
		18	3,6%	1,8%
		19	0,9%	1,8%
	Idade média	<b>14,89</b>		
% por género		<b>50,0%</b>	<b>50,0%</b>	
DAMAIA	Idade	12	1,8%	0,9%
		13	6,4%	10,9%
		14	3,6%	2,7%
		15	10,0%	7,3%
		16	4,5%	8,2%
		17	6,4%	7,3%
		18	8,2%	8,2%
		19	4,5%	1,8%
		20	4,5%	0,9%
		21	0,9%	0,9%
	Idade média	<b>16,04</b>		
% por género		<b>50,9%</b>	<b>49,1%</b>	
<b>Total por género</b>			<b>49,7%</b>	<b>50,3%</b>

Tabela 4: Género e Idade dos inquiridos - Distribuição por escola

	SANTAREM		CARCAVELOS		DAMAIA	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1 Retenção	17	13	5	4	21	18
2 Retenções	2	4	2	1	6	6
3 Retenções	0	2	0	0	1	0
Total de retidos	19	19	7	5	28	24
Total de inquiridos	65	69	56	56	56	54
Taxas de retenção	29%	28%	13%	9%	50%	44%
	<b>28,4%</b>		<b>10,7%</b>		<b>47,3%</b>	

Tabela 5: Taxas de retenção dos inquiridos – Distribuição por género e por escola.

Apêndice I:  
Análise de dados sobre a notoriedade do Programa Escola Segura

---

**Escola \* conhecimento do Programa Escola Segura (PES)?**

		Q4 - Conhecimento do Programa Escola Segura (PES)?		Total	
		sim	não		
Escola	SANTAREM	Count	68	66	134
		% within Escola	50,7%	49,3%	100,0%
	CARCAVELOS	Count	92	20	112
		% within Escola	82,1%	17,9%	100,0%
	DAMAIA	Count	84	26	110
		% within Escola	76,4%	23,6%	100,0%
Total	Count	244	112	356	
	% within Escola	68,5%	31,5%	100,0%	

**Tabela 6:** Taxas de conhecimento do PES

**Fonte do conhecimento do PES \* Escola**

Q5	Escola			Total	
	SANTAREM	CARCAVELOS	DAMAIA		
Os professores	34 31%	49 38%	53 43%	136	37,3%
Os polícias	19 17%	55 42%	28 23%	102	27,8%
Os amigos/colegas	6 5%	9 7%	6 5%	21	5,8%
Os pais	19 17%	12 9%	12 10%	43	11,8%
A comunicação social	22 20%	4 3%	14 11%	40	11,0%
A internet/redes sociais	11 10%	1 1%	11 9%	23	6,3%
	100%	100%	100%	365	100,0%

**Tabela 7:** Fontes do conhecimento do PES

**Escola \* opinião sobre a necessidade de atividade de polícia exclusivamente direcionada para comunidade escolar?**

		Q6 - Opinião sobre a necessidade de atividade de policia direcionada para comunidade escolar?				Total
		nada importante	pouco importante	importante	muito importante	
SANTAREM	Count	1	12	71	50	134
	% Escola	0,7%	9,0%	53,0%	37,3%	100,0%
CARCAVELOS	Count	0	2	45	65	112
	% Escola	0,0%	1,8%	40,2%	58,0%	100,0%
DAMAIA	Count	2	4	51	53	110
	% Escola	1,8%	3,6%	46,4%	48,2%	100,0%
Total	Count	3	18	167	168	356
	% global	0,8%	5,1%	46,9%	47,2%	100,0%

**Tabela 8:** Exclusividade de atividade de polícia direcionada para a comunidade escolar

**Escola \* frequência com que costuma ver polícias à entrada ou na zona envolvente da escola?**

		Q7 - Frequência com que costuma ver polícias à entrada ou na zona envolvente da escola?				Total
		nunca	raramente (algumas vezes ao longo do ano)	algumas vezes (quase todas as semanas)	muitas vezes (quase todos os dias)	
SANTAREM	Count	13	69	42	10	134
	% within Escola	9,7%	51,5%	31,3%	7,5%	100,0%
CARCAVELOS	Count	0	27	65	20	112
	% within Escola	0,0%	24,1%	58,0%	17,9%	100,0%
DAMAIA	Count	2	40	43	25	110
	% within Escola	1,8%	36,4%	39,1%	22,7%	100,0%
Total	Count	15	136	150	55	356
	% within Escola	4,2%	38,2%	42,1%	15,4%	100,0%

**Tabela 9:** Visibilidade externa dos polícias do PES

**Escola \* já viu polícias no interior da escola?**

		Q8 - Já viu polícias no interior da escola?		Total
		sim	não	
SANTAREM	Count	30	104	134
	% within Escola	22,4%	77,6%	100,0%
CARCAVELOS	Count	111	1	112
	% within Escola	99,1%	0,9%	100,0%
DAMAIA	Count	86	24	110
	% within Escola	78,2%	21,8%	100,0%
Total	Count	227	129	356
	% within Escola	63,8%	36,2%	100,0%

**Tabela 10:** Visibilidade interna dos polícias do PES

**Escola \* consegue distinguir os polícias do PES de outros elementos policiais?**

		Q9 - Consegue distinguir os polícias do PES de outros elementos policiais?		Total
		sim	não	
SANTAREM	Count	18	116	134
	% within Escola	13,4%	86,6%	100,0%
CARCAVELOS	Count	38	74	112
	% within Escola	33,9%	66,1%	100,0%
DAMAIA	Count	48	62	110
	% within Escola	43,6%	56,4%	100,0%
Total	Count	104	252	356
	% within Escola	29,2%	70,8%	100,0%

**Tabela 11:** Taxa de distinguibilidade dos polícias do PES

**Escola \* como os identifica?**

		Q9.1 - Como os identifica?				Total
		carro	farda	já conheço os Agentes	colete	
SANTAREM	Count	14	1	1	0	16
	% within Escola	87,5%	6,2%	6,2%	0,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	14	9	11	0	34
	% within Escola	41,2%	26,5%	32,4%	0,0%	100,0%
DAMAIA	Count	8	6	0	33	47
	% within Escola	17,0%	12,8%	0,0%	70,2%	100,0%
Total	Count	36	16	12	33	97
	% within Escola	37,1%	16,5%	12,4%	34,0%	100,0%

**Tabela 12:** Modo de identificação dos polícias do PES

Apêndice J:  
Análise de dados sobre as Ações de Sensibilização

---

**Escola \* já assistiu a alguma ação de sensibilização realizada por polícias na escola?**

		Q10 – Já assistiu a alguma ação de sensibilização realizada por polícias na escola?				Total
		nunca	1 vez	2 a 3 vezes	4 ou mais vezes	
SANTAREM	Count	88	22	20	4	134
	% within Escola	65,7%	16,4%	14,9%	3,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	29	26	49	8	112
	% within Escola	25,9%	23,2%	43,8%	7,1%	100,0%
DAMAIA	Count	48	39	21	2	110
	% within Escola	43,6%	35,5%	19,1%	1,8%	100,0%
Total	Count	165	87	90	14	356
	% within Escola	46,3%	24,4%	25,3%	3,9%	100,0%

**Tabela 13:** Participação dos jovens em ações de sensibilização realizadas por polícias

**Temática assistida \* Escola**

Q11 – Quais as temáticas a que assististe?			Escola			Total
			SANTAREM	CARCAVELOS	DAMAIA	
Prevenção e educação rodoviárias	sim	Count	20	19	22	61
Segurança na internet	sim	Count	25	22	16	63
Bullying	sim	Count	24	46	45	115
Álcool e Drogas	sim	Count	15	70	35	120
Violência no namoro	sim	Count	7	6	17	30
Maus tratos e abusos sexuais	sim	Count	10	19	17	46
Total	sim	Count	101	182	152	435

**Tabela 14:** Prevalência temática das ações de sensibilização assistidas

Escola \* tema que mais sensibilizou?

		Q12 - Tema que mais sensibilizou?								Total	
		prevenção e educação rodoviárias	segurança na internet	bullying	álcool e drogas	violência no namoro	maus tratos e abusos sexuais	bombas de carnaval	nenhum		todos
SANTAREM	Count	6	9	14	8	2	4	0	0	0	43
	%	14,0%	20,9%	32,6%	18,6%	4,7%	9,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	1	2	24	29	0	7	6	2	2	73
	%	1,4%	2,7%	32,9%	39,7%	0,0%	9,6%	8,2%	2,7%	2,7%	100,0%
DAMAIA	Count	3	4	22	12	7	4	0	3	1	56
	%	5,4%	7,1%	39,3%	21,4%	12,5%	7,1%	0,0%	5,4%	1,8%	100,0%
Total	Count	10	15	60	49	9	15	6	5	3	172
	%	5,8%	8,7%	34,9%	28,5%	5,2%	8,7%	3,5%	2,9%	1,7%	100,0%

Tabela 15: Temas das ações que mais sensibilizaram

Escola \* considera o conteúdo/assunto das ações de sensibilização adequado para a idade?

		Q13 - Considera o conteúdo/assunto das ações de sensibilização adequado para a idade?				Total
		totalmente desadequado	pouco adequado	adequado	totalmente adequado	
SANTAREM	Count	1	2	14	30	47
	% within Escola	2,1%	4,3%	29,8%	63,8%	100,0%
CARCAVELOS	Count	1	0	23	62	86
	% within Escola	1,2%	0,0%	26,7%	72,1%	100,0%
DAMAIA	Count	11	4	23	24	62
	% within Escola	17,7%	6,5%	37,1%	38,7%	100,0%
Total	Count	13	6	60	116	195
	% within Escola	6,7%	3,1%	30,8%	59,5%	100,0%

Tabela 16: Adequabilidade do conteúdo/assunto das ações de sensibilização assistidas

**Escola \* qual foi o impacto que essas ações de sensibilização tiveram?**

		Q14 - Qual foi o impacto que essas ações de sensibilização tiveram?				Total
		não teve qualquer impacto	teve pouco impacto	teve algum impacto	mudou totalmente a minha maneira de pensar sobre os assuntos referidos	
SANTAREM	Count	2	8	30	7	47
	% within Escola	4,3%	17,0%	63,8%	14,9%	100,0%
CARCAVELOS	Count	7	15	48	16	86
	% within Escola	8,1%	17,4%	55,8%	18,6%	100,0%
DAMAIA	Count	12	8	36	6	62
	% within Escola	19,4%	12,9%	58,1%	9,7%	100,0%
Total	Count	21	31	114	29	195
	% within Escola	10,8%	15,9%	58,5%	14,9%	100,0%

**Tabela 17:** Impacto das ações de sensibilização nos jovens

**Escola \* de que maneira é que as ações de sensibilização influenciaram?**

		Q15 - De que maneira é que as ações de sensibilização influenciaram?			Total
		não me interessaram e continuo a ter os mesmos comportamentos	comecei a transmitir alguns dos conselhos referidos a outras pessoas	comecei a prestar mais atenção aos conselhos referidos nessas ações	
SANTAREM	Count	2	18	27	47
	% within Escola	4,3%	38,3%	57,4%	100,0%
CARCAVELOS	Count	6	40	40	86
	% within Escola	7,0%	46,5%	46,5%	100,0%
DAMAIA	Count	10	15	37	62
	% within Escola	16,1%	24,2%	59,7%	100,0%
Total	Count	18	73	104	195
	% within Escola	9,2%	37,4%	53,3%	100,0%

**Tabela 18:** Influência das ações de sensibilização no comportamento nos jovens

**Escola \* considera que deveriam ser efetuadas mais ações de sensibilização na escola?**

		Q16 - Considera que deveriam ser efetuadas mais ações de sensibilização na escola?		Total
		sim	não	
SANTAREM	Count	117	17	134
	% within Escola	87,3%	12,7%	100,0%
CARCAVELOS	Count	101	11	112
	% within Escola	90,2%	9,8%	100,0%
DAMAIA	Count	98	12	110
	% within Escola	89,1%	10,9%	100,0%
Total	Count	316	40	356
	% within Escola	88,8%	11,2%	100,0%

**Tabela 19:** Taxa de adesão a mais ações de sensibilização

**Preferências pelo modo como as ações sejam realizadas \* Escola**

Q17 – Como prefere que as ações sejam realizadas pelos polícias?			Escola			Total
			SANTAREM	CARCAVELOS	DAMAIA	
Atividades lúdicas/demonstrações	sim	Count	90	81	66	237
Apresentações “PowerPoint”/vídeos	sim	Count	44	38	45	127
Distribuição de folhetos informativos	sim	Count	16	8	4	28
Contacto pessoal com os alunos	sim	Count	41	53	52	146
Total	sim	Count	191	180	167	538

**Tabela 20:** Modo preferido pelos jovens de realização das ações de sensibilização pelos polícias

Apêndice K:  
Análise de dados sobre os Contactos Individuais

---

**Escola \* desde que estuda nesta escola, os polícias do PES já falaram contigo?**

		Q18 - Desde que estuda nesta escola, os polícias do PES já falaram contigo?				Total
		nunca	raramente (1 a 2 vezes)	algumas vezes (3 a 4 vezes)	muitas vezes (5 ou mais vezes)	
SANTAREM	Count	121	12	1	0	134
	% within Escola	90,3%	9,0%	0,7%	0,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	35	40	24	13	112
	% within Escola	31,2%	35,7%	21,4%	11,6%	100,0%
DAMAIA	Count	91	17	2	0	110
	% within Escola	82,7%	15,5%	1,8%	0,0%	100,0%
Total	Count	247	69	27	13	356
	% within Escola	69,4%	19,4%	7,6%	3,7%	100,0%

**Tabela 21:** Interação dos polícias do PES com os jovens

**Escola \* em alguma situação necessitou da ajuda dos polícias do PES?**

		Q19 - Em alguma situação necessitou da ajuda dos polícias do PES?		Total
		sim	não	
SANTAREM	Count	12	122	134
	% within Escola	9,0%	91,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	5	106	111
	% within Escola	4,5%	95,5%	100,0%
DAMAIA	Count	8	101	109
	% within Escola	7,3%	92,7%	100,0%
Total	Count	25	329	354
	% within Escola	7,1%	92,9%	100,0%

**Tabela 22:** Necessidade de auxílio policial por parte dos jovens

**Escola \* se necessitou, mesmo que não tenha pedido ajuda, qual foi o motivo?**

		Q19.1 - Se necessitou, mesmo que não tenha pedido ajuda, qual foi o motivo?				Total
		bullying	roubo	furto	outro/pessoal	
SANTAREM	Count	2	1	0	3	6
	% within Escola	33,3%	16,7%	0,0%	50,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	1	1	2	0	4
	% within Escola	25,0%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
DAMAIA	Count	1	4	1	1	7
	% within Escola	14,3%	57,1%	14,3%	14,3%	100,0%
Total	Count	4	6	3	4	17
	% within Escola	23,5%	35,3%	17,6%	23,5%	100,0%

**Tabela 23:** Motivo da necessidade de auxílio policial

**Escola \* qual é a opinião sobre a postura e atitude destes polícias?**

		Q20 - Qual é a opinião sobre a postura e atitude destes polícias?				Total
		simpáticos	alguns são simpáticos	antipáticos	não tenho opinião	
SANTAREM	Count	4	6	1	1	12
	% within Escola	33,3%	50,0%	8,3%	8,3%	100,0%
CARCAVELOS	Count	6	0	0	0	6
	% within Escola	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
DAMAIA	Count	5	2	0	1	8
	% within Escola	62,5%	25,0%	0,0%	12,5%	100,0%
Total	Count	15	8	1	2	26
	% within Escola	57,7%	30,8%	3,8%	7,7%	100,0%

**Tabela 24:** Apreciação sobre a postura e atitude dos polícias do PES

**Escola \* depois de ter conversado com o polícia, alterou algum dos seus comportamentos ou atitudes?**

		Q21 - Depois de ter conversado com o polícia, alterou algum dos seus comportamentos ou atitudes?		Total
		sim	não	
SANTAREM	Count	7	5	12
	% within Escola	58,3%	41,7%	100,0%
CARCAVELOS	Count	2	4	6
	% within Escola	33,3%	66,7%	100,0%
DAMAIA	Count	3	5	8
	% within Escola	37,5%	62,5%	100,0%
Total	Count	12	14	26
	% within Escola	46,2%	53,8%	100,0%

**Tabela 25:** Impacto da interação policial com os jovens

**Escola \* no caso de precisar da ajuda de um destes polícias irá ter com ele?**

		Q22 - No caso de precisar da ajuda de um destes polícias irá ter com ele?			Total
		sim	não	não sei	
SANTAREM	Count	84	7	43	134
	% within Escola	62,7%	5,2%	32,1%	100,0%
CARCAVELOS	Count	87	2	23	112
	% within Escola	77,7%	1,8%	20,5%	100,0%
DAMAIA	Count	73	5	32	110
	% within Escola	66,4%	4,5%	29,1%	100,0%
Total	Count	244	14	98	356
	% within Escola	68,5%	3,9%	27,5%	100,0%

**Tabela 26:** Recurso à ajuda dos polícias do PES em caso de necessidade

**Escola \* se respondeu que “não iria” ou “não sabe”, qual o motivo?**

Q22.1	Se respondeu que “não iria” ou “não sabe”, qual o motivo?						Total	
	não sei / nunca precisei	depende do problema	vergonha / timidez	não confio / desconfiança	desnecessário	não sei como contactá-los		
SANTAREM	Count	7	14	7	3	9	1	41
	%	17,1%	34,1%	17,1%	7,3%	22,0%	2,4%	100,0%
CARCAVELOS	Count	0	10	4	2	4	2	22
	%	0,0%	45,5%	18,2%	9,1%	18,2%	9,1%	100,0%
DAMAIA	Count	1	6	7	4	7	3	28
	%	3,6%	21,4%	25,0%	14,3%	25,0%	10,7%	100,0%
Total	Count	8	30	18	9	20	6	91
	%	8,8%	33,0%	19,8%	9,9%	22,0%	6,6%	100,0%

**Tabela 27:** Motivo da rejeição ou indecisão em recorrer à ajuda dos polícias do PES em caso de necessidade

**Escola \* no caso de estes polícias necessitarem falar contigo, como gostaria de ser contactado(a)?**

		Q23 - No caso de estes polícias necessitarem falar contigo, como gostaria de ser contactado(a)?				Total
		pessoalmente (dentro da escola)	através do telemóvel	pessoalmente (fora da escola)	através do Diretor de turma	
SANTAREM	Count	44	8	51	31	134
	% within Escola	32,8%	6,0%	38,1%	23,1%	100,0%
CARCAVELOS	Count	64	5	18	25	112
	% within Escola	57,1%	4,5%	16,1%	22,3%	100,0%
DAMAIA	Count	40	7	38	25	110
	% within Escola	36,4%	6,4%	34,5%	22,7%	100,0%
Total	Count	148	20	107	81	356
	% within Escola	41,6%	5,6%	30,1%	22,8%	100,0%

**Tabela 28:** Forma/local preferido dos jovens para comunicar com os polícias do PES

Apêndice L:  
Análise de dados sobre a Violência Escolar

---

**Escola \* já esteve envolvido(a) em alguma situação de “indisciplina” na escola?**

		Q24 - Já esteve envolvido(a) em alguma situação de “indisciplina” na escola?				Total
		nunca	1 vez	2 a 3 vezes	4 ou mais vezes	
SANTAREM	Count	98	17	8	11	134
	% within Escola	73,1%	12,7%	6,0%	8,2%	100,0%
CARCAVELOS	Count	88	12	8	4	112
	% within Escola	78,6%	10,7%	7,1%	3,6%	100,0%
DAMAIA	Count	90	11	8	1	110
	% within Escola	81,8%	10,0%	7,3%	0,9%	100,0%
Total	Count	276	40	24	16	356
	% within Escola	77,5%	11,2%	6,7%	4,5%	100,0%

**Tabela 29:** Envolvimento dos jovens em alguma situação de indisciplina na escola

**Escola \* já foi VÍTIMA de algum incidente de violência escolar (ex: agressão, furto, ameaça, roubo)?**

		Q25 - Já foi VÍTIMA de algum incidente de violência escolar (ex: agressão, furto, ameaça, roubo)				Total
		nunca	1 vez	2 a 3 vezes	4 ou mais vezes	
SANTAREM	Count	109	17	5	3	134
	% within Escola	81,3%	12,7%	3,7%	2,2%	100,0%
CARCAVELOS	Count	79	24	5	4	112
	% within Escola	70,5%	21,4%	4,5%	3,6%	100,0%
DAMAIA	Count	82	21	6	1	110
	% within Escola	74,5%	19,1%	5,5%	0,9%	100,0%
Total	Count	270	62	16	8	356
	% within Escola	75,8%	17,4%	4,5%	2,2%	100,0%

**Tabela 30:** Vítimas de incidentes de violência escolar

**Escola \* local em que ocorreram os incidentes de violência escolar?**

		Q26 - Local em que ocorreram os incidentes de violência escolar?			Total
		dentro da escola	fora da escola	no percurso casa-escola	
SANTAREM	Count	24	1	0	25
	% within Escola	96,0%	4,0%	0,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	30	2	1	33
	% within Escola	90,9%	6,1%	3,0%	100,0%
DAMAIA	Count	25	3	1	29
	% within Escola	86,2%	10,3%	3,4%	100,0%
Total	Count	79	6	2	87
	% within Escola	90,8%	6,9%	2,3%	100,0%

**Tabela 31:** Local de ocorrência dos incidentes de violência escolar

**Escola \* nessas ocasiões de violência escolar, houve intervenção dos polícias do PES?**

		Q27 - Nessas ocasiões de violência escolar, houve intervenção dos polícias do PES?				Total
		nunca	raramente	frequentemente	sempre	
SANTAREM	Count	19	4	1	1	25
	% within Escola	76,0%	16,0%	4,0%	4,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	27	2	3	1	33
	% within Escola	81,8%	6,1%	9,1%	3,0%	100,0%
DAMAIA	Count	20	5	2	2	29
	% within Escola	69,0%	17,2%	6,9%	6,9%	100,0%
Total	Count	66	11	6	4	87
	% within Escola	75,9%	12,6%	6,9%	4,6%	100,0%

**Tabela 32:** Intervenção dos polícias do PES nos incidentes de violência escolar

**Escola \* acha que os policiais do PES ajudaram ou ajudariam a resolver a situação?**

		Q28 - Acha que os policiais do PES ajudaram ou ajudariam a resolver a situação?			Total
		sim	não	não sei	
SANTAREM	Count	13	5	7	25
	% within Escola	52,0%	20,0%	28,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	16	8	9	33
	% within Escola	48,5%	24,2%	27,3%	100,0%
DAMAIA	Count	19	1	9	29
	% within Escola	65,5%	3,4%	31,0%	100,0%
Total	Count	48	14	25	87
	% within Escola	55,2%	16,1%	28,7%	100,0%

**Tabela 33:** Influência dos policiais do PES na resolução dos incidentes de violência escolar

**Escola \* já esteve envolvido(a) como ofensor/agressor(a) em alguma situação de violência na escola?**

		Q29 - Já esteve envolvido(a) como ofensor/agressor(a) em alguma situação de violência na escola?				Total
		nunca	1 vez	2 a 3 vezes	4 ou mais vezes	
SANTAREM	Count	114	15	5	0	134
	% within Escola	85,1%	11,2%	3,7%	0,0%	100,0%
CARCAVELOS	Count	103	5	4	0	112
	% within Escola	92,0%	4,5%	3,6%	0,0%	100,0%
DAMAIA	Count	94	8	7	1	110
	% within Escola	85,5%	7,3%	6,4%	0,9%	100,0%
Total	Count	311	28	16	1	356
	% within Escola	87,4%	7,9%	4,5%	0,3%	100,0%

**Tabela 34:** Envolvimento como ofensor/agressor em alguma situação de violência escolar

Apêndice M:  
Análise de dados sobre o Relacionamento da PSP com a comunidade escolar

---

Escola	Sinto-me com mais confiança se cá estiverem os polícias	Sinto-me mais seguro(a) se cá estiverem os polícias.	Sinto-me mais protegido(a) se cá estiverem os polícias	Os polícias conversam bastante com todos nós (alunos/professores/auxiliares).	Eu gosto de ver os polícias à entrada da minha escola	É fácil falar com os polícias	Os polícias preocupam-se com todos nós (alunos/professores/auxiliares).	Quando existe um problema com alguém, os polícias tentam resolvê-lo.	Tudo o que nos é ensinado pelos polícias nas ações de sensibilização é muito importante.	Desde que assisti a ações de sensibilização estou muito mais atento para as questões da segurança.
SANTAREM	Mean	2,67	2,90	2,99	1,96	2,57	2,73	3,02	3,23	2,59
	N	134	134	134	134	134	134	134	134	134
	Std.	,995	,988	,938	,770	,937	,842	,854	,866	1,042
	Deviation									
CARCAVEL OS	Mean	2,92	3,18	3,21	2,77	2,99	3,27	3,50	3,59	3,04
	N	112	112	112	112	112	112	112	112	112
	Std.	,931	,979	,871	,849	1,000	,880	,684	,623	,920
	Deviation									
DAMAIA	Mean	2,71	2,91	2,93	2,03	2,64	2,71	3,10	3,24	2,65
	N	110	110	110	110	110	110	110	110	110
	Std.	,999	,914	,864	,851	1,020	,942	,845	,845	,954
	Deviation									
Total	Mean	2,76	2,99	3,04	2,24	2,72	2,89	3,30	3,35	2,75
	N	356	356	356	356	356	356	356	356	356
	Std.	,980	,968	,900	,895	,997	,919	,830	,826	,995
	Deviation									

Tabela 35: Valores médios das respostas sobre o relacionamento da PSP com a comunidade escolar

**Valor médio e intervalos da escala de relação (obtidos pelos quartis)**

N	Valid	356	
	Missing	0	
Mean		2,9233	
Median		3,0000	
Mode		3,00	
Minimum		1,30	
Maximum		4,00	
Percentiles	25	2,5000	Fraca relação
	50	3,0000	Moderada relação
	75	3,4000	Elevada relação

**Tabela 36:** Valor médio e intervalos da Escala de Relação

**Escola \* intervalos da escala de relação (obtidos pelos quartis)**

		intervalos da escala de relação (obtidos pelos quartis)			Total
		fraca relação	moderada relação	elevada relação	
SANTAREM	Count	49	37	48	134
	Expected Count	34,6	40,7	58,7	134,0
	% within escola	36,6%	27,6%	35,8%	100,0%
escola CARCAVELOS	Count	10	34	68	112
	Expected Count	28,9	34,0	49,1	112,0
	% within escola	8,9%	30,4%	60,7%	100,0%
DAMAIA	Count	33	37	40	110
	Expected Count	28,4	33,4	48,2	110,0
	% within escola	30,0%	33,6%	36,4%	100,0%
Total	Count	92	108	156	356
	% within escola	25,8%	30,3%	43,8%	100,0%

**Tabela 37:** Relação da PSP com a comunidade escolar - por Escola

		intervalos da escala de relação (obtidos pelos quartis)			Total
		fraca relação	moderada relação	elevada relação	
idade	Count	1	4	28	33
	Expected Count	8,5	10,0	14,5	33,0
	% within idade	3,0%	12,1%	84,8%	100,0%
	Count	8	19	29	56
	Expected Count	14,5	17,0	24,5	56,0
	% within idade	14,3%	33,9%	51,8%	100,0%
	Count	4	4	23	31
	Expected Count	8,0	9,4	13,6	31,0
	% within idade	12,9%	12,9%	74,2%	100,0%
	Count	24	27	14	65
	Expected Count	16,8	19,7	28,5	65,0
	% within idade	36,9%	41,5%	21,5%	100,0%
	Count	14	17	25	56
	Expected Count	14,5	17,0	24,5	56,0
	% within idade	25,0%	30,4%	44,6%	100,0%
	Count	15	23	19	57
	Expected Count	14,7	17,3	25,0	57,0
	% within idade	26,3%	40,4%	33,3%	100,0%
	Count	16	9	13	38
	Expected Count	9,8	11,5	16,7	38,0
	% within idade	42,1%	23,7%	34,2%	100,0%
Count	3	4	5	12	
Expected Count	3,1	3,6	5,3	12,0	
% within idade	25,0%	33,3%	41,7%	100,0%	
Count	5	1	0	6	
Expected Count	1,6	1,8	2,6	6,0	
% within idade	83,3%	16,7%	0,0%	100,0%	
Count	2	0	0	2	
Expected Count	,5	,6	,9	2,0	
% within idade	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
Total	Count	92	108	156	356
	% within idade	25,8%	30,3%	43,8%	100,0%

**Tabela 38:** Relação da PSP com a comunidade escolar - por Idade dos inquiridos

## **ANEXOS**

Anexo A:  
Proposta de Ficha de Avaliação de ação de sensibilização

---

## **Ficha de Avaliação da Ação de Sensibilização<sup>50</sup>**

Este questionário é um instrumento de avaliação e serve para identificar a adequação e pertinência da ação de sensibilização, quer ao nível dos seus conteúdos e estrutura, quer ao nível do desempenho do formador, no impacto e na influência sobre o comportamento dos/as participantes.

Assim, é importante que exprimas a tua opinião preenchendo os  utilizando uma escala de avaliação de **0** (totalmente insatisfeito/a) a **7** (totalmente satisfeito/a).

### **1. Avaliação global da ação**

- 1.1 No início da ação, os objetivos foram claramente definidos?
- 1.2 Os objetivos foram cumpridos?
- 1.3 Sentiste-te envolvido/a com a dinâmica da ação?
- 1.4 A ação correspondeu às tuas expectativas?
- 1.5 Consideras que os conteúdos da ação foram adequados para a tua idade?
- 1.6 Avalia, de um modo geral, a ação em que acabaste de participar.

### **2. Conteúdos e Estrutura da ação**

- 2.1 O tema abordado foi interessante?
- 2.2 A ação permitiu-te a aquisição de conhecimentos importantes?
- 2.3 A ação influenciou a tua maneira de pensar sobre o tema abordado?
- 2.4 A ação foi bem estruturada?
- 2.5 A duração pareceu-te apropriada?

### **3. Formador**

- 3.1 Domina o assunto apresentado?
- 3.2 Comunica de forma clara e coerente?
- 3.3 Interage eficazmente com os participantes criando um clima confortável e participativo?
- 3.4 Os métodos utilizados foram os mais adequados?

**Comentários/Observações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>50</sup> Adaptado de FONTES, Ruben (2013). *Bullying entre pares em contexto escolar: Investigar e intervir para prevenir*. Relatório apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Universidade do Porto.